

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE
COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL**

***“O QUE FOI FEITO, AMIGO, DE TUDO QUE A GENTE
SONHOU?”***

**UMA CARTOGRAFIA DA ATUAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DA
SOCIEDADE CIVIL NO FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA**

Mariana de Castro Moreira

Rio de Janeiro

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE
COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL

***“O QUE FOI FEITO, AMIGO, DE TUDO QUE A GENTE
SONHOU?”***

**UMA CARTOGRAFIA DA ATUAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DA
SOCIEDADE CIVIL NO FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA**

Tese de doutorado submetida ao
Programa de Pós-graduação em
Psicossociologia de Comunidades e
Ecologia Social da Universidade Federal
do Rio de Janeiro como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor em
Psicossociologia de Comunidades e
Ecologia Social

Por Mariana de Castro Moreira

Professora Orientadora Dra. Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro

Rio de Janeiro
2014

Moreira, Mariana de Castro.

“O que foi feito, amigo, de tudo que a gente sonhou?” Uma cartografia da atuação de Organizações da Sociedade Civil no fortalecimento da democracia/Mariana de Castro Moreira – Rio de Janeiro: UFRJ/IP, 2014. – 209 f.

Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto de Psicologia – Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS, 2014.

Orientadora: Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro.

1. Organizações da sociedade civil. 2. Democracia. 3. Cartografia. 4. Controvérsias. 5. Espaço Compartilharte – Teses. I. Pedro, Rosa Maria Leite Ribeiro (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto Psicologia - Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. III. *“O que foi feito, amigo, de tudo que a gente sonhou?”* Uma cartografia da atuação de Organizações da Sociedade Civil no fortalecimento da democracia.

Mariana de Castro Moreira

“O que foi feito, amigo, de tudo que a gente sonhou?” Uma cartografia da atuação de Organizações da Sociedade Civil no fortalecimento da democracia

Tese submetida ao Programa de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de doutor.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2014.

Banca examinadora:

Profa. Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro - Orientadora

Doutorado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Carlos Frederico Bernardo Loureiro

Doutorado em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Beatriz Azeredo da Silva

Doutorado em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Benedito Medrado-Dantas

Doutorado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Marly Chagas Oliveira Pinto

Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro Universitário Conservatório Brasileiro de Música

Membros suplentes:

Profa. Carly Barbosa Machado

Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Profa. Ruth Machado Barbosa

Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Universidade Federal do Rio de Janeiro

DEDICATÓRIA

*Eu preparo uma canção
em que minha mãe se reconheça,
todas as mães se reconheçam,
e que fale como dois olhos.*

*Caminho por uma rua
que passa em muitos países.
Se não me veem, eu vejo
e saúdo velhos amigos.*

*Eu distribuo um segredo
como quem ama ou sorri.
No jeito mais natural
dois carinhos se procuram.*

*Minha vida, nossas vidas
formam um só diamante.
Aprendi novas palavras
e tornei outras mais belas.*

*Eu preparo uma canção
que faça acordar os homens
e adormecer as crianças.*

(Carlos Drummond de Andrade)

*Para **Lurdinha**, minha mãe, companheira e parceira de sonhos, lutas e aprendizados.
Por tudo que a gente sonhou, compartilhou e fez acontecer juntas!*

*Quem traz na pele essa marca possui a estranha mania de ter fé na vida!
(Milton Nascimento)*

*Para **Roberto**, meu pai, por nossas cartas compartilhadas, pelo gosto e paixão pelos saberes. E por um dia ter me contado que a vida são os laços de Laing e o espaço de ternura do Paulinho Pedra Azul.*

*A vida é um espaço de ternura...
(Paulinho Pedra Azul)*

*Para **Marcelo**, meu companheiro, sempre.
Pelo respeito com que acompanhou meu amor por tudo isso...*

*É só tinha que ser com você, havia de ser pra você...
(Tom Jobim)*

*Para **Pedro e Júlia**, meus filhos, por serem tudo que me faz continuar a sonhar.
Com vocês, por vocês, vale à pena...*

*Há um menino, há um moleque
Morandô sempre em meu coração
Toda vez que o adulto balança
Ele vem pra me dar a mão...
(Milton Nascimento)*

*Para as pessoas que, de todas as formas, fizeram conosco o sonho do Espaço
Compartilharte acontecer: nosso espaço, meu lugar.*

*É vida, vida que amor brincadeira, à vera
Eles amaram de qualquer maneira, à vera
Qualquer maneira de amor vale à pena
Qualquer maneira de amor vale amar*

*Eles partiram por outros assuntos, muitos
Mas no meu canto estarão sempre juntos, muito
Qualquer maneira que eu cante esse canto
Qualquer maneira me vale cantar
(Milton Nascimento)*

AGRADECIMENTOS

Esta é, para mim, a maior conquista de qualquer pensamento, de qualquer escrita, de qualquer atividade profissional: a amizade. Creio que escrevemos para fazer conquistas, para seduzir os leitores, para fazer amigos, para nos tornar amigos, porque não dizer amantes no pensamento e do pensamento. Espero que cada texto seja tomado como um gesto de carinho, mesmo na crítica mais dura, pois a crítica sincera é a base de qualquer amizade. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007)

À Professora Rosa Pedro, por me receber e acolher novamente, concedendo-me liberdade, confiança e novas ferramentas de trabalho.

Ao Professor Benedito Medrado, pela generosidade, acolhimento e disponibilidade para este reencontro, pelas palavras que mobilizam.

À Professora Marcia Moraes, pelo olhar astuto, leitura atenta e provocações que inquietam.

À Professora Beatriz Azeredo, pela disponibilidade para construirmos novas possibilidades e espaços para compartilhar nossas trajetórias múltiplas.

Ao Professor Frederico Loureiro, pela referência crítica, exemplo de persistência e luta.

À Professora Marly Chagas pela abertura e disponibilidade para este encontro.

À Professora Carly Machado por mais esta possibilidade de multiplicar encontros e por tudo que nos une.

À Professora Ruth Barbosa pela disponibilidade e contribuições nesta trajetória.

Ao professor Aloísio Teixeira (in memorian), exemplo ímpar de trajetória que também inspira e mobiliza este trabalho.

Aos Professores do Programa EICOS, novamente um espaço de construção.

Aos funcionários do Programa EICOS, em especial ao Ricardo.

À sociedade brasileira, por intermédio da CAPES, pelo apoio para realização desta pesquisa.

A todos que se disponibilizaram a compartilhar esta construção, concedendo entrevistas, depoimentos e possibilidades de amplificar vozes.

Numa das mais belas passagens da Ética a Nicômaco, Aristóteles escreve sobre a amizade como a maneira humana de imitar o divino. Finitos e carentes, cada um de nós é habitado pela falta, pela dependência, pela presença da morte, mas também – e por isso mesmo – somos movidos pelo desejo de plenitude e de autarcia próprios do deus. É a amizade que nos aproxima do divino: o bem-querer entre os amigos, o partilhar e compartilhar com eles nossa vida, a ajuda recíproca e desinteressada em que cada um completa o outro, conferem a cada um e à unidade por eles formada a mais perfeita figura humana da autarcia, da liberdade e da felicidade que pareceriam reservadas apenas ao divino. Por isso, ecoando Aristóteles, La Boétie escreve que ‘a amizade é nome sagrado, coisa santa; ela nunca se entrega se não a pessoas de bem e só se deixa apanhar por mútua estima; ela se mantém menos por benefícios e mais por uma vida boa. O que torna um amigo seguro do outro é o conhecimento de sua integridade, bondade natural, fidelidade e constância’. (La Boétie, 1982).” (Marilena Chauí, 2013)

*Para todos os **amigos e familiares** que torceram e estiveram ao meu lado, de muitas maneiras, nesta jornada. E, muito especialmente, minha gratidão para:*

***Lalá e Oscar; Elvira e Moreira**, meus avós, pois estas histórias também começam com vocês!*

***Beto, Mateus e Iara**. Com vocês a vida é muito melhor!*

***Bidu**, companheiro fiel de cada linha.*

***Carlos Eduardo** (in memoriam), meu tio e padrinho, que fez da vida, arte! Por ser, para mim, fonte de inspiração e por tornar a vida sempre mais bela!*

***Ana Cristina Figueiredo**, uma vez mais, um espaço de acolhimento para falar e escrever sobre o que está aqui dentro.*

***Sheila, Paulo, Aécio, Marcia, Lurdinha e Beto**: o sonho começou com vocês. Muitos partiram por outros assuntos, muitos, mas no meu canto estarão sempre juntos... Qualquer maneira de amor vale à pena, qualquer maneira me vale cantar!*

***Lu e Luiza**, presentes sempre.*

***Moyses e Sonia**, exemplos de vida!*

***Inês**, prima querida que o Espaço Compartilharte me trouxe, carinho grande, irmã de alma!*

***Companheiros da AVM Faculdade Integrada** pela importância de poder construir um novo lugar.*

Aos amigos que as crianças nos trouxeram: Lana, Everaldo, Hans e Anni; Virgínia, Willy, Ilan, Michel e Dante; Dilene, João Pedro e Luisa – “Família é com quem a gente conta!” – Vocês são presentes que a vida me deu!!!

E novamente para Lurdinha e Roberto, pela torcida, incentivo e confiança que sempre depositaram na gente. Para Marcelo, Pedro e Júlia pelos momentos de ausência e agonia para terminar este doutorado. Dos inúmeros desafios para chegar até aqui está também a busca impossível do equilíbrio possível entre a vida de mãe, de filha, de mulher, amiga, profissional... a escrita acadêmica envolve recolhimento e requer um tempo e espaço próprios. Minha gratidão a todos que suportaram minhas angústias, intolerâncias, cansaços, necessidade de ficar sozinha... nos momentos em que cheguei a acreditar que esta “vida de doutoranda” não era para mim, nos momentos “roubados” da convivência com Pedro e Júlia, Marcelo, Lurdinha e Roberto, Beto, Mateus e Iara. Não participar, estar à parte foi difícil!

- Mãe, depois você me fala qual é o tema do seu trabalho?*
- Mãe, eu te amo do fundo do meu coração. Sempre que você fizer um doutorado, eu vou te ajudar.*
- Mãe, quando eu crescer, eu também vou ter que fazer doutorado?*
- Mãe, vida de professor é assim mesmo. Quando você terminar seu doutorado a gente vai comemorar juntos!*
- Mãe, você já escreveu quantas páginas? Quantos “bolinhos” de dez páginas? E quanto falta escrever?*
- Mãe, você está no meio do começo, no meio do meio ou no meio do final?*
- Mãe, agora você vai escrever sobre o Espaço Compartilharte? Ah! Então vai ser fácil para você! (Pedro e Júlia)*

A todas as FORÇAS que estiveram comigo até aqui!

O QUE FOI FEITO DEVERA (DE VERA)

*O que foi feito amigo
De tudo que a gente sonhou?
O que foi feito da vida?
O que foi do amor?*

*Quisera encontrar
Aquele verso menino que escrevi
Há tantos anos atrás*

*Falo assim sem saudade
Falo assim por saber
Se muito vale o já feito
Mais vale o que será*

*E o que foi feito é preciso conhecer
Para melhor prosseguir*

*Falo assim sem tristeza
Falo por acreditar
Que é cobrando o que fomos
Que nós iremos crescer*

*Outros outubros virão
Outras manhãs plenas de sol e de luz*

(Milton Nascimento e Fernando Brant)

RESUMO

Moreira, Mariana de Castro. “O que foi feito, amigo, de tudo que a gente sonhou?” Uma cartografia da atuação de Organizações da Sociedade Civil no fortalecimento da democracia. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

O presente trabalho tem como foco a problematização sobre a atuação da sociedade civil no fortalecimento da democracia, no Brasil, nas últimas décadas. A abordagem proposta não se dá em direção ao consenso, mas no desafio de transitar entre fronteiras, heterogeneidades e controvérsias. Em comum, encontramos nestas práticas, a ação de pessoas, grupos e organizações que se mobilizam, na esfera privada, em torno da causa pública e que tem o princípio democrático como projeto político que norteia as bases da convivência em sociedade. Propomos traçar uma *cartografia de controvérsias* (LATOURET, 1989), tomando as experiências da Organização da Sociedade Civil (OSC) Espaço Compartilharte como porta de entrada ou campo de dispersão a partir do qual buscamos acompanhar as práticas nas quais se materializam múltiplas formas de participação da sociedade civil. Apontamos, como controvérsia inicial, a percepção de que, nos anos 80 e 90, participar de OSC era uma forma de acolher e encaminhar sonhos, utopias e lutas. Hoje, há um discurso de criminalização e deslegitimação desta atuação. O resultado não aponta sínteses ou generalizações, mas a configuração de um mosaico composto por múltiplas vozes e experiências diversas que permitam reinventar as bases que sustentam – política, pedagógica e financeiramente – estas práticas.

Palavras-chave: Organizações da Sociedade Civil. Movimentos sociais. Democracia. Cartografia. Controvérsias.

RESUMÉ

Moreira, Mariana de Castro. *O que foi feito, amigo, de tudo que a gente sonhou?* Uma cartografia da atuação de Organizações da Sociedade Civil no fortalecimento da democracia. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Ce travail se concentre sur le questionnement sur le rôle de la société civile dans le renforcement de la démocratie au Brésil au cours des dernières décennies. L'approche proposée n'est pas donné vers un consensus, mais le défi de se déplacer à travers les frontières, les hétérogénéités et des controverses. En commun, nous trouvons dans ces pratiques, l'action des individus, des groupes et des organisations qui se mobilisent, dans le privé, autour de la question publique et que le principe démocratique en tant que projet politique qui guide les bases de la vie en société. Nous proposons d'élaborer une Cartographie des controverses (Latour, 1989), en prenant les expériences de l'Organisation de la société civile (OSC) Espaço Compartilharte comme un champ de dispersion ou sur le terrain à partir de laquelle cherchent à suivre les pratiques dans lesquelles ils se matérialisent de multiples formes de participation la société civile. Souligné que la controverse initiale, la perception que, dans les années 80 et 90, d'assister à l' OSC était une façon de recevoir et d'envoyer des rêves, des utopies et des luttes. Aujourd'hui, il ya un discours de délégitimation et la criminalisation de cette activité. Le résultat ne pointe pas des résumés ou des généralisations, mais la configuration d'une mosaïque composée de plusieurs voix et des expériences diverses qui permettent de réinventer les bases qui soutiennent - politique, éducatif et financier - ces pratiques.

Mots-clés: Organisations de la Société Civile. Les mouvements sociaux. Démocratie. Cartographie. Controverses.

SUMÁRIO

PRÓLOGO

Um compromisso ou “*para contar como cheguei aqui*” p. 16

Um memorial p. 20

APRESENTAÇÃO p. 33

CAPÍTULO I - UM CAMPO QUE ARDE COMO BRASA: SEGUINDO RASTROS E PISTAS PARA CONFIGURAÇÃO DE UM OBJETO DE PESQUISA

1.1. Introdução p. 39

1.2. Uma escrita que se faz no calor dos acontecimentos p. 42

1.3. Das ruas à construção do campo-tema: nos rastros da sociedade civil p. 50

1.4. Da sociedade civil à construção cidadã: nos rastros da história p. 54

1.5. Organizações da sociedade civil, participação e democracia – O que foi feito, amigo? p. 58

CAPÍTULO II – A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA AGENDA DA TESE: REUNINDO FERRAMENTAS PARA PROSSEGUIR

2.1. Introdução p. 67

2.2. Do mal-entendido promissor à multiplicação de vozes p. 69

2.3. A cartografia como caminho para outras formas de conhecer p. 73

CAPÍTULO III – UMA ESCRITA NA TERCEIRA MARGEM OU UMA HISTÓRIA NAS FISSURAS: DO ESPAÇO COMPARTILHARTE À PROBLEMATIZAÇÃO SOBRE A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA – PRIMEIROS ANOS

3.1.	Introdução	p. 83
3.2.	Começando pelo fim	p. 83
	Cena 1 - Uma carta como porta de entrada	
3.3.	Seguindo rastros e pistas da ação social no Brasil: olhar em panorâmica	p. 90
3.4.	Nos rastros da invenção: olhares em zoom	p. 94
	Cena 2 - O início do trabalho	p. 98
	Cena 3 - “Uma memória mais antiga” ou multiplicando versões	p. 102
	Cena 4 - Entrando em Canoas	p. 107
	Cena 5 – Histórias que começam em festa	p. 112
3.5.	Existirmos, a que será que se destina?	p. 114
	Cena 6 – Formar caseiros.....	p. 116
	Cena 7 – Os primeiros anos e a construção de um Projeto Político-pedagógico.....	p. 119
	Cena 8 – Um trabalho político e mais algumas controvérsias.....	p.126
	Cena 9 – Então a institucionalização.....	p.129
	Cena 10 – As bases de um trabalho comunitário.....	p. 132
3.6.	Anos 90: do Espaço Compartilharte à década das OSC	p. 134
	Cena 11 – Primeiras parcerias	p. 135

CAPÍTULO IV – DE TUDO QUE A GENTE SONHO... DO ESPAÇO COMPARTILHARTE À REINVENÇÃO DO SONHO – ÚLTIMOS ANOS

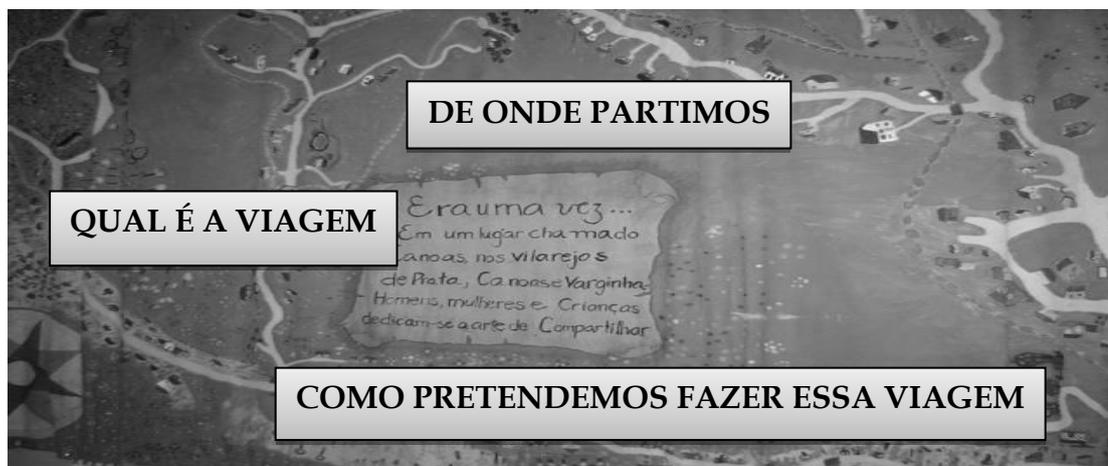
Cena 12 – Relatórios de prestação de contas e festas	p. 139
4.1. Das controvérsias dos anos 90	p. 141
4.2. Um novo século, novos tempos	p. 146
Cena 13 – O desenho de um mapa	p. 152
4.3. Da crise à reinvenção do sonho	p. 165
Uma última cena: Manifestações de 2013 e mais algumas vozes.....	p.171

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p. 175
----------------------------------	---------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p. 183
--	---------------

ANEXOS.....	p. 195
--------------------	---------------

PRÓLOGO



Um compromisso ou “*para contar como cheguei aqui*”

"Sou um homem de causas.
Vivi sempre pregando, lutando como um cruzado, pelas causas que comovem. Elas
são muitas, demais: a salvação dos índios, a escolarização das crianças,
a reforma agrária, o socialismo em liberdade, a universidade necessária."

(Darcy Ribeiro)

"Eu não faço nada por obrigação:
o que os outros fazem por obrigação
eu faço por um impulso de vida."

(Walt Whitman)

Como é difícil começar...

Chega o tempo de trazer o vivido para o papel. Sonhos, desejos, expectativas, leituras, medos, buscas, incertezas, certezas, caminhos...

Escrever é comprometer-se. Escrever esta tese é me comprometer.

Comprometer é verbo e significa “*obrigar por compromisso, dar como garantia, “arriscar”*”. Compromisso vem do latim: “*acordo, ajuste, obrigação*” (CUNHA, 1997). Assusto-me com o sentido de obrigação. Logo depois, apazíguo-me e reconheço que se trata sim de uma obrigação: escrever a tese, defendê-la, concluir meu doutoramento.

Mas é mais que um requisito acadêmico obrigatório. É um compromisso-obrigação com a minha trajetória de vida pessoal e profissional e que mantém diálogo com a história de um país, com a história do nosso povo.

Esta tese precisa ser escrita. Lembro-me dos versos “*navegar é preciso, viver não é preciso...*” e brinco com o Pessoa (quanta honra!). Fazer esta tese é preciso, escrever não é preciso. Lidar com a imprecisão, arriscar-me.

Ah, quanto gostaria, neste momento, de conversar com outros tantos que se arriscaram a fazer uma tese. Como escrevemos pouco sobre este processo. Quanto seria rico trazer o “*frio na barriga*”, o “*corte da faca*” para nossos textos. Precisamos mesmo aprender e arriscar a fazer teses e ciências de outros modos...

Será que me faço entender? O compromisso também está aí: no acordo, no ajuste, no encontro/desencontro com o outro. O outro que nos lerá, o outro que lemos, o outro sobre o qual ou com o qual falamos... Que delícia falar desses compromissos! Mas, é preciso reconhecer que não há garantia! Tudo que está escrito desdobra-se e torna-se de uma imprecisão quase assustadora: minhas palavras já sem controle, aqui escritas, faladas, reconfiguram-se e multiplicam-se nas leituras e palavras de outros, que estão por vir.

Escrever é comprometer-se, é expor-se, é perder o controle... O momento é este: o do equilibrista no fio que partiu de um lado e precisa chegar ao outro. O fio, na nossa história, não é linha reta. É espiral, é continuidade e descontinuidade, é abismo e solidez, é ar e água, terra e fogo... Preciso chegar do outro lado!

Visito novamente Pessoa, ou Álvaro de Campos, que traduz um pouco desta travessia:

*Trago dentro do meu coração,
Como num cofre que se não pode fechar de cheio,
Todos os lugares onde estive,
Todos os portos a que cheguei,
Todas as paisagens que vi através de janelas ou vigias,
Ou de tombadilhos, sonhando,
E tudo isso, que é tanto, é pouco para o que eu quero.(...)*

*Não sei se a vida é pouco ou demais para mim.
Não sei se sinto de mais ou de menos, não sei*

*Se me falta escrúpulo espiritual, ponto-de-apoio na inteligência,
 Consanguinidade com o mistério das coisas, choque
 Aos contatos, sangue sob golpes, estremeção aos ruídos,
 Ou se há outra significação para isto mais cômoda e feliz.*

*Seja o que for, era melhor não ter nascido,
 Porque, de tão interessante que é a todos os momentos,
 A vida chega a doer, a enjoar, a cortar, a roçar, a ranger,
 A dar vontade de dar gritos, de dar pulos, de ficar no chão, de sair
 Para fora de todas as casas, de todas as lógicas e de todas as sacadas,
 E ir ser selvagem para a morte entre árvores e esquecimentos,
 Entre tombos, e perigos e ausência de amanhã,
 E tudo isto devia ser qualquer outra coisa mais parecida com o que eu penso,
 Com o que eu penso ou sinto, que eu nem sei qual é, ó vida.*

(CAMPOS, 1916)

Olho para minha história e vejo a palavra *compromisso* presente em diferentes momentos. Tenho a certeza de que agora também não pode ser diferente. *Olho minha história e vejo que as preocupações e inquietações que trago aqui, como objeto de tese, foram tecidas, de alguma forma, ao longo destes quarenta anos.*

Em quarenta anos, o país viveu o chamado “milagre econômico”, o processo de “redemocratização”, a estabilização da economia, a redução da desigualdade de renda... Ouso e pressinto que muito da minha história pode ser tomada como analisador¹ do que o país viveu nestas últimas décadas. Compromisso, participação, democracia, transformação social: ideias recorrentes que vem se reconfigurando nestes tempos.

O foco de nossa pesquisa é a problematização sobre a atuação da sociedade civil no fortalecimento da democracia, no Brasil, nas últimas décadas. Lançamos um olhar especial para o campo dos projetos sociais como territórios de ação ou dispositivos² que dão materialidade às assim chamadas

¹ Conceito utilizado pelas correntes institucionalistas francesas. Segundo Passos e Barros (2000:3), “Os analisadores seriam acontecimentos – no sentido daquilo que produz rupturas, que catalisa fluxos, que produz análise, que decompõe”.

² Na obra de Foucault, encontramos o conceito de dispositivo como “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos” (Foucault, 1979: 244).

Organizações da Sociedade Civil (OSC) e nos valem da experiência da OSC Espaço Compartilharte, situada em Teresópolis/RJ.

Olho para minha história e percebo o quanto ou como o que eu vivi configuram meu campo de pesquisa-intervenção. Assim, ousa a revisitá-la acreditando que o vivido pode multiplicar e potencializar o encontro com outras histórias, múltiplas vozes e produzir, desse modo, outros sentidos, novos caminhos.

Sinalizo, então, meu encontro com a história ou com certo modo de pensar a história a partir da possibilidade de

continuarmos amando a história, não pela certeza que nos revela, mas pelas dúvidas que levanta, pelos problemas que coloca e recoloca; não porque os resolve e descobre inscrita em si mesma, uma panaceia teleológica que viria a suprimir todos os nossos sofrimentos. A história não é um ritual de apaziguamento, mas de devoração, de despedaçamento. Ela não é bálsamo, é fogueira que reduz a cinzas nossas verdades estabelecidas, que solta fagulhas de dúvidas, que não torna as coisas claras, que não dissipa a fumaça do passado, mas busca entender como esta fumaça se produziu. O problema, antes de ser coberto pelas cinzas de uma resolução teórica, deve ser soprado para que apareça em todo seu ardor de brasa. Ele deve voltar a queimar, a incomodar. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011: 354, grifos nossos).

Aceitando a provocação do autor, sopraremos então nosso problema para que ele apareça como brasa e revisitamos nosso memorial, escrito para o processo seletivo deste doutoramento.

Um memorial



Nasci em Brasília, em 1973. Sou de umas das primeiras gerações da nova capital, à época adolescente, em seus 13 anos. Sou filha de mineiros que saíram jovens de Belo Horizonte para estudar e trabalhar. A cidade, quando nasci, reunia gente de todo lugar do Brasil: uma mistura de sotaques, comidas, costumes que, hoje, reconheço se configuram como um mosaico, fazendo diferença em minha história, no olhar e interesse pelas multiplicidades de formas de ser/conviver.

Embora vivêssemos a chamada “abertura política”, a ditadura militar faz parte das imagens de infância. Nas ruas, estão os desfiles militares, a comitiva do então Presidente Figueiredo passando pelas largas avenidas da cidade. Nas escolas, colegas de sala filhos de militares, professores mais ou menos “libertários”. Em casa, as histórias, músicas, vestimentas, sonhos, discursos e também não ditos sobre a Revolução. Minha mãe, envolvida com o movimento estudantil, foi presa política. As noites e os finais de semana eram verdadeiros encontros de amigos – muitos jornalistas, professores, arquitetos, artistas – que se reuniam em torno de um ideal: um mundo igualitário, livre, com direitos garantidos – ou conquistados – para todos. Amigos desaparecidos ou sem poder “aparecer”... A

trilha sonora reúne os Tropicalistas, Doces Bárbaros, Mutantes, Secos e Molhados. Muitos mineiros do Clube da Esquina. Doces melodias da Bossa Nova, nas vozes de Nara Leão, Tom, Toquinho...

Meus pais se formaram na jovem Universidade de Brasília (UnB). Roberto em Sociologia. Lurdinha em Comunicação Social. Ele, encantado pelos “saberes acadêmicos”, fez mestrado em Comunicação e Doutorado em Sociologia, estudando a cultura brasileira e dedicando-se à docência e pesquisa. Ela, a tradução dos versos “*quem sabe faz a hora, não espera acontecer*”, fez pós-graduação em Política e Planejamento de Comunicação para o Desenvolvimento e, mais adiante, em Gestão Ambiental, sempre buscando colocar a comunicação a serviço do trabalho com grupos, comunidades. Dele, reconheço em mim, a paixão pelos saberes, a disciplina necessária para conhecer. Dela, reconheço a paixão pelos fazeres, a garra necessária para transformar e realizar. Caminhos complementares para viver e conhecer.

Ambos, Lurdinha e Roberto, foram servidores públicos – servidores na acepção do termo, distintamente de funcionários públicos. Dedicaram anos de suas vidas ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nasci destas histórias e me chamo Mariana em homenagem à cidade histórica mineira. Tenho um irmão, Beto, que quando pequeno, foi apelidado de “Ouro Preto”. Passamos grande parte de nossa infância, viajando pelo Brasil – Minas Gerais, Goiás e estados do Nordeste principalmente - visitando monumentos históricos, acompanhando restaurações e projetos de desenvolvimento comunitário.

Em nossa educação, valores como a verdade, o respeito e a solidariedade foram ensinados como pontos inegociáveis. Talvez por isso, em minha formatura de graduação em Psicologia, a turma tenha escolhido a canção “Bola de meia, bola de gude” para me (re)apresentar.

*Há um menino, há um moleque, morando sempre no meu coração
Toda vez que o adulto balança ele vem pra me dar a mão
Há um passado no meu presente, o sol bem quente lá no meu quintal
Toda vez que a bruxa me assombra o menino me dá a mão*

*Ele fala de coisas bonitas que eu acredito que não deixarão de existir
Amizade, palavra, respeito, caráter, bondade, alegria e amor
Pois não posso, não devo, não quero viver como toda essa gente insiste em*

viver

Não posso aceitar sossegado qualquer sacanagem ser coisa normal

*Bola de meia, bola de gude, o solidário não quer solidão
Toda vez que a tristeza me alcança o menino me dá a mão
Há um menino, há um moleque morando sempre no meu coração
toda vez que o adulto fraqueja ele vem pra me dar a mão.*

(Milton Nascimento e Fernando Brant)

Da infância em Brasília, ficaram as brincadeiras na rua. Na escola, eternos desafios com matemática e, mais a frente, com química e física... História e literatura foram, desde muito cedo, minhas paixões. Sobretudo estudar as civilizações antigas, a História do Brasil, os movimentos literários e os clássicos autores brasileiros. *“Quando crescer, vou ser professora e arqueóloga”,* dizia.

Lembro-me de questionamentos sobre o sentido da escola e a necessidade de estudar “assuntos desvinculados da vida”. Ao lado da escola formal, tivemos a oportunidade de fazer “escolinha de arte”: uma psicanalista que utilizava um atelier de cerâmica como espaço terapêutico e abria também espaço para as crianças... Estudei teatro: Oswaldo Montenegro montava suas primeiras peças na escola onde estudávamos. Mais tarde, fiz Tablado no Rio. Dança com Carlota Portella, Expressão Corporal com Angel Viana.

Sem seguir necessariamente uma ordem cronológica, reúno imagens da infância-juventude, quando a arte e a cultura mediavam relações com o mundo, abriam canais de expressão e experimentação, não formais, informais, mas fundamentais para a formação de olhares diversos.

Dos 10 aos 17 anos, morei no Rio de Janeiro e em Brasília – três idas e vindas - em períodos diferentes. Da vivência no Rio, ficam ao mesmo tempo a dificuldade de ser “estrangeiro” e ser estranho no sotaque, nas gírias, nos modos; mas também a abertura para uma multiplicidade de pessoas e modas. Ternos e biquínis no mesmo espaço-tempo, mescla de tribos... o que, em Brasília, não existia.

Desta época, ficam também as primeiras vivências no movimento estudantil, por uma “escola de qualidade”! A campanha das “Diretas Já” e a primeira candidatura de Lula à Presidência da República.

Uma acirrada discussão com uma colega de escola, filha de um grande fazendeiro, que tentava me convencer sobre os propósitos da UDR, ruralistas e afins contra o “analfabeto comunista”... Curiosidades e experiências religiosas, com credos diversos. Católicos, espíritas, evangélicos, umbandistas, budistas, ateus... Os primeiros amores, as rodas de violão, tocadas à noite no Congresso Nacional – diversão dos jovens brasileiros, tão “perto” do poder.

Em 1991, o primeiro vestibular: História! Na UFF, UnB, UERJ... não passei. Em 1992, o segundo vestibular: Psicologia. Dentre as várias aprovações, a opção pela UFRJ e o sonho da Universidade Pública! Da História à Psicologia, muitas “costuras” vêm sendo tecidas ainda hoje, no alinhamento da subjetividade com a cultura; no encontro com a Psicologia Social e a Psicossociologia; na descoberta de que estas fronteiras não são assim tão nítidas... em comum, a paixão pelas histórias, pelas narrativas, formas de contar e viver a vida.

Setembro de 1991. Um grupo de sete amigos, do qual fazia parte, realiza as primeiras atividades com crianças e mulheres de comunidades rurais de Teresópolis. Brincadeiras, teatro, música, conversas... formas de conhecer e se apresentar àquelas pessoas. Era o início do que muito depois viraria o Espaço Compartilharte, Organização da Sociedade Civil (OSC) na qual trabalhei de 1991 a 2013 e que é aqui trazida como objeto desta pesquisa.

1992. Os primeiros anos do curso de Psicologia são um desafio e ao mesmo tempo uma excelente aprendizagem para entrar em contato com as ciências e o modo fragmentado e disciplinar como se constituíram. Genéticas, Embriologias, Anatomias no Centro de Ciências da Saúde (CCS); Antropologias, Sociologias, Filosofias no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH); e mais umas tantas psicologias, psicanálises e práticas de pesquisa no Instituto de Psicologia (IP).

Tenho muito forte a lembrança do incômodo e estranhamento com as disciplinas de pesquisa: grupos de controle, variáveis intervenientes... E minhas inquietações: parecia que os métodos utilizados não tinham como dar “errado”! As perguntas feitas pelos pesquisadores pareciam já estar respondidas antes mesmo dos “assépticos” procedimentos. Controla-se tudo que pode interferir e chega-se exatamente aonde se quer chegar. Mas, a essa altura, eu não

tinha argumentos para questionar... Eu é que deveria estar entendendo errado!

Por outro lado, uma avalanche de desejos, tempos lógicos e inconscientes... A Psicanálise era quase hegemônica. Lacan se fazia presente até na disciplina de Psicoterapia Breve!!!

Com um ano de curso, e já por “vício de formação”, descobrimos que o CA estava desativado. Um grupo de amigos, já um círculo de afinidade formado, reunia-se para “reerguer” e discutir a “representatividade” de nossas propostas. Em 93, a Universidade nos oferece custear despesas para participarmos do II Seminário Nacional de Currículos de Psicologia. Três dias de ônibus para chegar à Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, com funcionários em greve e falta de água no campus. Ali, estava a Executiva Nacional de Estudantes de Psicologia (ENEP) e, ao final do encontro, encontrávamos pesquisadores que acabavam de sair do Encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Dali eu já estava “cooptada” pela Psicologia e começava a “reunir argumentos” para dialogar com minhas inquietações com as genéticas, desejos e grupos de controle.

Ouvir outras experiências, ver outras práticas acontecendo, observar, dialogar. Olhar o outro para ver-se melhor... Estes são movimentos presentes quase todo o tempo em minha trajetória. Deslocar-me para os outros, escutar, escutar muitos e retornar, de modo distinto, fazendo diferente.

Uma noite, no Encontro em João Pessoa, assistimos estupefatos à notícia da Chacina da Candelária. Colegas do Nordeste, “mais caminhados” que eu à época, falavam de sua indignação, contavam de seus trabalhos com meninos e meninas de rua, perseguições e ameaças às lideranças destes movimentos. De volta ao Rio, reunida com o grupo dos amigos do Espaço Compartilharte, chorávamos a dor da violência contra as crianças. Discutíamos direitos e deveres, falávamos da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Mobilizávamos forças para brincar, conversar e continuar o trabalho com crianças e mulheres no interior de Teresópolis.

Nestes anos, tentava também trabalhar, vendendo roupas, artesanatos, doces... Os anos de Francês - no Colégio Franco

Brasileiro e depois na Aliança Francesa – abriam-me as portas para trabalhar em eventos como intérprete e recepcionista. Desta “sorte”, em 92, fui selecionada para trabalhar no stand do IBAMA no Fórum Global/Rio-92. Experiência única no encontro com povos de todo o mundo, esperança e tratados para um mundo melhor... E eu não tinha a dimensão do que estava tendo a oportunidade de viver e o quanto me remeteria a este marco depois...

Da implicância com o “xiitismo” psicanalítico, encontrei Jung, talvez um dos discípulos-dissidentes mais “amados” por Freud. Durante três anos, participei de um grupo de estudos sobre Psicoterapia Analítica, encantando-me com os símbolos, arquétipos... talvez por uma vivência melancólica por não ter “feito” História ou Arqueologia, vivesse uma “arqueologia da psique”. O professor era o então supervisor da Casa das Palmeiras, clínica fundada pela Dra. Nise da Silveira. De uma visita às Palmeiras, surgiu meu primeiro estágio. Daí, tive o privilégio de conhecer a “Doutora” e seus gatos; o Museu do Inconsciente e o pioneirismo do trabalho... Reunindo minhas “habilidades artísticas”, fui instrutora de Expressão Corporal nas Palmeiras. Começam as leituras da Antipsiquiatria e Análise Institucional: Laing, Cooper, Foucault, Lourau, Lapassade, Barenblit... Dois anos de uma vivência intensa de estágio e muito estudo.

O contato com a loucura é uma marca na minha formação: desconstruir padrões, expectativas, diagnósticos fechados. Viver e acompanhar o Movimento da Luta Antimanicomial, além de alimentar minha “*sede pelos movimentos sociais*”, ensinou-me a relativizar fronteiras, deslocar o que achamos que sabemos a respeito do outro ou de nós mesmos... Da Casa das Palmeira, fiz todo o “percurso psiquiátrico” no Rio de Janeiro: estágio no Instituto Phillipe Pinel, no Centro Psiquiátrico Pedro II, trabalhos de Acompanhamento Terapêutico com o Instituto Franco Basaglia...

Os estágios alimentavam e nutriam o que vivia nas aulas. Pouco a pouco, reunia os tais argumentos para dialogar com as minhas inquietações. Relendo minha monografia de conclusão de curso, encontro:

Questionava a constituição da Psicologia e sua cientificidade, perguntando-me sobre que ciência estávamos falando. Frente à sua própria constituição - a partir de campos híbridos (Figueiredo, 1995) - encontrava concepções mescladas, onde

noções como conhecimento, ciência, cientista compareciam de forma dispersa, aparecendo por vezes, com uma tonalidade de extrema imparcialidade. Não percebia enfim, um exercício sistemático de questionamento do exercício profissional do psicólogo. Paralelamente a isso, começando a estagiar desde o quarto período, comecei a notar a profunda desarticulação entre teoria e prática, como se pudéssemos separar aqueles que "fazem" daqueles que "pensam". Em instituições de saúde mental, pude acompanhar as recentes discussões sobre o movimento da reforma psiquiátrica, onde me impressionavam a desarticulação e incoerência entre o discurso daqueles profissionais em relação às suas práticas. A partir dessas experiências em estágios, questionava-me sobre o papel e lugar da Academia na formação." (Moreira, 1998).

Ao lado da “paixão pela loucura”, em 94, já “habitando” mais a Praia Vermelha³, onde fica o Instituto de Psicologia da UFRJ, estava ávida por viver a vida universitária e minha formação com toda intensidade que pudesse. Candidatei-me a uma pesquisa de Iniciação Científica (IC) em um Programa de “nome complicado”: EICOS, Programa de Estudos Interdisciplinares em Comunidades e Ecologia Social. Fui selecionada para trabalhar na Linha Ecologia Social, Meio Ambiente, Comunidade e Desenvolvimento Cultural. Junto às professoras Tânia Maciel e Cristina Ferreira, trabalhei inicialmente (1994), na pesquisa para o Banco de Dados de Ecologia Social, realizando um levantamento do acervo bibliográfico existente na área. Sob a coordenação das professoras Maria Inácia D'Ávila Neto e Tania Maciel, também participei do levantamento de instituições de educação ambiental no Rio de Janeiro, entrevistando os responsáveis pelas organizações governamentais e não-governamentais que trabalhavam nesta área. Esta pesquisa resultou no relatório "Étude Nationale Sur La Situation de L'éducation Environnementale au Brésil" (EICOS/UFRJ, 1994) para o Programa Internacional de Educação Ambiental - UNESCO/PNUE, onde se definiram os principais problemas relacionados à educação ambiental no Brasil, assim como foram delineadas as prioridades e diretrizes para o Desenvolvimento Sustentável, tendo como base as orientações da Agenda 21 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992).

³ À época, as disciplinas dos dois primeiros anos do Curso de Psicologia eram oferecidas em três *campi* diferentes: no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCS), no Centro da cidade; no Centro de Ciências da Saúde (CCS), na Ilha do Fundão e no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), na Praia Vermelha, onde fica também localizado o Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A seguir, estive envolvida na elaboração do INFOBASE de Ecologia Social (1995/96/97), um projeto de informações multimídia, onde participei do cadastramento de professores e pesquisadores da UFRJ que trabalhavam na área de Meio Ambiente e Ecologia. Paralelamente ao INFOBASE, participei da pesquisa "Concepções e Representações Sociais de Ecologia e Meio Ambiente em Diferentes Áreas Da Comunidade Científica Brasileira" (1995/96/97), sob a orientação da professora Tânia Maciel.

Desta época, muito estudo e ampliação de fronteiras com as leituras de autores como Sachs, Moscovici, Jodelet, Dumazedier, Balandier, Brundtland, Le Botterf, Morin, dentre outros, discutindo as noções de Desenvolvimento (Sustentável, Durável, Endógeno e Ecodesenvolvimento); a teoria das Representações Sociais; os conceitos de Cultura e Ideologia, além de um estudo aprofundado em metodologia de pesquisa.

Finalmente em 97, participei do Subprograma de Mobilização Social (Participação Comunitária) do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG), através de um convênio entre o programa EICOS-UFRJ e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA/FEEMA). Baseando-se nas diretrizes da Agenda 21, e partindo da noção de que *"o meio ambiente não pode ser considerado como um dado isolado, mas sim com um dado da cultura de uma comunidade, isto é, como um processo de interação entre o sócio-cultural, gerado pelo homem e a natureza"* (MACIEL, T. & D'ÁVILA NETO, M. I., 1992), o projeto tinha como foco o desenvolvimento e capacitação de agentes comunitários nos sete municípios diretamente beneficiados pelas obras do PDBG. Experiência exemplar para analisarmos o campo de forças entre saberes-poderes distintos...

Os anos de IC no então familiar Programa EICOS, passaram a ser definitivos em meu processo de "formação do espírito científico", onde fui aprendendo que *"toda cultura científica deve começar (...) por uma catarse intelectual e afetiva. Resta, então, a tarefa mais difícil: colocar a cultura científica em estado de mobilização permanente, substituir o saber fechado e estático por um conhecimento aberto e dinâmico, dialetizar todas as variáveis experimentais, oferecer enfim à razão razões para evoluir"* (BACHELARD, 1996).

Paralelamente, a esta altura, começavam a acontecer algumas mudanças curriculares no curso de Psicologia da UFRJ. Com estas,

alguns caminhos interessantes foram trilhados, principalmente nas disciplinas ligadas à Psicologia Social e mais especificamente à Psicossociologia. Um “marco” desta caminhada está no meu “encontro” com o conceito de implicação, cuidadosamente apresentado pela Profa. Miriam Preuss em leituras de Barus Michel e Devereux.

Com a implicação, a “descoberta” da epistemologia: a ciência é uma construção, não há neutralidade possível, nem cisão entre sujeito e objeto, natureza e cultura, história e psicologia... Eu podia enfim me de-bater com a ciência e apresentar argumentos!

Outros estágios foram vividos com muito carinho, aprendizados, reflexões. Muitos congressos, seminários e o início de apresentações de trabalhos, minhas primeiras argumentações. Cursos complementares, palestras, muito desejo – agora encontrando novas psicanálises – de aprender.

A implicação, sob orientação da Profa. Jacyara Nasciutti, foi tema de minha monografia de conclusão de curso, colocando-se como pré-texto para analisar o campo “psi”. Dela, surgiu também o projeto apresentado para a seleção do mestrado no Programa EICOS em 2008.

Foi também a Profa. Miriam Preuss quem me sinalizou que a “roupa da implicação estava apertada demais” para problematizar todas as questões que trazia. Com seu “rigor afetivo”, a profa. Rosa Pedro – na linha de pesquisa “Epistemologia e ética em Ciências Humanas” – orientou-me no mestrado, ajudando-me a descobrir e construir “com que roupa eu vou”. A dissertação “Tecendo Redes de Saberes e Práticas: a Psicologia Social na Contemporaneidade” foi defendida em 2000. Com esta, pude alinhar as questões vividas desde a graduação, discutindo a formação da ciência, a constituição da Psicologia nos moldes do conhecimento moderno para finalmente chegar à problematização da Psicologia Social como campo que herda estas heranças clássicas mas também realiza algumas rupturas epistemológicas, constituindo novas possibilidades de saberes e fazeres em Psicologia. Trabalhando com Histórias de Vida, tive a oportunidade de escutar trajetórias de profissionais que se inquietaram com esta psicologia norte-americana e buscaram outras

fontes, “O homem em movimento” (LANE), a Psicologia Social Comunitária, ABRAPSianos⁴.

Nestes anos de graduação e mestrado, destaco três raízes de formação: a vivência da loucura ensinando-me a relativizar olhares; a vivência na pesquisa ensinando-me a apurar o olhar investigativo e a necessária disciplina para conhecer, e a vivência no Espaço Compartilharte, oportunizando viver tudo ao mesmo tempo: teoria e prática, pesquisa e paixão, saberes e fazeres...

No término do mestrado, os rumos do trabalho comunitário do Espaço Compartilharte já eram outros: seis anos depois das primeiras atividades realizadas, as demandas cresciam, os resultados das oficinas de cidadania, arte e cultura eram reconhecidos. Trabalhávamos de modo complementar à escola formal e às famílias, buscando fortalecer o tripé família-comunidade-escola, dentro da perspectiva da proteção social/educação integral.

Como voluntária, desenvolvia grupos com as mulheres e com os jovens de cinco comunidades rurais de Teresópolis. Ainda morando no Rio, viajava duas ou três vezes por semana. No percurso Rio/Teresópolis/Rio, tentava aproximar as experiências acadêmicas daquele rico campo de investigação, fazendo dialogar as vivências em saúde mental e pesquisa. No Espaço, começamos pequenas intervenções de pesquisa psicossocial, criando novas ferramentas, adaptando metodologias dentro da flexibilidade ali permitida.

Paralelamente, após o mestrado trabalhei como professora de graduação e pós, inicialmente discutindo Metodologia Científica e Orientação de Monografias. Para além dos métodos, evocava a discussão epistemológica e a produção do conhecimento, questões recém-discutidas.

O dinheiro inicial do grupo de amigos do Espaço Compartilharte acabara e a ampliação do atendimento requeria novas formas. Institucionalizamos a Associação da Sociedade Civil e, logo a seguir, começamos a trabalhar na captação dos primeiros parceiros:

⁴ Referência à Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), um marco quando falamos da busca por outras perspectivas para a Psicologia no Brasil. Com a ABRAPSO, desenvolve-se e aprofunda-se a constituição de uma Psicologia Social que partia da realidade vivida no Brasil e países latino-americanos. Amplia-se ainda as possibilidades de aproximação entre a Psicologia e ações de mobilização comunitária e de formação política, reforçando o papel de transformação social da Psicologia, a partir da ruptura com o modelo norte-americano vigente até então.

empresas, fundações, organismos governamentais e internacionais. À época, já tínhamos aprendido – ou definido – que nosso caminho se distanciava das ações assistencialistas ou da caridade. Não tínhamos ido ali para dar nada àquelas pessoas, mas trocar, compartilhar. Daí veio o nome: um espaço para compartilhar a vida através da arte! O empoderamento das famílias passava também pela alfabetização e construção de alternativas de geração de trabalho e renda. *Falávamos que o êxito de nosso trabalho se daria quando aquelas comunidades não mais precisassem de nossa presença para lutar pela garantia de seus direitos.*

A ruptura com o assistencialismo trouxe para nós os desafios, vivências e conquistas na gestão de organizações sociais. Discutir políticas públicas, articular parceiros, aprender uma legislação nova e muito específica, garantir a transparência na aplicação dos recursos e os resultados de processos e projetos. Comecei a participar de conselhos – uma conquista da Constituição – e fóruns formuladores de políticas públicas: Assistência Social, Direitos da Criança e do Adolescente, Unidades de Conservação... Além dos saberes acadêmicos, aprendia e entrava em contato, agora, como outras instâncias produtoras de saberes e fazeres.

Na docência, aproximei-me da Educação, ensinando Sociologia, Filosofia, Metodologia... Em 2001, já morando em Teresópolis, trabalhei com formação de professores no Curso Normal Superior e na pós em Docência do Ensino Superior. *Cuidar e ensinar pessoas que cuidam e educam passou a ser uma constante nesta trajetória.*

No Espaço, talvez pela disciplina do olhar formado nestes anos, voltei-me para pensar a produção do conhecimento nos projetos sociais que desenvolvíamos e que eu passava a coordenar. Encontrei como caminhos metodológicos, estudar as estratégias de monitoramento, avaliação e sistematização de experiências e tecnologias sociais. Mantinha assim o diálogo com a epistemologia e metodologia, na construção de indicadores quanti-qualitativos, na relação do pesquisador com seu campo de trabalho, na não-neutralidade...

Criamos mecanismos de registro diário de tudo que fazíamos. Além disso, espaços semanais para estudo e reflexão sobre a prática. Nesta época, a experiência que vivia na clínica, em paralelo, na saúde mental, trazia um olhar sobre a subjetividade e reforçava a

importância da supervisão ou visão compartilhada como preferíamos falar.

Dos registros, reflexões e estudos, começamos a nos dedicar à sistematização de nossa experiência. Consolidávamos assim, os saberes e fazeres construídos em textos, oficinas, cadernos pedagógicos, relatórios, bancos de dados, portfólios.

Essa sistematização das experiências - agora transformadas em conhecimento - foi progressivamente sendo reconhecida com importantes premiações nacionais e internacionais na área, dentre elas o Prêmio Criança 2004 da Fundação Abrinq como vencedor nacional da categoria convivência comunitária; o melhor projeto de educação complementar à escola formal pelo Prêmio Cidadania 2003; Certificação de Tecnologias pela Fundação Banco do Brasil e Prêmio Itaú-Unicef (finalistas três vezes).

Além destes reconhecimentos, organizei e escrevi dois capítulos do livro "Da arte de compartilhar: uma metodologia de trabalho social com famílias", hoje com edição esgotada, após ter sido selecionado pela Biblioteca Nacional para ser distribuído nacionalmente. Outras metodologias viraram cursos, oficinas, seminários e materiais didáticos diversos.

Entre 2006 e 2009, tive a oportunidade de coordenar o Projeto Vereda do Desenvolvimento Sustentável da Comunidade de Canoas: um Projeto Demonstrativo para a Conservação da Mata Atlântica, executado pelo Espaço Compartilharte, em Parceria com o Ministério do Meio Ambiente/Subprograma de Projetos Demonstrativos para a Conservação da Amazônia/Componente Mata Atlântica, através do convênio bilateral Brasil-Alemanha/GTZ/KFW. Além de ter sistematizado esta experiência, participei e coordenei o Centro de Referência em Educação e Desenvolvimento Sustentável, implantando a partir deste Projeto: um espaço que reuniu um conjunto de experiências demonstrativas resultantes das metodologias sistematizadas. Exposições permanentes e itinerantes, materiais didáticos, eventos, oficinas e cursos de capacitação colocavam-se a serviço da proposta de compartilhar os conhecimentos construídos nestes 22 anos.

O momento que agora se abre pede pausa, tempo para rever essa trajetória, distanciar-se para reaproximar de forma distinta. Diz-se

que o doutorado é um momento de culminância na vida acadêmica e profissional: oportunidade de consolidar trajetórias, revisar histórias, problematizar o vivido para prosseguir. A proposta deste trabalho não é diferente. Insere-se em um momento de vida que pede *tempo e espaço* para a reflexão e crítica sobre escolhas, projetos, experiências, desafios, equívocos e acertos, encontros e desencontros, aprendizagens diversas.

Não é somente ponto-de-partida e ou de chegada, mas sobretudo arena de embate ou palco que evoca múltiplos atores para contar histórias que mesclam trajetórias pessoais e profissionais, individuais e coletivas, em uma narrativa implicada. A opção pelo doutoramento - dez anos após o mestrado, neste mesmo Programa de Pós-graduação - sinaliza a busca por conhecer, reunir e construir uma *caixa de ferramentas* mais rica, ampla e diversa que permita acessar, burilar, lapidar e recriar nosso campo de pesquisa e intervenção.



APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem como foco a problematização sobre a atuação da sociedade civil no fortalecimento da democracia, no Brasil, nas últimas décadas.

Movimentos sociais, organizações não governamentais, associações, institutos, fundações, terceiro setor: terminologias diversas que apontam práticas múltiplas e referenciais distintos, sinalizando o necessário reconhecimento da complexidade deste campo. A abordagem proposta não se dá em direção ao consenso, mas no desafio de transitar entre fronteiras, heterogeneidades e controvérsias.

Em comum, encontramos nestas práticas, a ação de pessoas, grupos e organizações que se mobilizam, na esfera privada, em torno da causa pública e que têm o princípio democrático como projeto político que norteia as bases da convivência em sociedade.

Nesta pesquisa, lançamos um olhar especial para o campo dos projetos sociais como territórios de ação ou dispositivos⁵ que dão materialidade às assim chamadas Organizações da Sociedade Civil (OSC) e nos valem da experiência da OSC Espaço Compartilharte.

O Espaço Compartilharte é uma Associação Civil para fins não-econômicos, sem fins lucrativos, que tem como foco a *educação para cidadania*. Sua sede fica em Canoas, área rural de Teresópolis, município da região serrana do estado do Rio de Janeiro/Brasil, distante cerca de 90 Km da capital.

As primeiras atividades foram iniciadas em 1991, a partir da união voluntária de um grupo de amigos - respaldados em seu passado de militância

⁵ Na obra de Foucault, encontramos o conceito de dispositivo como “*um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos*” (Foucault, 1979: 244).

em movimentos sociais - que começou a se reunir, inspirado pela busca por contribuir na *construção de um mundo mais justo, fraterno e igualitário*.

O Espaço Compartilharte é uma dentre muitas iniciativas que surgiram no início dos anos 90, a partir do convite que se abria à participação da sociedade civil na formulação de Políticas Públicas. Atuando na interface entre a Assistência Social e a Educação, o Compartilharte, inicialmente, tinha como público-alvo crianças, adolescentes, jovens e familiares que viviam em cinco comunidades locais, totalizando cerca de 1.800 pessoas.

À época, essas comunidades eram marcadas por situações de vulnerabilidade extrema, reunidas sob indicadores de alto índice de analfabetismo e evasão escolar, associados com baixa qualificação profissional, subemprego e desemprego. Lacunas nas políticas públicas que deveriam garantir direitos básicos a essas famílias estavam materializadas na ausência de transporte público regular, na inexistência de serviços de educação infantil para crianças de 0 a 7 anos, na alta incidência de reprovação entre crianças de 8 a 12 anos e na evasão escolar de adolescentes e jovens, assim como na inexistência, à época, de moradores de baixa renda que chegassem ao ensino superior.

Embora situada em um importante remanescente da Mata Atlântica, zona de amortecimento do Parque Estadual dos Três Picos, Canoas era desprovida de equipamentos de saneamento público. Nas lavouras da região, uso abusivo de pesticidas, trabalho infantil, informalidade. Muitas famílias viviam como meeiros e arrendatários na agricultura. Não se alimentavam do que plantavam, mas sim de arroz, batata e massas. A desnutrição infantil, associada ao clima da região serrana, compunha episódios frequentes de complicações respiratórias e recorrentes problemas de saúde.

Outras tantas famílias dedicavam-se, às vésperas das férias de verão, a preparar os sítios e casas de veraneio dos proprietários que vinham da capital. Assim, por anos seguidos, muitos pais tiravam seus filhos da escola antes que o período letivo se encerrasse, para que os *filhos da terra* pudessem prepará-la para os *filhos de quem vinha de fora*.

Os primeiros relatos dos moradores daquela região denunciavam um modo próprio de vida em que o futuro parecia não estar em questão. Em suas falas, um recorrente predeterminismo parecia antever o que estava dado: filhos de pobres morrerão pobres, *“cidadania é coisa bonita na boca de doutor, não é coisa pra gente daqui”*, diziam-nos.

A instituição, hoje, encontra-se em processo de encerramento, após mais de vinte anos de atuação. As práticas vividas pelo Espaço Compartilharte serão aqui tomadas não como um estudo de caso, mas como *campo de dispersão, a partir do qual vamos problematizar as controvérsias e possibilidades de reinvenção dos modos de atuação da sociedade civil no fortalecimento da democracia.*

Reconhecendo nossa implicação neste campo, assumimos o caráter também autobiográfico desta pesquisa e situamos nossa inserção no Espaço Compartilharte, desde sua fundação, em 1991, até os dias atuais. É sobretudo a partir desta experiência que serão tecidas as teias e tramas que entrelaçam vivências pessoais/profissionais e as histórias vividas no país, nos últimos anos.

Um olhar sobre as últimas décadas possibilita perceber o quanto a atuação destas organizações vem se metamorfoseando e reconfigurando-se de modos diversos. O recorte proposto situa-se nas quatro últimas décadas, localizando a Constituição de 88 como um marco, quando a participação popular é legitimada como caminho para a plena cidadania.

Dentre os *muitos personagens em cena* (SADER, 1988), com os anos 70 e 80 vemos surgir diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil que se mobilizam na luta contra a ditadura e pela democratização, construindo importantes conquistas que vão do silenciamento, punição e interdição à participação como conquista e direito.

A partir das décadas de 80 e 90, participar de Organizações da Sociedade Civil abria possibilidades de ocupar o espaço público e ser/fazer política. Política está sendo entendida aqui, não apenas como instância ou modo de governo, mas sobretudo como *“forma de compartilhar destinos”*

(NOGUEIRA, 2011: 250) e de reconstruir coletivamente a utopia de um futuro melhor.

Há pouco mais de duas décadas, as OSC colocavam-se como espaços de deposição-acolhimento-encaminhamento de indignações, utopias e lutas. Hoje, há um discurso-movimento de criminalização de organizações sociais, associando-as a escândalos que envolvem corrupção, política partidária e desvio de recursos públicos, de tal modo que a própria legitimidade deste trabalho e militância é colocada em xeque.

O que foi feito nestes quarenta anos? Como estas experiências contribuíram com a consolidação da democracia? O que mudou, nestas práticas, a ponto de nos deslocarmos do território de possibilidades e utopias para o campo das denúncias e desvios?

Para além das dicotomias extremas, acreditamos que acompanhar algumas destas histórias e suas recentes transformações potencializará a problematização sobre a atuação e papel da sociedade civil, hoje, fortalecendo uma agenda para as próximas décadas.

Tomamos então, os projetos sociais – dispositivos que dão materialidade às organizações da sociedade civil - como *controvérsia* (LATOUR, 1989) uma vez que entendemos que estamos lidando com um objeto polêmico, não estabilizado e permeado por relações heterogêneas, onde há conflito e disputa entre os distintos atores.

Buscamos, assim, nos aproximar de certas estratégias de produção de conhecimento – mais que metodologias - que se distanciam do apaziguamento e do silenciamento dos ruídos, embates e dissonâncias. O movimento é na contramão e vai em busca de ferramentas que façam reverberar sons, multiplicar vozes.

Propomos traçar uma *cartografia de controvérsias* reconhecendo a produção de conhecimento como processo-intervenção de construção de mundos possíveis que se fazem o tempo todo nas práticas. Ressaltamos o caráter processual desta abordagem, situando a parcialidade, incompletude e provisoriedade de cada cartografia traçada.

O resultado esperado não aponta sínteses ou generalizações, mas a configuração de um mosaico composto por múltiplas vozes e experiências diversas que permitam recriar utopias, sentidos e possibilidades de reinvenção de modos de ser, conhecer e viver juntos.

Assim, esta tese é uma cartografia de muitas texturas, múltiplos fios, redes e tramas. Este relevo é desenhado por diferentes narrativas. Dentre elas a análise de documentos, relatos e depoimentos de pessoas que acompanharam ou atuaram em Organizações da Sociedade Civil e em movimentos sociais; opiniões publicadas na mídia e artigos veiculados em diferentes meios de comunicação; aportes teóricos e conceituais trazidos pela literatura sobre o tema.

O mapa tecido reúne ainda experiências vividas no Espaço Compartilharte, tornadas presentes a partir da análise de entrevistas, depoimentos, fotografias, desenhos, atas, relatórios, textos e outros registros sobre o trabalho da instituição. Memórias e trajetórias pessoais entrecruzam-se, permeando e alinhavando o texto.

Assim, utilizamos diferentes categorias discursivas coletadas de múltiplas fontes (livros e periódicos, redes sociais, jornais, revistas, relatórios, etc.). Reconhecemos que se tratam de enquadramentos diferentes com contextos discursivos e interlocutores diversos. Buscamos com estes textos, reunir a multiplicidade de vozes sobre os assuntos em foco, atentando para a necessidade de tratá-los de formas distintas. Para isso, optamos por ressaltar e diferenciar alguns trechos, sinalizando-os com os seguintes ícones:

❖ Relatos e depoimentos coletados nas entrevistas



❖ Citações diretas coletadas de fontes bibliográficas



❖ Textos e depoimentos retirados da Internet (redes sociais, blogs, etc.)



❖ Textos diversos produzidos pelo Espaço Compartilharte



Esta pesquisa de tese-cartografia está organizada em quatro capítulos. Iniciamos nossa viagem, convidando o leitor a se aproximar de um “*campo que arde como brasa*”: a partir de muitas questões, alguns rastros e pistas sobre as transformações e controvérsias vividas pelos projetos sociais, nos últimos anos, buscamos configurar nosso campo-objeto de pesquisa.

No segundo capítulo, discutimos algumas das estratégias de produção de conhecimento utilizadas, problematizando o quão articuladas devem estar nossas formas de ver nossos objetos de estudo e campos de investigação às noções de método e escolhas teórico-conceituais.

Nos terceiro e quarto capítulos, seguimos rastros e pistas das práticas sociais no Brasil, problematizando a história não com o intuito de reconstituir uma suposta origem dos projetos sociais, mas na busca por acompanhar de que modo determinadas condições singulares geraram configurações e reconfigurações destas práticas e que reverberações isso tem gerado hoje. Buscamos aí, articular o diálogo entre a gênese deste campo e a experiência do Espaço Compartilharte, acreditando que a partir do conhecimento local podemos ampliar e dar visibilidade às controvérsias mapeadas.

CAPÍTULO I

“UM CAMPO QUE ARDE COMO BRASA”:

SEGUINDO RASTROS E PISTAS PARA CONFIGURAÇÃO DE UM OBJETO DE PESQUISA

1.1. Introdução

*"A utopia está lá no horizonte.
Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos.
Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos.
Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei.
Para que serve a utopia?
Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar."*

(Fernando Birri, cineasta argentino, citado por Eduardo Galeano)

Vem da América Latina a inspiração para caminhar. De um encontro entre o escritor uruguaio Eduardo Galeano e o cineasta argentino Fernando Birri, surge, no horizonte, a utopia: um compromisso não com um caminho, mas com o caminhar.

Hoje, no Brasil, transcorridas quase três décadas após a promulgação da Constituição Federal, parece-nos pertinente questionar como temos caminhado rumo à consolidação da democracia, acompanhando sobretudo as *práticas nas quais se materializam as múltiplas formas de participação da sociedade civil neste processo.*

Encontramos, atualmente, movimentos contraditórios: por um lado, a democracia parece ser vivida como algo consolidado, garantido. Chega-se a vivê-la, naturalmente, apagando ou esmorecendo a história de sua construção. Por outro, vive-se um tempo que parece nos dizer que nada está pronto ou acabado e que a vivência democrática é processo cotidiano de conquista.

Em nossa abordagem assumimos que problematizar a participação da sociedade civil na consolidação da democracia implica em uma construção. Sociedade civil, participação e democracia não estão dadas nem como realidades ou fenômenos nem como objetos de investigação.

Aliás, talvez seja importante deixar claro, desde já, conforme procuraremos discutir ao longo desta tese⁶, que trabalhamos com uma perspectiva segunda a qual não há objeto dado ou realidade “lá fora” a ser conhecida, traduzida ou interpretada. Ao contrário, os objetos são construídos nas e a partir das perguntas, problematizações e abordagens que fazemos.

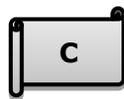
Este é o objetivo deste capítulo: reunir elementos – rastros e pistas - que nos ajudem a construir nosso objeto e campo de pesquisa. A busca é por acompanhar algumas das múltiplas configurações nas formas de ações coletivas civis na vida pública, no Brasil, nos últimos anos.

Seguindo o recorte de nossa investigação, o foco proposto concentra-se sobretudo nas chamadas Organizações da Sociedade Civil e, mais especificamente, nas práticas experimentadas pelos projetos sociais como territórios de atuação da sociedade civil, ressaltando as transformações e controvérsias vividas atualmente.

Assim, ao mesmo tempo em que nos propomos a construir nosso objeto de pesquisa, neste capítulo, problematizamos a própria constituição de nosso campo de investigação. Campo está aqui sendo entendido não como o *lugar* no qual se vão levantar os dados de pesquisa sobre determinado assunto, mas como campo-tema⁷, tal qual proposto por SPINK (2003: 19) como

⁶ Ao longo de todo o texto, procuramos discutir as estratégias e perspectivas adotadas para pensar a ciência e a produção do conhecimento. Optamos por “diluir” algumas destas problematizações no próprio desenvolvimento da tese. No capítulo 2 estas discussões são retomadas de forma mais aprofundada e sistematizada.

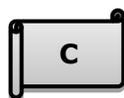
⁷ Agradeço especialmente aos Professores que participaram de meu Exame de Qualificação de Pesquisa de Tese, pelas contribuições e sugestões, dentre estas a noção de campo-tema.



as redes de causalidade intersubjetiva que se interconectam em vozes, lugares e momentos diferentes, que não são necessariamente conhecidos uns dos outros. Não se trata de uma arena gentil onde cada um fala por vez; ao contrário, é um tumulto conflituoso de argumentos parciais, de artefatos e materialidades.

Com a ideia de campo-tema ampliamos os modos de pensar a produção de conhecimentos, desnaturalizando nossos objetos de estudo e aproximando-nos da possibilidade de acompanhar os processos de sua construção, de modo situado.

Ressaltamos ainda, com este movimento, a nossa inserção em nossas investigações, reconhecendo que pesquisar é também produzir mundos possíveis a partir de nossas vivências e no encontro com os outros. Neste encontro estão



Lugares, eventos, pessoas, rostos, artefatos, documentos, impressões, recortes, anotações, lembranças, fotos e sons em partes e em pedaços (muitos pedaços); um confronto de saberes uma negociação de sentidos numa busca de ampliar possibilidades de transformar práticas. Só o mal avisado pode pensar que isso é uma atividade neutra. (SPINK, 2003: 37).

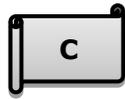
Assim, nesta perspectiva, começamos situando desde já que não iremos a campo; já estamos no campo, tecendo nossa escrita implicada a partir das inquietações e provocações suscitadas pelo autor, ao nos advertir que:



Devemos esperar e estar preparados para responder como psicólogos sociais: o que é que nós estamos fazendo, como e aonde? O que temos a ver com o campo-tema; O que estamos fazendo ali? Qual é a nossa contribuição, a nossa parte neste processo? Precisamos aprender que ser parte do campo-tema não é um fim de semana de pesquisa participante e muito menos uma relação de levantamento de dados conduzido num lugar exótico, mas é, antes de mais nada, a convicção moral que, como psicólogos sociais, estamos nesta questão, no campo-tema, porque pensamos que podemos ser úteis. (SPINK, 2003: 27).

Deste entendimento, desdobra-se ainda a possibilidade de buscarmos construir um texto que se abra ao encontro com outras vozes, não só vindas da Psicologia, da academia ou do “mundo da ciência”, mas também que componham este campo-tema ou se aproximem dele.

Mais uma vez com SPINK (2003: 38,39), perguntamos:



Se sabemos que uma dissertação ou tese precisa ser re-escrita para se tornar um livro que é agradável para ler, onde está o problema: com a tese ou com o livro? Sem dúvida nossos estilos acadêmicos de narrar estão ainda muito presos aos pressupostos científicos pre-construcionistas e precisamos estar preparados para abrir mão da estrutura e estilos convencionais das dissertações, teses, artigos e apresentações quando estes não ajudam a construir um diálogo inicial entre o campo-tema e as demais pessoas direta ou indiretamente presentes - incluindo os não-presentes-mas-presentes-nas-narrativas.

Assim, essa tese é também fruto desta busca por construir textos palatáveis – que se distanciem, na medida do possível, das estruturas rígidas e modelos convencionais da ciência moderna (LATOURE, 1999; SPINK, 2003) – e se aproximem de outras narrativas e modos de contar histórias, aí incluídas a literatura, as imagens e as artes de forma geral; assim como o autobiográfico, o historiográfico e o encontro com o vivido.

Este capítulo está composto por cinco eixos de argumentação que se complementam, quais sejam: 1. Uma escrita que se faz no calor dos acontecimentos; 2. Das ruas à construção do campo-tema: nos rastros da sociedade civil; 3. Da sociedade civil à construção cidadã: nos rastros da história e 4. Organizações da sociedade civil, participação e democracia – *O que foi feito, amigo?*

1.2. Uma escrita que se faz no calor dos acontecimentos

Em junho de 2013, a menos de um ano para concluir esta pesquisa de doutoramento, surgiram, no Brasil, centenas de manifestações que têm reunido multidões de pessoas por todo o país.

Uma primeira bandeira aglutinava a insatisfação dos manifestantes frente ao aumento das passagens dos transportes urbanos. Com ela, abriu-se a discussão sobre a mobilidade nas cidades como um direito universal frente à ausência de planejamento das metrópoles brasileiras.

O movimento conhecido como “Passe livre” pode ser visto como um detonador de outras múltiplas demandas e reivindicações. Com ele, surgiram as faixas *“Não são vinte centavos, são nossos direitos”*. Com elas, temos visto proliferar bandeiras e lutas.

Enquanto os jogos da Copa das Confederações aconteciam dentro dos estádios, do lado de fora, manifestantes pediam: *“queremos hospitais e escolas no padrão da Copa”*, apontando questionamentos sobre a transparência, prioridades e aplicação dos recursos públicos nos megaeventos⁸.

Nos espaços do poder político institucionalizado – assembleias legislativas, câmaras e congresso federal – manifestantes declaram: *“você não me representam”*.

Após as manifestações, ficavam palavras nos muros: *“Povo nas ruas”*; *“O Brasil depende de nós”*; *“Deixe sua cabeça funcionar”*; *“Poder ao povo! Fora Cabral⁹! É preciso amar as pessoas como se não houvesse o Estado”*; *“Nossa ordem é o caos”*; *“Estado laico”*. Nas agências bancárias, quebradas e saqueadas, encontramos cartazes e pichações: *“Este é o efeito colateral que seu sistema fez”*; *“Em um estado maquiado, o professor é descamisado”*.

Seguindo uma tendência que parece ter começado em diversos países do mundo, em 2011¹⁰, as manifestações que começaram em junho de 2013, no Brasil, trouxeram reivindicações locais, tornando presente as principais demandas de cada cidade ou região, mas ao mesmo tempo, ganharam escala e ares de solidariedade entre as diferentes nações (CARNEIRO, 2012: 7).

⁸ Além da Copa das Confederações e da Jornada Mundial da Juventude, realizadas em 2013, o país prepara-se para sediar a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas em 2016. Com a aproximação destes eventos, muitos investimentos têm sido feitos em ginásios e campos de futebol, além de instalações e reformulações na vida das cidades.

⁹ Referência ao governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral.

¹⁰ A fim de não fugir do escopo desta pesquisa, optamos por não apresentar uma discussão mais detida sobre os chamados “movimentos sociais transnacionais” ou “movimentos da sociedade em rede”. Estão aí incluídas a Revolução egípcia, a Primavera Árabe, os Indignados na Espanha, o Occupy Wall Street, dentre outros. Estas manifestações agregam mobilizações frente à crise econômica, social e política vivida sobretudo a partir de 2008, assim como colocam-se como contraponto a governos ditatoriais, denunciando uma crise frente aos espaços tradicionais de representação. A pulverização de bandeiras e de lideranças associa-se à ampla utilização das ferramentas e tecnologias de informação e comunicação, com destaque para as redes sociais, como estratégias de mobilização. Sobre o assunto, ver CASTELLS, M.(2012); HARVEY, D. et. Al.(2012); entre outros.

Frente ao inesperado destes movimentos, certo tom de perplexidade torna-se comum entre aqueles que participam e aqueles que assistem às passeatas e ocupações. Parece faltar repertório analítico ou argumentação que dê sustentação e nos ajude a compreender o ineditismo destes acontecimentos. Embora lutas e manifestações sociais façam parte da história do Brasil, muito antes de nos tornarmos um país independente (GOHN, 2012), há elementos novos nestes episódios recentes.

Resguardando o caráter polissêmico e longe de desejar alcançar uma tradução que homogeneíze o que temos vivido, é possível ressaltar algumas novidades nestas manifestações: em primeiro lugar, não há uma liderança que possa ser identificada ou bandeira unificada de lutas e reivindicações. A pulverização de bandeiras fala do quão complexas são as tramas da sociedade atual. Em uma mesma manifestação, clama-se pela redução da tarifa de transporte urbano, contra a PEC 37 – Proposta de Emenda Constitucional que retiraria do Ministério Público o poder de investigação criminal – e contra o projeto conhecido como “Cura Gay” – que reconheceria a homossexualidade como uma doença a ser tratada...

“*O gigante acordou*” tornou-se uma bandeira para falar de um país que estaria adormecido em certo imobilismo. Embora, no Brasil, muitos movimentos tenham se mobilizado nas duas últimas décadas – aí incluídos os Sem-Terra, a Marcha das Mulheres, dentre outros – há que se considerar que desde o *impeachment* do Presidente Collor, em 1992, não se viam manifestações com tamanha repercussão. Fazendo frente ao “*acordar do gigante*”, surgiram também outras vozes dizendo que “*não estavam dormindo*” e que a luta pela democratização vem sendo travada, em muitos espaços, cotidianamente. Para alguns “mais vivos” nesta trajetória, parece, por vezes, quase ofensivo dar a entender que o Brasil estaria acordando somente agora.

No calor desse embate, olhar para as ruas nos leva a constatar que as manifestações tem sido protagonizadas sobretudo por jovens, muitos dos quais nem nascidos ou ainda bem pequenos quando os *cara-pintadas* mobilizaram-se pedindo o afastamento de Collor. Uma pesquisa realizada pelo IBOPE (2013) aponta que 46% dos entrevistados estavam participando de uma

manifestação pela primeira vez, em 2013. Distintamente dos *cara-pintadas*, hoje, 20 anos depois, os jovens mobilizam-se pelas redes sociais. A Internet coloca-se assim, como mais um ponto peculiar destas mobilizações recentes.

O acesso à rede mundial de computadores e a articulação via redes e mídias sociais reconfiguram modos de compartilhar a indignação, de se mobilizar e de participar da vida pública (CASTELLS,2013). ADORNO (2013)¹¹ nos provoca, questionando se estaríamos vivendo o sonho da ágora grega realizado: um espaço onde todos participam e todos falam. Quem media?

A discussão sobre *acordar agora* ou *já estar na luta há mais tempo* parece trazer também uma outra polêmica: *ser de esquerda* ou *de direita*. O que, para alguns, seria um debate superado, é reeditado e revisitado, recebendo talvez novas roupagens, nas recentes manifestações. Completamos uma década de um governo nascido de uma tradição histórica e política de esquerda. A chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, com os governos Lula e Dilma, torna mais complexa a discussão. É preciso reconhecer, por um lado, os avanços consideráveis em termos de políticas sociais e diminuição da desigualdade social. Por outro lado, o compromisso socialista com a igualdade de oportunidades deveria ter implicado, dentre outras coisas, na construção de relações mais horizontalizadas, na justiça social e no combate à corrupção. Esperávamos uma radicalização da democracia. No entanto, para eleger-se e criar condições de governabilidade, assistimos a reprodução de mecanismos e estratégias antes criticadas como neoliberais ou de direita.

Além disso, a priorização do desenvolvimentismo e do incentivo ao consumo, aliado às políticas sociais de transferência de renda, tem mudado a configuração da sociedade brasileira. Para alguns pesquisadores, caberia questionar porque as manifestações surgem em um momento em que tantos chegam à classe média.

¹¹ Referência à fala de Sérgio ADORNO na mesa redonda “A sociedade em movimento: as vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais”, realizada no XVI Congresso Brasileiro de Sociologia (UFBA, 11/09/2013).

Mas, se por um lado, muitas famílias estão saindo da faixa da miséria e da pobreza, por outro, cabe perguntar quais espaços estas pessoas passam a ocupar neste novo cenário. Em outras palavras, hoje, vivemos os paradoxos advindos da emergência da chamada *nova classe média* que, empoderada economicamente, vê-se ainda desprovida do acesso a políticas e serviços públicos básicos.

A charge veiculada neste período sintetiza estas colocações:



(Por Raul Motta para Humor Político <http://www.humorpolitico.com.br/brasil/a-nova-classe-media/>)

Assim, frente à imagem de que estaríamos vivendo em um país em *pleno desenvolvimento*, novos elementos vem compor este cenário. Em cena está um Brasil multifacetado: a nação escolhida para sediar a Copa, as Olimpíadas e a Jornada Mundial da Juventude; o país que “sobreviveu” à crise econômica internacional de 2008; o lugar onde os pobres “viraram” classe média é o mesmo que não tem médicos ou hospitais públicos equipados adequadamente; onde o crescimento da violência e da mortalidade entre os jovens e sobretudo entre negros e pardos é crescente; onde professores e escolas veem-se despossuídos de seu papel de formação de cidadãos.

O combate à corrupção também tem despontado como uma importante bandeira nas manifestações. Com ela, ressalta-se o desgaste e desconfiança da população em relação às formas e espaços institucionalizados da democracia representativa. Com frequência, afirma-se que as manifestações são apartidárias e que prescindiríamos de partidos políticos. A frase “*você não me representa*”, presente nas ruas e redes sociais, e direcionada aos mais diversos destinatários, pode ser ouvida como um apelo para multiplicar vozes e interlocutores. Passou a ser comum dizer que precisamos “*ouvir a voz das ruas*”.

Neste debate, certos autores (GOHN, 2013) têm apontado que não se trata de uma crise financeira, mas sim moral e ética que abarcaria a própria legitimidade do Estado, incapaz e incompetente para abrir-se ao diálogo e à participação da sociedade civil na vida pública e política.

Se a discussão sobre *acordar agora* ou *já estar na luta há mais tempo* trouxe a polêmica *ser de esquerda* ou *de direita*, esta veio acompanhada de mais algumas ambivalências: *ser manifestante* ou *vândalo*, *cidadão* ou *aproveitador*. Com frequência, as manifestações, no Brasil, têm terminado com episódios de extrema violência. Após ações pacíficas, bancos, lojas e prédios públicos são depredados por alguns grupos, de forma isolada. A polícia reage de forma violenta, com prisões, bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo. *A força policial passa a ocupar o lugar de mediação entre Estado e sociedade.*

Os grandes meios de comunicação mantêm uma tendência histórica de criminalização dos movimentos sociais, deslegitimando e desqualificando as manifestações, contribuindo assim para formar certa opinião pública, de modo rápido e sem aprofundamento. Priorizam-se as imagens de violência e depredação levando a crer que tudo que está na rua é vandalismo.

Ao lado das grandes notícias, veiculadas pelos já consagrados canais de comunicação, proliferam as chamadas mídias alternativas e as redes sociais como estratégias de mobilização e informação paralela. Busca-se, também aqui, multiplicar vozes, num sentido polifônico. Se, com os jornais, é difícil saber quem é manifestante e quem é vândalo; nas redes sociais, surgem boatos de que grupos de extrema direita estariam se aproveitando das manifestações para “*derrubar a esquerda*” do poder. Voltou-se a falar inclusive no risco iminente de golpe militar. Outros pedem uma intervenção estatal “*mais firme*” para que a “*coisa não saia do controle*”¹².

Grupos que se autodeclaram anarquistas mobilizam-se em torno da crítica radical à ordem, ao Estado e ao capitalismo. Buscam afirmar suas reivindicações e lutas por meio da violência e do confronto. Seria a violência uma nova estratégia de participação e mobilização? O que fazer com isso? Ou, nas palavras de SCHERER-WARREN (2013)¹³, quais seriam os limites da convivência democrática? Será que, como aponta ADORNO (2013)¹⁴, a *violência é o que surge para ocupar os espaços vazios? Se sim, que espaços são esses? Quem ou o que deveria ocupá-los?*

Olhando ainda as redes sociais, acompanhamos a discussão sobre quem ou o que deve ser considerado como vândalo ou violento: *Black blocs* ou os deputados que secretamente votaram pela manutenção do mandato de Natan Donadon, parlamentar julgado e preso por peculato e formação de quadrilha?

¹² Referências às postagens pesquisadas nas redes sociais, durante o período das manifestações.

¹³ Referência à fala de Ilse SCHERER-WARREN na mesa redonda “A sociedade em movimento: as vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais” realizada no XVI Congresso Brasileiro de Sociologia (UFBA, 11/09/2013).

¹⁴ Referência à fala de Sérgio ADORNO na mesa redonda “A sociedade em movimento: as vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais” realizada no XVI Congresso Brasileiro de Sociologia (UFBA, 11/09/2013).

Em uma mesma edição de um telejornal, noticia-se a propagação de novas manifestações Brasil afora e o “caso” de uma mãe que perdeu seu bebê, após ter realizado o parto no banheiro de uma maternidade pública, por falta de socorro médico. *Onde está a violência? O que mobiliza as manifestações?*

No dia 25 de junho de 2013, seguindo as manifestações que se espalhavam pelo país, moradores da favela da Maré foram mortos violentamente pela ação policial, após manifestarem-se pela redução das passagens de ônibus. Rodrigo Pimentel, comentarista de segurança da Rede Globo afirmou: *“O Fuzil AR-15 deve ser utilizado em guerra, em operações policiais em comunidades e favelas. Não é uma arma para se utilizar em área urbana”*.

No dia 14 de julho de 2013, o ajudante de pedreiro Amarildo foi levado por policiais à Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Rocinha, a maior favela do Rio de Janeiro, onde foi torturado e morto. Passeatas e ocupações em frente à casa do governador do estado, além de intensa mobilização nas redes sociais, perguntavam *“Onde está Amarildo?”*, reeditando o debate sobre a categoria de desaparecidos e denunciando a ação e omissão do Estado.

No dia 17 de julho de 2013, uma grande loja de roupas foi saqueada e totalmente destruída, no Leblon, bairro nobre do Rio de Janeiro. A mídia veiculou um depoimento de seu proprietário, chorando, desolado. A imagem logo repercutiu, mobilizando os moradores da zona sul carioca. Basta! As manifestações estariam indo longe demais. Nas primeiras horas do dia seguinte, o governador do estado reuniu-se com a cúpula da segurança pública e, após convocar a imprensa, anunciou a criação de uma Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas. O direito à propriedade privada deveria ser visto como algo inalienável. E o direito à vida, não?

As repercussões – na mídia, nas redes sociais, nas instituições públicas e privadas – são *heterogêneas* e reforçam a *complexidade* do debate. Há que se ressaltar, no entanto, como a criminalização da pobreza e a naturalização

da violência contra a população pobre colocam-se de forma proeminente, no Brasil. *O que nos mobiliza? O que nos deixa indignados?*

Além disso, pouco se tem discutido, nos grandes meios de comunicação, o valor simbólico da ocupação de espaços públicos e mesmo dos episódios de depredação de agências bancárias e transportes urbanos. *O que as manifestações têm a nos dizer? Ou, melhor seria perguntar: o que podemos pensar ou dizer a partir do que temos visto nas ruas e nas manifestações?*

1.3. Das ruas à construção do campo-tema: nos rastros da sociedade civil

Com este breve painel de imagens e percepções, não buscamos respostas, mas reunir perguntas e reflexões que nos ajudem a construir nosso campo-tema. Olhar as manifestações iniciadas em junho de 2013 e, moto contínuo, pesquisar e escrever esta tese ressalta o quanto nosso objeto de estudo está em movimento, ou de outro modo, como escolhemos trabalhar com realidades não-estabilizadas, difusas, controversas e heterogêneas. Esta percepção reforça nossa busca por modos de conhecer realidades em seu processo de configuração, conforme discutiremos adiante. Por ora, importa salientar a *atualidade*, a *complexidade* e o *movimento* de nosso campo-tema, ressaltando os desafios da análise e da escrita sobre realidades que se fazem ao mesmo tempo em que buscamos conhecê-las.

Retomamos assim o foco de nossa pesquisa, qual seja: a atuação da sociedade civil no fortalecimento da democracia, no Brasil, nas últimas décadas. Nossa investigação lança um olhar especial para as Organizações da Sociedade Civil neste processo.

Aqui é importante assinalar nosso reconhecimento sobre as diferenças e fronteiras existentes entre *movimentos sociais* e *organizações sociais* pelas próprias peculiaridades de constituição e *modus operandi* de cada um. As *manifestações* podem ser entendidas como estratégias de mobilização utilizadas tanto pelos movimentos quanto pelas organizações sociais.

O próprio *conceito de sociedade civil* é bastante controverso e polissêmico, divergindo de acordo com as distintas abordagens teóricas. Aqui, mais uma vez, buscamos transitar e dialogar com esta multiplicidade de entendimentos e práticas, aproximando-nos de uma forma de abordar a noção de *sociedade civil como campo de experimentações e aprendizagens sociopolíticas diversas no exercício da cidadania* (GOHN, 2010).

Nas palavras de SCHERER-WARREN (2006: 110, grifos nossos),



Parte-se aqui de uma noção genérica e contemporânea de sociedade civil. De fato, trata-se de um conceito clássico da sociologia política, mas, na atualidade, ele tende a ser utilizado num modelo de divisão tripartite da realidade: Estado, mercado e sociedade civil. Nesta perspectiva teórica, a sociedade civil, embora configure um campo composto por forças sociais heterogêneas, representando a multiplicidade e diversidade de segmentos sociais que compõem a sociedade, está preferencialmente relacionada à esfera da defesa da cidadania e suas respectivas formas de organização em torno de interesses públicos e valores, incluindo-se o de gratuidade/altruísmo, distinguindo-se assim dos dois primeiros setores acima que estão orientados, também preferencialmente, pelas racionalidades do poder, da regulação e da economia. É importante enfatizar, portanto, que a sociedade civil nunca será isenta de relações e conflitos de poder, de disputas por hegemonia e de representações sociais e políticas diversificadas e antagônicas. Às vezes, também, a sociedade civil é tratada como sinônimo de “terceiro setor”, mas isso não é adequado e comporta certa ambiguidade. O termo “terceiro setor” tem sido empregado também para denominar as organizações formais sem fins lucrativos e não-governamentais, com interesse público. A sociedade civil inclui esse setor, mas também se refere à participação cidadã num sentido mais amplo. Pode-se, portanto, concluir que a sociedade civil é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas.

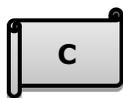
Neste momento, mais que circunscrever este conceito, é importante notar que o termo “sociedade civil” torna-se uma constante nos debates, sobretudo a partir da década de 70, mobilizado pela ação de pessoas e organizações contra a ditadura militar e a favor da democratização. Assim, não raro, a ideia de sociedade civil, inicialmente, aparece em contraposição ao Estado. Essa discussão será retomada posteriormente. Por ora, situamos que, nesta pesquisa, lançamos um olhar para práticas que buscam construir e/ou potencializar outras relações com o espaço público e o ser/fazer política.

Neste âmbito, inserimos tanto os movimentos sociais quanto as chamadas Organizações da Sociedade Civil. Estas possuem um caráter mais formal ou institucionalizado, e surgiram, no Brasil, justamente para mediar e dar apoio aos movimentos sociais.

SCHERER-WARREN (2006) nos ajuda ao apresentar uma tipificação das diferentes matizes de Organização da Sociedade Civil. Em primeiro lugar, estaria o *associativismo local* como *expressão local ou comunitária da sociedade civil organizada* reunindo “as associações civis, os movimentos comunitários e sujeitos sociais envolvidos com causas sociais ou culturais do cotidiano, ou voltados a essas bases, como são algumas Organizações Não-Governamentais (ONGs), o terceiro setor” (Scherer-Warren, 2006: 110).

Um segundo nível, para a autora, concentraria as formas de articulação interorganizacionais que atuam na mediação e interlocução entre sociedade civil e Estado. Estão aí reunidos “os fóruns da sociedade civil, as associações nacionais de ONGs e as redes que buscam se relacionar entre si para o empoderamento da sociedade civil, representando organizações e movimentos do associativismo local” (Scherer-Warren, 2006: 111).

Em um terceiro nível, SCHERER-WARREN localiza as *mobilizações na esfera pública*: distintamente das anteriores, onde há maior grau de institucionalidade, aqui estariam organizações em rede, de maior abrangência ou mesmo de caráter mais contingencial. Segundo a autora,

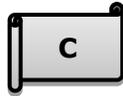


Nesse terceiro nível, observa-se que as mobilizações na esfera pública são fruto da articulação de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes, mas buscam transcendê-los por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo (Scherer-Warren, 2006: 112).

A autora considera ainda um quarto nível onde estariam os *apoios financeiros* para estas ações da sociedade civil, aí incluídas as agências

governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais, além de contribuições individuais.

O resultado de toda esta articulação seria denominado *rede de movimento social*, assim sintetizado por SCHERER-WARREN (2006: 113):



Esta pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. Em outras palavras, o Movimento Social, em sentido mais amplo, se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção e resulta das múltiplas articulações acima mencionadas. A ideia de rede de movimento social é, portanto, um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos.

Um olhar histórico aponta como os movimentos sociais colocam-se como instituintes ao gerarem forças de resistência e produção de novos sentidos (PEREIRA, 2007), impelindo à criação e à abertura ao novo. Realizam diagnósticos sobre a realidade social ao mesmo tempo em que são propositivos e geram sentimento de pertencimento social (GOHN, 2011).

GOHN (2011: 335) contribui ainda nesta perspectiva, sinalizando que os movimentos sociais são



Ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (cf. Gohn, 2008). Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas (...)Na realidade histórica, os movimentos sempre existiram, e cremos que sempre existirão. Isso porque representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais.

Acreditamos, dessa forma, que olhar as ruas e manifestações recentes nos ajuda a problematizar os desafios para a consolidação da democracia. Reunimos então, mais algumas perguntas para a construção de nosso campo-

tema: *O que podemos dizer sobre o processo democrático a partir das recentes manifestações? Como estas novas formas associativistas chegam ou mobilizam as Organizações da Sociedade Civil e de que forma estas têm participado ou se mobilizado nestes espaços? E mais: quais diagnósticos dos “tempos atuais” e proposições futuras podemos gerar a partir do que temos visto nas ruas?*

1.4. Da sociedade civil à constituição cidadã: nos rastros da história

A leitura que temos feito do que estamos vivendo vai ao encontro de diversos autores e pensadores da atualidade (SCHERER-WARREN, GOHN, ADORNO, 2013) e fala de certo esgotamento das formas institucionalizadas de participação e ação coletiva de tal modo que se impõe a necessidade de repensarmos e recriarmos os modos de convivência e participação democrática.

Inspirados nas palavras de SARAMAGO, insistimos na possibilidade de problematizar a vivência da democracia, a cada novo momento histórico. O escritor português (SARAMAGO, 2006: 36, grifos nossos) nos adverte:



Deixemos de considerar a democracia como um dado adquirido, definido de uma vez e para sempre intocável. Num mundo que se habituou a discutir tudo, uma coisa só não se discute, precisamente a democracia. Melífluo e monacal, como era seu estilo, Salazar, o ditador que governou este pobre país durante mais de quarenta anos, pontificava: “Não discutimos Deus, não discutimos a Pátria, não discutimos a Família”. Hoje discutimos Deus, discutimos a Pátria e só não discutimos a Família porque ela já anda a discutir-se a si própria. Mas não discutimos a democracia, isso não. Pois eu digo: discutamo-la, meus senhores, discutamo-la a todas as horas, discutamo-la em todos os foros, porque, se não o fizermos enquanto é tempo, se não descobrirmos a maneira de a reinventar, sim, de a reinventar, não será só a democracia que se perderá, perder-se-á também a esperança de ver um dia dignamente respeitados os direitos humanos neste infeliz planeta. E esse seria o grande fracasso da nossa época, o sinal de traição que marcaria para sempre o rosto da humanidade que agora somos. Não tenhamos ilusões. Sem democracia não haverá direitos humanos, sem direitos humanos não haverá democracia.

Em meio às manifestações iniciadas em junho de 2013, no Brasil; a Constituição Federal de 88 completou, no dia 05 de outubro do mesmo ano, vinte e cinco anos de sua promulgação. Popularmente conhecida como a Constituição Cidadã, trata-se de um marco na história do processo de democratização brasileira. Diversos debates e eventos comemorativos oportunizaram espaços de reflexão sobre *que país a Constituição de 88 ajudou a construir* (TV Senado, 2013).

Assim, talvez seja importante reunir elementos que nos ajudem a olhar o Brasil naquela época e hoje, perguntando-nos sobre como tem se dado esse recente processo de democratização ou ainda como estas manifestações serão contadas para as próximas gerações.

Cabe aqui uma digressão: ao longo de toda esta pesquisa, temos buscado tecer um diálogo com a história não em um sentido de desvelamento, revelação ou resgate de fatos, mas *no anseio de multiplicar vozes e versões do que temos vivido*. Assim, aproximamo-nos de ALBUQUERQUE JUNIOR (2007: 27), compartilhando o entendimento de que uma história “*começa a ganhar contorno quando começa a ser contada*” e insistimos na necessidade de contar estas histórias.

Reconhecemos o diálogo com a história como desafio pelas próprias peculiaridades do *modus operandi* desta ciência. ALBUQUERQUE JUNIOR (2007) nos ajuda nesta jornada, situando duas tradições epistemológicas neste campo: uma primeira considera que o objeto preexistiria ao discurso e seria revelado pelo trabalho do historiador. Uma segunda tradição incluiria o papel do discurso e das narrativas no processo de invenção dos objetos, reconhecendo a história como uma construção humana e social.

Ao falar do ofício do historiador, o autor evoca as imagens da *tessitura, do entrelaçar de linhas de diferentes cores, ressaltando a mão de quem tece ou a habilidade de quem narra* nesta construção (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007: 31). Com as imagens de um leito de rio, o autor nos ajuda a transitar por um modo de conhecer híbrido que ultrapassa e reverte dicotomias. Nas palavras de ALBUQUERQUE JUNIOR (2007: 29 e segs., grifos nossos):



Como o rio, a História arrasta as suas margens para seu leito, num trabalho incessante de corrosão, em que figuras de objeto e figuras de sujeito, coisas e representações, natureza e cultura se entrelaçam e se misturam, remoinham-se, envolvem-se, hibridizam-se. Ao contrário do que pensamos, se as margens limitam e contêm o rio, dão forma e curso, não são as margens que produzem o rio, mas justamente o contrário, é o fluxo das águas, o passar incessante de seus torvelinhos que vai escavando as margens, dando a elas contornos, é o rio que produz suas margens. O mesmo tipo de engano costumamos cometer ao pensarmos a História, tanto quando colocamos os objetos, a realidade, a materialidade como sendo seu ponto de partida, como quando colocamos os sujeitos, as subjetividades, as representações como sendo seu ponto de partida. Nem os objetos, nem os sujeitos preexistem à história que os constitui. A História possui objetos e sujeitos porque os fabrica, inventa-os, assim como o rio inventa o seu curso e suas margens ao passar. Mas estes objetos e sujeitos também inventam a história, da mesma forma que as margens constituem parte inseparável do rio, que o inventam (...) Nós escrevemos a História de dentro dela mesma, escrevemos a História navegando em seu leito (...) A História é viagem que conecta e mistura tempos e espaços, que interpenetra coisas e representações, realidade e discurso, razões e sentimentos, matéria e sonho, desejo e obrigação, liberdade e determinação. O historiador está condenado, como o pai da terceira margem, a navegar indefinidamente, a nunca aportar em porto seguro, a seguir o (dis)curso, a realiza-lo.

Feitas de múltiplas vozes, de rupturas e descontinuidades, as histórias aqui trazidas são fruto de narrativas tecidas na confluência entre objetividade e subjetividade. Seus contornos são dados também a partir das trajetórias vividas na construção deste campo-tema.

No dia 06 de outubro de 1988, ganhei de minha mãe o que parece, hoje, ser um presente inusitado: as edições do dia dos jornais “Folha de São Paulo”, “Jornal do Brasil” (JB) e “Correio Braziliense”. Junto ao presente, um conselho-quase-pedido de que guardasse “aquela história” para contar para meus filhos: um marco para uma história diferente.

A Edição Especial do JB foi intitulada “Constituição – 1º dia”. A manchete da Folha anuncia “Às 15h50, começa a vigorar o Estado de Direito no país”. Os jornais veiculam o discurso do Deputado Ulysses Guimarães, então Presidente da Assembleia Constituinte. Neste documento, a ênfase está no tom de mudança de rumos, de um marco na história de nosso país. Assim, é aberta a sessão solene:



Dois de fevereiro de 1987: “Ecoam nesta sala as reivindicações das ruas. A Nação quer mudar, a Nação deve mudar, a Nação vai mudar.” São palavras constantes do discurso de posse como Presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Hoje, 5 de outubro de 1988, no que tange à Constituição, a Nação mudou. A Constituição mudou na sua elaboração, mudou na definição dos poderes, mudou restaurando a Federação, mudou quando quer mudar o homem em cidadão, e só é cidadão quem ganha justo e suficiente salário, lê e escreve, mora, tem hospital e remédio, lazer quando descansa. Num país de 30.401.000 analfabetos, afrontosos 25% da população, cabe advertir: a cidadania começa com o alfabeto. (GUIMARÃES, 1988).

Diversos trechos deste discurso merecem ser comentados e serão retomados posteriormente. Os meios de comunicação são unânimes em apontar a intenção político-partidária de Ulysses Guimarães, na época candidato à Presidência da República. Este não é o foco no momento. Dois pontos devem ser ressaltados: o *compromisso com o processo de democratização e a legitimação da participação da sociedade civil na política pública brasileira*, marcas de uma *Nação que mudou e que queria mudar o homem em cidadão*.

Nesta época, um em cada três brasileiros eram analfabetos e 8 milhões não tinham acesso a escolas de primeiro grau (equivalente ao atual ensino fundamental). Havia 17 milhões de trabalhadores na ativa, 580 mil desempregados e 24 milhões de subempregados. Sucessivos planos econômicos e mudanças de moedas tentavam estabilizar uma inflação de 10% ao mês (TV Senado, 2013).

Em 87, o Brasil vivia os primeiros momentos de um longo processo de aprendizagem (que se estende ainda aos dias de hoje): desconstruir vinte anos de vida sob o regime militar e construir novas formas de ser e fazer política.

Anos antes, a sociedade mobilizava-se no movimento das Diretas Já, reivindicando eleições diretas para presidente. Lembro-me de ter participado, com minha mãe e irmão, em 84, de um desses comícios na Cinelândia, palco das principais manifestações no Rio de Janeiro. Na memória, está também a lembrança viva do dia em que Tancredo Neves faleceu e a apreensão dos adultos que estavam por perto sobre o que iria acontecer. Para nós, ainda crianças, chegavam não ditos e meias palavras.

Hoje é possível perceber que não só para nós, crianças, muito do que estava acontecendo *não podia virar história* ou era *da ordem do indizível*. O link “erros”, disponível hoje (junho de 2013) no Portal Memória Globo diz sobre os comícios das Diretas Já:



A Globo registrou esses comícios pelas Diretas nos seus telejornais locais. Naquele primeiro momento, as manifestações não entraram nos noticiários de rede por decisão de Roberto Marinho. O presidente das Organizações Globo temia que uma ampla cobertura da televisão pudesse se tornar um fator de inquietação nacional. “Mas a paixão popular foi tamanha que resolvemos tratar o assunto em rede nacional”, afirmou ele em matéria publicada na revista Veja de 5 de setembro de 1984. (...) Se por um lado segmentos da sociedade pressionavam a Rede Globo para se engajar nas manifestações pelas Diretas, por outro a emissora vinha sendo pressionada pelos militares a não cobrir os eventos. Woile Guimarães, então diretor dos telejornais de rede, diz que ministros e generais ligavam para Roberto Marinho, ameaçando até mesmo retirar a concessão para o funcionamento da emissora: “Acho que foi a maior pressão que a Rede Globo sofreu. Eu acompanhei um pouco a luta intestina aqui dos profissionais, tentando se solidarizar com o Dr. Roberto, que recebia pressões, talvez as maiores das quais eu fui testemunha.” José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, então vice-presidente de operações da TV Globo, confirma: “Naquele momento, a pressão sobre Roberto Marinho foi intensa. Foi uma frustração para mim e para toda a equipe de jornalismo, uma tristeza para o Armando Nogueira e a Alice-Maria, não poder fazer a cobertura de maneira adequada. Nós ficamos limitados pelo poder de audiência que a TV Globo tinha. Isso foi uma tristeza muito grande, mas naquele momento o Dr. Roberto não podia resistir.” No Rio de Janeiro, uma das primeiras manifestações pelas Diretas foi a passeata na Avenida Rio Branco, no centro da cidade, em 16 de fevereiro. Naquele dia, o Jornal Nacional deu a notícia e mostrou imagens da manifestação.

(Disponível no portal Memória Globo <http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,5270-p-21751,00.html>, consultado em 02/06/2013, grifos do Portal).

1.5. Organizações da sociedade civil, participação e democracia – “O que foi feito, amigo”?

Conforme temos assinalado, as décadas de 70 e 80 geraram um fértil terreno de experimentação, contribuindo para impulsionar e fortalecer a sociedade civil como importante ator na construção de um entendimento ampliado sobre o espaço público.

À época – e, sobretudo, a partir do fim da ditadura –, a participação colocava-se como a grande alternativa e meio de efetivação dos princípios

democráticos, sendo por intermédio dela que todos poderiam escrever uma nova história e ser-fazer política. A partir da noção de descentralização político-administrativa, a Constituição Federal de 88 garantiu e legitimou a organização da sociedade civil em associações e sua participação na formulação de Políticas Públicas.

Não é nossa intenção, neste capítulo, tecer minuciosa contextualização histórica. Diversos autores (SADER, 1988; PEREIRA, 2002; GOHN, 2008, 2009) já se dedicaram, com competência, a essa tarefa. Interessa-nos, antes, reconhecer e ressaltar o quanto o direito à participação é uma conquista, fruto de um processo histórico de lutas, e não uma dádiva ou concessão.

Uma abordagem histórica não-linear possibilita-nos, assim, perceber o *caldo de mobilização social* gerado naquela época. Importante enfatizar, ainda, nesse processo, a “*entrada de novos personagens em cena*” (SADER, 1988), quando diversos e multifacetados movimentos sociais e organizações da sociedade civil participam, de novas formas, da vida pública.

A luta contra a ditadura militar, nas décadas de 60 a 80, produziram formas instituintes de se fazer política, numa tentativa não somente de transformação de um regime de governo, mas sobretudo de construção de um projeto de sociedade que ampliasse as possibilidades de vivência do espaço público. Dentre estes movimentos sociais, as chamadas Organizações da Sociedade Civil ganham relevo sendo atores primordiais na luta pela garantia de direitos sociais básicos, inscrevendo o país em uma proposta/perspectiva de participação, aqui entendida como

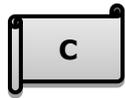


um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova (GOHN, 2005: 30, grifos nossos).

Importante ressaltar o longo processo de lutas e mobilizações para que a perspectiva da garantia de direitos e a participação da sociedade se tornassem bases da gestão democrática. Ao contrário do que possa parecer, a participação não pode ser entendida como uma simples concessão estatal.

Destacamos aqui a intensa militância de pessoas, organizações e movimentos sociais que atuaram, sobretudo a partir dos anos 80, denunciando contradições e abusos do Estado, reivindicando espaços para participar na construção de realidades menos desiguais.

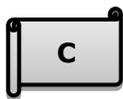
Ocorre que, conforme sinaliza NOGUEIRA (2011: 25),



embora ganhando força e diversificação, a sociedade civil não era capaz de estabelecer maiores vínculos orgânicos com a sociedade política; da mesma forma, avançava a consciência democrática e ampliava-se a participação, mas inexistiam instâncias capazes de agregar e organizar em nível superior (político-estatal) os múltiplos interesses sociais e, especialmente, de dar vazão e operacionalidade às reivindicações populares.

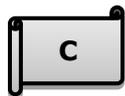
Se no aparelho estatal percebemos a fragmentação das ações sociais, igualmente nos movimentos sociais, iremos encontrar a diversificação e pulverização de práticas e bandeiras, denotando a ausência de uma plataforma político-social unificada no país. Assim, historicamente, a atuação do Estado e da sociedade civil vem se dando de forma autônoma e sua relação tem sido pautada por embates, dissonâncias e conflitos.

De todo modo, progressivamente, a participação, a garantia de direitos e a democratização passaram a pautar a agenda destas organizações. Como assinala SCHERER-WARREN (1999), *“de maneira geral, com o fim dos regimes militares a questão da democratização do poder local e da participação no estabelecimento de políticas públicas passou a fazer parte dos debates e das ações das ONGs dos países latino-americanos”* (SCHERER-WARREN, 1999: 49) e complementa mais adiante:



No Brasil, muitas conquistas sociais da nova Constituição foram obtidas graças à pressão e apoio das ONGs e movimentos sociais. Seja na prestação de serviços ou consultorias, seja no controle do uso dos recursos públicos e políticas sociais, as ONGs vêm reforçando sua relação com o poder político, passando a atuar para a descentralização do poder e para uma crescente participação da sociedade civil (SCHERER-WARREN, 1999: 49, grifos nossos).

O sociólogo HERBERT DE SOUZA, uma referência deste debate, corrobora esta argumentação situando que



Uma ONG se define por sua vocação política, por sua positividade política: uma entidade sem fins de lucro cujo objetivo fundamental é desenvolver uma sociedade democrática, isto é, uma sociedade fundada nos valores da democracia – liberdade, igualdade, diversidade, participação e solidariedade. (...) As ONGs são comitês da cidadania e surgiram para ajudar a construir a sociedade democrática com que todos sonham. (SOUZA, 2005, s/p.)

Olhar os anos 80 e os dias de hoje nos ajuda a (re)conhecer que o mundo mudou. À época, OSC eram espaços de acolhimento de sonhos, utopias e lutas. Hoje, os discursos que acompanham esta mobilização se transformaram: há um movimento de criminalização destas iniciativas, associando-as a escândalos que envolvem corrupção, política partidária e desvio de recursos públicos, de tal modo que a própria legitimidade deste trabalho é colocada em xeque.

Importante notar a apresentação do dossiê sobre “A repressão aos defensores de direitos humanos e movimentos sociais no Brasil”, lançado em 2011 pelo PAD (Processo de Articulação e Diálogo formado por agências ecumênicas de diversos países e importantes entidades brasileiras, dentre elas o MST, o MAB, o MCC e ONGs):



A luta dos movimentos sociais tem incorporado grandes conquistas nos últimos vinte anos, entre elas a derrota da ditadura militar e a elaboração da Constituição Federal do Brasil de 1988; o Estatuto da Criança e do Adolescente (1980) e mais recentemente a Lei Maria da Penha (2006), que veio engrossar a luta pelos direitos das mulheres contra a violência e discriminação. Também temos uma intensa luta pela reforma agrária e urbana, visando a distribuição das riquezas que, no Brasil, são extremamente concentradas. A atuação e busca por transformações de nossa sociedade ferem o interesse de grandes empresas, do latifúndio e de setores conservadores da sociedade que desejam manter as estruturas desiguais e discriminatórias, fruto de mais de 500 anos de exploração de índios, negros, trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos, sugando do Brasil e da América Latina suas riquezas. É por força da ação desses setores conservadores que há, infelizmente, um intenso processo de criminalização de nossas lideranças e deslegitimação de nossas ações, de nossa luta. (PAD, 2011).

No final de 2011, o decreto presidencial 7.592 suspendeu, por 30 dias, o repasse de recursos públicos para entidades sem fins lucrativos. OSC passaram, cotidianamente, a ocupar as principais manchetes: “Dilma suspende repasses a ONGs e ordena devassa” (O Globo, 31/10/2011); “ONGs: o

caminho fácil para a corrupção” (Veja, 29/10/2011); “Convênios com ONGs: governo estuda como ‘separar o joio do trigo” (Terra, 11/11/2011); “Os órfãos da impunidade: enquanto o governo e as ONGs se ocupam em amparar assassinos de todas as idades, uma geração de vítimas invisíveis cresce sem pais e sem apoio” (VEJA, matéria de capa, 08/05/13).

Vozes da opinião pública ressoaram, nas cartas de leitores: *“Agora o que se vê é comunista envolvido com ONGs, morando em mansões, amigo de capitalistas...”*; *“Ô Presidente Dilma! Não existem nomes nesse país? Ou a senhora está querendo ajudar a rapaziada confusa de 60? E enriquecê-la? A nação não aguenta mais tanta roubalheira. É uma verdadeira máfia, cujos laranjas são ONGs.”* (O Globo, Cartas de leitores, 29/10/2011).

Podemos questionar o viés necessariamente parcial e comprometido dos meios de comunicação – e de seus leitores – mas este não é o foco de nossa argumentação nesta pesquisa. O que buscamos ressaltar, com os trechos pesquisados, é sobretudo um tom de mudança atualmente vivido que implica, no mínimo, *na necessidade de problematizarmos a nossa participação neste contexto, na relação entre sociedade e Estado, no diálogo entre o público e o privado.*

Ainda em campanha, a então candidata à Presidência da República Dilma Rousseff divulgou uma “Carta às Organizações da Sociedade Civil”, na qual se comprometia com a construção e aprimoramento de um novo marco regulatório que pautasse a atuação destas organizações e sua parceria com o Poder Público. Reconhecia ainda que



o compromisso com a democracia implica no estabelecimento de relações entre o Estado brasileiro e a sociedade civil organizada pautadas no respeito à autonomia, na liberdade de expressão e organização da sociedade, na transparência, na probidade e integridade no tratamento do interesse público. Também há que se reconhecer como este governo fez diferente no sentido da superação da cultura e da convivência clientelista, pautando-se por uma relação democrática, respeitosa e transparente com as organizações da sociedade civil, compreendendo seu papel fundamental na construção, gestão, execução e controle social das políticas públicas. (ROUSSEFF, 2010)

A ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais) vem liderando as discussões da “*Plataforma por um novo marco regulatório para as organizações da Sociedade Civil*”, insistindo na importância histórica destas entidades no processo de participação social e democratização brasileira.



De fato, a luta da Abong é por um marco legal que regule, legitime e reconheça o trabalho de entidades sem fins lucrativos e o seu acesso a fundos públicos. Assim a Associação sustenta a bandeira da transparência e fortalece a participação da sociedade civil, pressuposto básico para a consolidação da democracia. (ABONG, 2011).

Nesta mesma direção, diversas OSC têm defendido que sua atuação não se dá no sentido de substituir o papel do Estado, mas de fortalecê-lo e, muitas vezes, complementá-lo, exercendo o controle social. Como assinala BASILIA (2011: s/p.):



É um equívoco acreditar que as ONGs querem ocupar o lugar ou substituir o papel do estado, quando em verdade o que se deseja é um Estado democrático forte e a gestão de políticas públicas inclusivas que promovam a cidadania e os direitos humanos.

Experiências têm demonstrado que a atuação local e descentralizada destas organizações possibilitam certa informalidade, agilidade e capilaridade muitas vezes não alcançada pela atuação estatal. Mais alguns dados nos ajudam nesta problematização:



Segundo o Portal da Transparência de 2010, das 232,5 bilhões de transferências voluntárias do governo federal, 5,4 bilhões destinaram-se a entidades sem fins lucrativos de todos os tipos, incluídos partidos políticos, fundações de universidades e o Instituto Butantã, por exemplo. Foram 100 mil entidades beneficiadas, 96% delas por transferências de menos de 100 mil reais. Se juntarmos todas as denúncias contra ONGs publicadas na imprensa nos últimos 24 meses, as entidades citadas não passariam de 30, o que nos leva a crer que além de desnecessária, a suspensão generalizada de repasses poderia constituir medida arbitrária e de legalidade questionável, que criminaliza a sociedade civil organizada. (Carta aberta à Presidenta da República Dilma Rousseff encaminhada pela Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil, 2011).

Uma charge¹⁵ da Folha de S. Paulo, veiculada em outubro de 2011, fala desta percepção de que algo mudou nesse trabalho.



Fonte: Folha de São Paulo, 26/10/2011.

Parece-nos que, nos anos 60 e 70, as fronteiras entre o que se entendia por sociedade civil, Estado e iniciativa privada eram mais claramente delimitadas. Hoje, frente à complexificação das próprias demandas sociais, muitos atores passam a atuar e a fazer parte do que se chama de sociedade civil organizada, configurando um campo de forças e disputas por territórios, poder, públicos, financiamento.

Ao mesmo tempo, mesclam-se novas identidades e configurações híbridas a partir das parcerias que se estabelecem. Em uma mesma iniciativa, podem estar associadas OSC como executoras de projetos públicos que contam com recursos da iniciativa privada. Certamente a discussão sobre quem faz o quê – e sobretudo quem entra com qual recurso – não está dada, mas encerra desdobramentos éticos e políticos que precisam ser problematizados.

¹⁵ Interessante notar que esta charge foi-nos repassada por um dos entrevistados nesta pesquisa.

Sobretudo a partir dos primeiros anos do séc. XXI, acompanhando a crise econômica mundial, inaugura-se longo período de transformações para as OSC quando a *sustentabilidade financeira* acaba por comprometer, muitas vezes, a própria *sustentabilidade política* de projetos de transformação social.

Dados da FASFIL 2010, a mais recente pesquisa sobre Fundações e Associações Privadas Sem Fins Lucrativos, no Brasil (IBGE, IPEA, GIFE, 2012) demonstram um decréscimo no número de associações: entre 2006 e 2010, elas cresceram em torno de 8,8%, número significativamente menor quando comparado aos 22,6% do período anterior (2002-2005).

Nos últimos anos, inúmeras organizações vêm encerrando suas atividades, corroborando para o que um entrevistado em nossa pesquisa ¹⁶ – gestor de uma grande OSC – afirma:



ONG é capital social, né, ONG é riqueza de um país, ONGs são pessoas se associando por uma causa pública (...) foram pessoas que se uniram para lidar com questões públicas, questões de bem comum, então é uma riqueza que a gente desenvolveu e que na crise estrutural de financiamento que a gente tem hoje, está ameaçada. As pessoas falam do risco para a democracia na política quando tem corrupção, mas ninguém tá falando no risco pra democracia que é a gente não ter mecanismos estabelecidos de financiamento e ter um monte de onguizinha quebrando por aí (A.S., jornalista e antropólogo, diretor de OSC, São Paulo, 2012, grifos nossos).

Decorridas quase três décadas desta recente história de democratização, parece-nos pertinente questionar como temos caminhado rumo à consolidação da democracia¹⁷, quais novas questões se colocam, quem

¹⁶ Em nossa pesquisa de tese, foram realizadas entrevistas com pessoas que trabalham em OSC, no Brasil, além de pessoas que acompanharam e/ou participaram do Espaço Compartilharte, OSC que é foco de nossa investigação. Seus nomes serão omitidos a fim de preservar a privacidade dos entrevistados. A metodologia adotada será discutida em capítulos posteriores da tese.

¹⁷ Ao lado deste questionamento, destaca-se a constatação de que “as teorias e os temas relacionados às discussões sobre os movimentos sociais foram deixados um tanto de lado na última década e restritas a poucos investigadores no Brasil, assumindo o seu lugar perspectivas e preocupações muito mais relacionadas com a “institucionalização” das práticas coletivas civis” (GT Movimentos sociais na atualidade: reconfigurações das práticas e novos desafios teóricos do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS – Salvador, UFBA, setembro de 2013). Neste âmbito, extensa investigação tem sido produzida sobre a consolidação dos conselhos gestores e conferências deliberativas, assim como sobre as experiências de orçamento participativo; estratégias institucionalizadas de participação que apontam conquistas e desafios frente à perspectiva de democratização, descentralização e controle social. Mas há

são os atores deste cenário sociopolítico, como podemos reconstruir espaços de participação e ação política capazes de acolher nossa utopia e, em última análise, qual é nossa utopia hoje.

Algumas questões permanecem no debate, dentre elas o papel do Estado, a atuação da sociedade civil, a participação como pilar fundamental do processo democrático, a relação entre estes atores. Afirmar que elas permanecem como questão não permite assegurar continuidades ou permanências na forma como são pensadas. De todo modo, e reconhecendo este fluxo, acreditamos que acompanhar a gênese e transformações destas práticas possibilita reunir, problematizar e apontar algumas possíveis tendências e diretrizes de uma agenda para as próximas décadas.

Retomamos assim, a proposta inicial desta história, esperando que a partir das questões trazidas, dos rastros e pistas reunidos, tenhamos conseguido configurar e mapear o início desta viagem.

CAPÍTULO II

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA AGENDA DA TESE: REUNINDO FERRAMENTAS PARA PROSSEGUIR



Fonte: Tiras Armandinho (Disponível em <https://www.facebook.com/tirasarmandinho?fref=ts>), 2013

2.1. Introdução

No capítulo anterior buscamos reunir elementos de modo a configurar nosso campo-tema. A partir de muitas perguntas, alguns rastros e pistas, começamos a desenhar o mapa de uma cartografia sobre a atuação da sociedade civil no fortalecimento da democracia, nas últimas décadas.

Longe de pretendermos responder a todas as questões levantadas, objetivamos construir nosso objeto de pesquisa, entendendo-o não como algo dado, mas como resultado de um enquadramento¹⁸ que circunscreve uma

¹⁸ MARQUES e SOUZA FILHO (2008) trabalham com a noção de enquadramento (framing), pontuando que todo estabelecimento de fronteiras gera igualmente um transbordamento, ou seja, ao mesmo tempo em que gera limites no olhar ou abordagem, não se decola ou separa do que é externo a ele. Afirmam os autores: “Michel Callon se apóia na metáfora original de Erving Goffman comparando um enquadramento ao palco do teatro: para que uma peça tenha condições de ser encenada no palco, o resto do mundo, que seria o mundo lá fora, estará necessariamente presente no enquadramento. Para considerar a fronteira dentro/fora do enquadramento problemática basta pensar o que aconteceria à encenação se o público não soubesse como se comportar (levantar, falar, tossir, olhar, ouvir) no teatro. No entanto, “o enquadramento estabiliza a fronteira [do palco] na qual as interações – cujas significâncias são auto-evidentes para os protagonistas – acontecem mais ou menos independentemente do contexto ao redor.” O enquadramento /transbordamento tem um caráter dual: os atores trazem recursos cognitivos, formas de comportamento e estratégias que foram moldadas e estruturadas

abordagem específica dos projetos, políticas e ações sociais não como objetos naturais que preexistem à nossa investigação, mas sim construções que se fazem o tempo todo, nas práticas.

Assim, nossa viagem começou pelas ruas: olhamos as manifestações de 2013, no Brasil, para reunir rastros e pistas que nos ajudassem a problematizar a atuação da sociedade civil no fortalecimento da democracia e apostamos na *ideia de que estaríamos vivendo certo esgotamento nas formas institucionalizadas de participação, sendo preciso repensá-las e reconstruí-las.*

Apontamos a polissemia do próprio conceito de sociedade civil, sinalizando nossa opção por trabalhar buscando multiplicar vozes e não sintetizá-las e entendendo que estamos em um *campo de experimentações e aprendizagens sociopolíticas diversas no exercício da cidadania* (GOHN, 2010).

Localizamos a Constituição de 88 como um marco, apontando a oportunidade de refletir sobre que país temos conseguido construir nestes 25 anos. Chegamos, finalmente, ao cerne de nossa pesquisa, reunindo elementos que nos possibilitam falar das controvérsias e transformações vividas pelos projetos sociais e OSC atualmente.

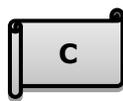
Esperamos, com isso, ter configurado nosso campo-tema, mapeando o início desta viagem. O movimento, agora, busca reunir ferramentas para prosseguir nesta cartografia, problematizando de forma mais sistemática, a abordagem metodológica proposta. Este é o objetivo deste capítulo. Importante ainda sinalizar nosso entendimento de que métodos não são simplesmente técnicas, mas *“formas de falar sobre o mundo”* (SPINK & SPINK, 2006) e de construir realidades.

em experiências prévias e são capazes de entrar em acordo (não necessariamente explícito) sobre o enquadramento no qual suas ações podem acontecer e que curso de ações podem ser adotados. No entanto, o enquadramento não depende somente do compromisso dos próprios atores, ele está enraizado no mundo lá fora, em muitos dispositivos físicos e organizacionais que, embora fora do enquadramento, estão nele presentes (cadeiras, lâmpadas, cortinas). Todo elemento que entra na constituição de um enquadramento, seja ele considerado coisa, pessoa, ou discurso, é também um condutor de possíveis transbordamentos. Todo elemento traz para dentro de um enquadramento algo que está lá fora, algo que o enquadramento deixou de fora e transborda.” (MARQUES e SOUZA FILHO, 2008: 144)

2.2. Do mal-entendido promissor à multiplicação de vozes

Durante esta pesquisa de tese, entrevistamos pessoas que acompanharam ou atuaram em Organizações da Sociedade Civil e em movimentos sociais. Iniciávamos nossa conversa-entrevista, convidando nosso interlocutor a pensar conosco: *“O que temos para perguntar para quem faz as Organizações da Sociedade Civil hoje”*¹⁹?

Ao iniciar as primeiras entrevistas e ainda construindo nosso campo-tema, pois, conforme assinalamos entendemos que a construção do objeto de pesquisa dá-se no próprio processo de pesquisar-intervir, vivemos uma experiência que acabou se tornando o que DESPRET (1990: 328) chama de *mal entendido promissor* ao gerar



novas versões disto que o outro pode fazer existir. O mal entendido promissor, em outros termos, é uma proposição que, da maneira pela qual ela se propõe, cria a ocasião para uma nova versão possível do acontecimento.

Ao entrevistar o diretor de um grande Instituto, utilizei o termo ONG em meu primeiro “convite-pergunta”: *“O que temos para perguntar para quem faz ou trabalha em ONG hoje?”* Ele pareceu não se reconhecer na minha pergunta, buscando ao mesmo tempo, circunscrever o “seu lugar”:



Eu não trabalho em ONG, somos o Terceiro Setor. Você está pesquisando sobre o quê? (N.V., administrador, Diretor de Instituto, São Paulo, 2012).

Vi-me, logo no início deste encontro, extremamente incomodada. Para completar, meu gravador não funcionou no início da entrevista e eu precisei de certo tempo para “me entender com ele” – o gravador e o entrevistado. O primeiro sentimento é de que eu estaria errada e não deveria estar ali. Será

¹⁹ Vale ressaltar que na abordagem cartográfica não utilizamos um roteiro fechado de entrevistas, mas sim um “breve roteiro de preocupações” (ROLNIK, 2007: 67) flexível e passível de alterações ao longo do trabalho.

que eu não tinha ainda me “apropriado” do meu “objeto de pesquisa”? Consegui fazer o gravador funcionar e prossegui com a entrevista, aproveitando o mal entendido e o meu mal estar como pontos de partida para aquela conversa.

Ao sair do grande e luxuoso prédio no Itaim Bibi, em São Paulo, eu precisava respirar e escrever. Retomei meu diário de pesquisa: grande companheiro destes quatro anos! Eu estava pesquisando sobre o quê? Deveria simplesmente excluir aquelas entrevistas feitas com as pessoas que se apresentavam como atores das Fundações, Institutos e Terceiro Setor? Eu queria falar das ONGs, era disto que eu tratava no meu projeto de qualificação (MOREIRA, 2012).

Duas imagens compareceram neste momento e me acompanharam ao longo desta pesquisa de tese: o campo minado e o objeto fugidio que escapa por entre os dedos. Por um lado, parecia que a cada passo dado, neste campo-tema, uma “bomba” poderia estourar como na brincadeira do campo minado. Por outro, sentia como se a cada momento em que eu acreditava “estar de posse” do meu objeto, ele se reconfigurava e escapava por entre meus dedos.

Ao sair desta entrevista, lembrei-me que, desde o início, eu tinha me proposto a respeitar e a lidar com a heterogeneidade e diversidade deste campo-tema, sem buscar sínteses ou fronteiras precisas, mas no movimento de multiplicar vozes. Retomei meu projeto de qualificação (MOREIRA, 2012: 24, 25), tentando encontrar ali se não respostas, caminhos para prosseguir e encontrei:



Evocamos aqui o reconhecimento da realidade não como algo dado, mas sim como construção a partir de relações heterogêneas. Trabalhar com uma visão de mundo múltiplo, heterogêneo e fluido implica na busca por outras formas de conhecê-lo, não mais a partir da estabilidade e homogeneidade. Implica ainda no reconhecimento de que existem versões da realidade e que, quando pesquisamos, detectamos, ampliamos e produzimos algumas destas versões. Importante, neste ponto, retomar a diferenciação proposta por MOL (2007) entre perspectivismo e construtivismo, pluralismo e multiplicidade. Estas noções trazem, em sua base, o questionamento da verdade como algo inabalável, mas com diferenças cruciais. O perspectivismo não coloca em xeque a ideia de realidade. Esta está dada e pode ser acessada em sua “essência”. Multiplicam-se apenas

as possibilidades de olhares e abordagens. A célebre parábola dos “cegos e o elefante” é um ícone para entendermos esta proposta: cada qual, à sua maneira, toca e descreve o que está sendo percebido. O objeto está mantido intacto, sendo “visto” e representado de formas distintas. Nas palavras de MOL, questionou-se a verdade, mas não se multiplicou a realidade (MOL, 2007: 4).

As propostas construtivistas igualmente tornariam, segundo a autora, o mundo mais plural. Trata-se de reconhecer que as versões dos fatos tal qual lidamos hoje são fruto de contingências histórico-sociais. Não estão dadas “na natureza”, mas foram construídas de uma forma em detrimento de outras possíveis.

Assim, para MOL, *perspectivismo* e *construtivismo* são modos plurais de pensar a produção de conhecimento. O convite é para uma outra abordagem que nos aproxima da multiplicidade, versão e performance.

Falar da realidade como múltipla depende de outro conjunto de metáforas. Não as de perspectiva e construção, mas sim as de intervenção e performance. Estas sugerem uma realidade que é feita e performada [enacted], e não tanto observada. Em lugar de ser vista

por uma diversidade de olhos, mantendo-se intocada no centro, a realidade é manipulada por meio de vários instrumentos, no curso de uma série de diferentes práticas. Aqui é cortada a bisturi; ali está a ser bombardeada com ultrassons; acolá será colocada numa balança e pesada. Mas, enquanto parte de actividades tão diferentes, o objeto em causa varia de um estádio para o outro. Aqui é um objeto carnudo, ali é um objecto espesso e opaco, além é um objecto pesado. Nas histórias de performance, a carnalidade, a opacidade e o peso não são atributos de um objecto único com uma essência escondida. Tão pouco é função dos instrumentos pô-los à mostra como se fossem vários aspectos de uma realidade única. Em vez de atributos ou aspectos, são diferentes versões do objecto, versões que os instrumentos ajudam a performar [enact]. São objectos diferentes, embora relacionados entre si. São formas múltiplas da realidade – da realidade em si. (MOL, 2007: 5,6)

Assim, *pesquisar* afasta-se da busca asséptica de tradução da realidade e aproxima-se da intervenção, das escolhas, dos interesses. LATOUR (1999) fala em *arregimentar aliados, robustecer argumentos*; LAW em *agenciamento*, MOL em *performatividade* (2004); STENGERS (2000) em *interesses*.

Esta perspectiva aproxima as noções de problematização, construção de conhecimento e intervenção, situando o pesquisador como alguém que intervém sempre, fazendo escolhas e performando realidades. Não há mundo lá fora ou objeto a ser conhecido, mas um mundo que se faz o tempo todo — e é performado ao mesmo tempo em que é conhecido.

As intervenções e escolhas realizadas são inspiradas e construídas no próprio ato de pesquisar o que faz com que a pesquisa distancie-se de um suposto desvelamento ou revelação de uma realidade dada a priori e aproxime-se da ideia de que nossos campos de investigação se configuram ao mesmo tempo em que nós entramos em contato com ele.

Sim, era isso: meu campo de investigação estava se configurando naquele momento: nos encontros e desencontros, nos bem-ditos e nos

malditos, nos bem-entendidos e nos mal-entendidos que prometiam e amplificavam vozes. A noção de *mal entendido promissor* passou então a me acompanhar ao longo de toda esta pesquisa.

A partir da possibilidade de pensar outras formas de construção de conhecimento, passei assim, a problematizar a própria terminologia – ONG, OSC, terceiro setor, etc. – nas entrevistas, com os entrevistados, conforme os relatos a seguir.

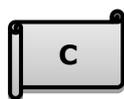


Primeiro essa pergunta, quer dizer, falando sobre sua pergunta, tem sempre aquela questão: eu prefiro cada vez mais trabalhar com diversidade e distinção, e também muito atenta à questão dos termos que, como você sabe, são fundamentais porque eu acho que há uma disputa por categorias classificatórias, termos nesse campo. Então do que a gente tá falando? Porque houve um deslocamento de sentido aí muito forte. O que era ONG quando eu escrevi minha tese lá nos idos de 90, no comecinho de 90, foi exatamente nessa época (...) e hoje? (E.M., antropóloga, professora e pesquisadora, participou de OSC, Rio de Janeiro, 2012).



Aliás, eu não gosto muito, eu discuto sempre isso, eu não gosto muito dessa palavra ONG. Essa palavra ONG, há muitos anos, até antes da Constituição, ela se tornou até mesmo para a sociedade que não conhece, dá uma impressão de uma situação de oportunismo. Eu costumo dizer que deveria ser chamado de Organização Não Estatal... (T. L., jornalista e pedagogo, Diretor de OSC, Conselheiro Municipal de Assistência Social, Teresópolis, 2012).

Durante a construção desta pesquisa, chegamos a discutir se não seria o caso de delimitar, com maior precisão, o universo a ser analisado. Mas optamos por seguir os atores, conforme sugere LATOUR (2000), *configurando no campo*, estas fronteiras. Lembrei-me então da imagem proposta pelo autor, ousando trabalhar com o social como aquilo que se configura e se desfaz, a cada espaço-tempo. Para LATOUR,



O social não pode ser visto nem em sua dimensão sólida, onde as associações não mais se formam, nem em sua dimensão líquida, onde as associações aparecem e desaparecem rapidamente. Apenas nas controvérsias podemos ver o social em formação.

Sim. Esta pesquisa é também uma construção que requer e possibilita nos deslocarmos de certo modo moderno de conhecer. Para isso, foi necessário e preciso acolher a imprecisão, abrir-se à desestabilização, não ter

pressa nem esperar encontrar harmonias ou generalizações, origem primeira ou “final feliz” das histórias narradas.

A leitura de referências na área (SCHERER-WARREN, GOHN, DOIMO, dentre outros) ajudou-nos igualmente nesta construção. Assim, mantivemo-nos no desafio de transitar com e por entre as chamadas *ações coletivas civis* (GOHN, 2010), entendendo-as como *campo de experimentações e aprendizagens sociopolíticas diversas no exercício da cidadania*.

2.3. A cartografia como caminho para outras formas de conhecer

SANTOS (2006) analisa que a ciência moderna “*propôs-se não apenas compreender o mundo ou explicá-lo, mas também transformá-lo. Contudo, paradoxalmente, para maximizar a sua capacidade de transformar o mundo, pretendeu-se imune às transformações do mundo*” (SANTOS, 2006: 18). Assim, completa o autor, a ciência moderna pressuporia que, ao mesmo tempo em que ela *é feita no mundo, não seria feita de mundo*.

O trabalho da ciência seria o de descrever ou retratar uma realidade “lá fora” que existiria independente de nossa vontade, pesquisa ou ação. O ideal desta forma de pensar o conhecimento científico é aproximar-se, o máximo possível, da *verdadeira e fiel* representação da realidade.

Nas palavras de ALBUQUERQUE JUNIOR (2007: 22),



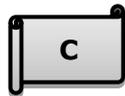
Bruno Latour e Michel Foucault nos falam que esta separação ou distinção radical entre o mundo das coisas e o mundo das representações, entre a natureza e a cultura, entre o que seria material e objetivo e o que seria simbólico e subjetivo, entre a coisa em si e a construção social do conhecimento, entre o objeto e o sujeito é um produto da sociedade moderna e um dos seus pressupostos fundamentais (...) O procedimento científico no ocidente moderno se caracterizaria por esta prática de purificação, pela rejeição de aceitar as misturas, as relações, as superposições, as mestiçagens.

Assim, “em nome da ciência”, desde o século XIX, temos buscado submeter o mundo a uma ordem simples, estável, racional e linear, alerta

STENGERS (1990). E, para isso, o pesquisador e seu trabalho ficam silenciados ou invisíveis.

LAW (2004), em seu “*After the method: mess in social science research*”, reflete sobre o que temos feito quando, em nossos campos de pesquisa, lidamos com realidades múltiplas, híbridas e heterogêneas, como é o caso da abordagem que buscamos aqui imprimir às práticas das Organizações da Sociedade Civil. O autor afirma que faz parte do próprio realismo euro-americano - como denomina o paradigma moderno - excluir tudo que se coloca como confuso, inesperado ou fora da ordem.

MORAES (2010), analisando a obra do autor, explica:



Presença diz respeito ao que comparece em nossos relatos de pesquisa. Ausência é aquilo que, mesmo não estando de fato presente, é um pano de fundo, uma copresença. E alteridade, ou alterização, é o que é tornado outro, excluído, deixado de fora. O manejo da presença, da ausência e da alterização faz toda a diferença. O que deixamos de fora dos nossos relatos? Por que o fazemos? O que incluímos? Por que incluímos em nossos textos estes e não aqueles relatos? Para Law (2004), tais perguntas são capitais nos debates sobre método. (MORAES, 2010: 33, 34).

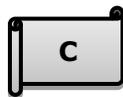
Problematizar a construção do conhecimento aproxima-nos, especialmente, do debate metodológico não com vistas ao estabelecimento de um “como fazer”, mas como possibilidade de colocar em questão “como as coisas são feitas”. LATOUR (2000), ao propor uma etnografia do trabalho dos cientistas, sugere seguirmos os atores aí envolvidos, começando “*pela porta de trás, a da ciência em construção, e não pela entrada mais grandiosa da ciência acabada.*” (LATOUR, 2000: 17).

A ciência, para o autor, seria como o deus Janus e teria duas faces: uma conhecida, acabada e outra em construção. Geralmente, lidamos com a “ciência pronta”, isto é, com conhecimentos que nos chegam como verdades estabilizadas e hegemônicas, sem que questionemos as circunstâncias de produção dos fatos científicos, pois estas, na “ciência pronta”, são apagadas e tomadas como algo dado, natural. Para isso, LATOUR (2000) nos convida a abrir as “caixas-pretas” e olhar as controvérsias como estratégia para nos aproximarmos de determinado campo-tema.



Fonte: Janus, imagem disponível em <http://www.creationoutreach.com/id104.html>

Neste percurso, quando somos



confrontados com uma caixa-preta, tomamos uma série de decisões. Pegamos? Rejeitamos? Reabrimos? Largamos por falta de interesse? Robustecemos a caixa-preta apropriando-nos dela sem discutir? Ou vamos transformá-la de tal modo que deixará de ser reconhecível? É isso o que acontece com as afirmações dos outros em nossas mãos, e com as nossas afirmações nas mãos dos outros. Em suma, a construção de fatos e máquinas é um processo coletivo. (LATOUR, 2000: 53)

As verdades científicas seriam estabelecidas coletivamente a partir da convergência de olhares – homogêneos – entre pesquisadores. O que estes autores buscam denunciar (ou explicitar) é, dentre outros aspectos, que o critério de cientificidade designa sempre uma coletividade que transforma ficção em fatos científicos.

O trabalho da ciência, como argumentam, retiraria a história de seus objetos, apagando este longo processo de estabilização. Na “contramão”, o olhar agora lançado dá-se na busca de dessacralização da ciência, inserindo-a no tempo-espaço-história.

Não nos cabe, neste momento, aprofundar a discussão sobre a ciência. Das muitas leituras possíveis, ressaltaríamos alguns aspectos que parecem fazer ressonância com nosso projeto de tese. Evocamos aqui o reconhecimento da realidade não como algo dado, mas sim como construção a partir de relações heterogêneas.

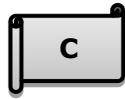
Trabalhar com uma visão de mundo múltiplo, heterogêneo e fluido implica na busca por outras formas de conhecê-lo, não mais a partir da estabilidade e homogeneidade. Implica ainda no reconhecimento de que existem *versões da realidade* e que, quando pesquisamos, detectamos, ampliamos e produzimos algumas destas versões.

A cartografia (PASSOS, KASTRUP, ESCÓSSIA, 2010) insere-se neste debate como mais que um conjunto de regras e procedimentos, mas uma forma de olhar e intervir no campo de investigação. Trata-se de uma estratégia teórico-metodológica tenaz para a abordagem de processos que nos aproxima do vivido.

Com esta perspectiva, afastamo-nos deste modo moderno de pensar a produção de conhecimentos ao rejeitar a visão de que este representaria uma realidade “lá fora”. Aproximamo-nos, ao contrário, da possibilidade de acompanhar percursos, elos e conexões, entendendo que ao mesmo tempo em que pesquisamos e narramos nossos campos de pesquisa, problematizamos e produzimos realidades e subjetividades.

STENGERS (1993) é mais uma, dentre tantos outros autores, que aponta as condições de surgimento da ciência moderna ao destacar a cisão entre sujeito e objeto de conhecimento. Em sua busca asséptica por retratar o real, o trabalho do cientista fica inviabilizado e a ciência é transmitida de um modo naturalizante, ou seja, apagando os vestígios que sinalizam como ela é feita e impondo-se como verdade, caminho único.

Conforme sinalizam BARROS e KASTRUP (2010: 57),



Diferente do método da ciência moderna, a cartografia não visa isolar o objeto de suas articulações históricas nem de suas conexões com o mundo. Ao contrário, o objetivo da cartografia é justamente desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente.

Um outro encontro vivido, nesta trajetória, colocou-se igualmente como mal-entendido promissor, deslocando sentidos e multiplicando possibilidades na construção deste trabalho. No Encontro Nacional da ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social), realizado em 2011, tive a oportunidade de apresentar uma versão preliminar²⁰ de meu projeto de doutoramento. Eventos como este são fecundos ao gerarem encontros e desencontros a partir do que falamos, ouvimos, silenciemos e, sobretudo, de como nossos pares nos ouvem e interpelam.

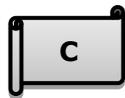
Após a rodada de apresentações, abriu-se o debate e eu recebi um interessante comentário – “quase encomenda” - de um colega: frente à crise vivida pelas organizações da sociedade e civil e movimentos sociais, por que eu não fazia um “catálogo” classificando as ONGs “sérias” e “não sérias” para que pudesse ser utilizado e consultado por todos e, assim, solucionasse o “problema”?

A riqueza desta sugestão, pelo próprio incômodo gerado, inspirou o início da formulação deste trabalho, reforçando opções. Começando do final, ousou afirmar que com este doutoramento não anseio solucionar problemas ou estabelecer verdades conclusivas sobre as questões colocadas. Como uma aposta, aproximo-me, ao contrário, da busca por construir conhecimentos, reconhecendo-os como parciais, incompletos e provisórios. Neste sentido, cada cartografia é única e cada campo-tema potencializa múltiplas possibilidades de cartografias.

²⁰ Apresentação oral “Psicologia social, participação e políticas públicas: histórias, memórias e construção de conhecimentos em projetos sociais” no 16º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), realizado entre os dias 12 e 15 de novembro de 2011, em Recife – PE.

Por outro lado, o movimento aqui proposto não é o de classificação ou categorização – próprios de certo modo moderno de fazer ciência. Como um ensaio, o conhecimento que se quer construir reconhece e parte das controvérsias, incertezas e ambivalências vendo-as não como estágios a serem neutralizados, ultrapassados ou purificados (LATOUR, 1994), mas matéria-prima de toda problematização.

Com PEDRO (2003: 15), insistimos que

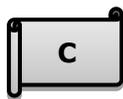


O conhecimento não deveria ser entendido apenas como o que busca apreender o que o mundo é, mas sobretudo, o que produz o mundo (...). Assim, redes devem ser tomadas como ferramentas estratégicas, nas quais se buscam não apenas os movimentos já constituídos, mas antes, os fluxos em constituição, em que nossas próprias ações criam conhecimento, criam redes, criam mundo.

Assim, a opção metodológica não fala de um simples “como fazer”, mas assenta-se e encerra uma Política Ontológica (MOL, 2007), ao reconhecer que “a atividade do pesquisador é simultaneamente epistemológica, política e ética” (PEDRO, 2010: 93).

Com LATOUR (2005, 1994), buscamos colocar as grandes categorias analíticas em suspeição, aproximando-nos de uma visão da *realidade como um fluxo de relações heterogêneas entre elementos justapostos*. Assim o social deixa de estar inserido para explicar a realidade e passa a ser visto como um resultado – sempre parcial e provisório – de processos de agenciamentos entre humanos e não-humanos que se faz o tempo todo.

Nas palavras do autor (LATOUR, 2005: 06, grifos nossos),



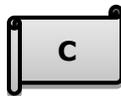
Em cada momento, temos de reconstruir a concepção do que estava associado porque a anterior definição passou a ser, até certo ponto, irrelevante. Já nem sequer estamos mais certos do que significa ‘nós’; parece que somos sustentados por ‘laços’ que já não assemelham aos laços sociais regulares (...) Portanto, o projeto global daquilo que supostamente fazemos em conjunto é colocado em dúvida. O sentido de pertença entrou em crise. É justamente para dar conta deste sentimento de crise e para seguir estas novas conexões que nos será necessário uma outra concepção do social. Com efeito, será necessário que esta seja muito mais ampla do que comumente se designa por este termo, e todavia estritamente limitada no que respeita ao delinear das novas associações e à arquitetura criada pelos seus agregados. Eis a razão pela qual irei definir o social não já como um domínio especial, uma realidade específica ou uma coisa

particular, mas apenas como um movimento muito particular de re-
associação ou de reagrupamento.

Frente a uma Sociologia do Social, o autor propõe uma Sociologia das Associações para estudar os fenômenos em movimento, em constituição, antes de se estabilizarem. O trabalho de investigação a ser feito implica em seguir as configurações provisórias da realidade, sem buscar generalizações, mas nas pequenas narrativas.

Neste sentido, inspirados no trabalho realizado por LATOUR, em sua cartografia da ciência, esta pesquisa busca desenvolver uma cartografia do trabalho das OSC, “*entrando pela porta de trás*”, como sugere o autor, isto é, pelos vestígios que apontam como são construídas em seu dia a dia e não em seu caráter definitivo ou institucionalizado, o que implica olhar as práticas e seguir os atores, acompanhando as discussões, incertezas e embates em jogo.

A metáfora da caixa-preta talvez seja pertinente para pensarmos a constituição das OSC, sendo utilizada



na sociologia das ciências para falar de um fato ou de um artefato técnico bem estabelecido. Significa que ele não é mais objeto de controvérsia, de interrogação nem de dúvidas, mas que é tido como um dado (...). Quando uma técnica ainda não está completamente estabelecida como caixa-preta, falamos de caixa cinza (Latour) ou caixa translúcida (Jordan e Lynch). (VINCK, 1995 In PEDRO, 2010: 87).

PEDRO (2010: 87) nos ajuda ainda nessa argumentação afirmando que

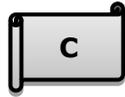


de modo simples, pode-se definir controvérsia como um debate (ou uma polêmica) que tem por 'objeto' conhecimentos científicos ou técnicos que ainda não estão totalmente consagrados. Isto significa que os objetos privilegiados de tais análises são as chamadas 'caixas-cinza', ou seja, questões de pesquisa que ainda portam em si controvérsias, interrogações, que ainda não se constituíram em uma 'caixa-preta'.

Seguimos assim, nossa viagem: se inicialmente buscamos configurar nosso campo-tema; agora, damos mais um passo, aproximando-nos da possibilidade de abrir esta *caixa-preta*. Mobilizados pelas transformações nas

práticas das Organizações da Sociedade Civil, tomamo-las como “caixas-cinza”, *portadoras de controvérsias e interrogações*, problematizando o papel e atuação destas ações hoje.

Na mala de viagem, trazemos um “equipamento minimalista”, pois, conforme salienta PEDRO (2010: 89, grifos nossos),



o ofício do cartógrafo envolve, assim, uma implicação nas redes que ele cartografa, um entendimento sem exterioridade de seus movimentos e desvios. Para tanto, lhe é conveniente um equipamento bastante ‘minimalista’: ao invés de um ‘protocolo normalizado’, o cartógrafo leva no bolso ‘um critério, uma regra e um breve roteiro de preocupações’, este último sempre aberto a redefinições (Rolnik, 2007, p. 67).

Seguindo suas recomendações, tomamos como *porta de entrada* nesta rede a experiência da OSC Espaço Compartilharte, aqui tomada não como um estudo de caso, mas como *campo de dispersão, a partir do qual vamos problematizar as controvérsias e possibilidades de reinvenção dos modos de atuação da sociedade civil no fortalecimento da democracia.*

Buscamos ainda acompanhar as sinalizações de ROLNIK (1989: 66) ao nos advertir que



Um cartógrafo deve mergulhar nas intensidades de seu tempo e estar atento às linguagens que encontra, para incorporar, na composição das cartografias, todos os elementos que se fazem necessários. O cartógrafo absorve matérias de qualquer procedência. Não tem o menor racismo de frequência, linguagem ou estilo. Tudo o que der língua para os movimentos do desejo, tudo o que servir para cunhar matéria de expressão e criar sentido, para ele é bem-vindo. Todas as entradas são boas, desde que as saídas sejam múltiplas. O problema, para o cartógrafo, não é o do falso-ou-verdadeiro, nem o do teórico-ou-empírico, mas sim o do vitalizante-ou-destrutivo ativo-ou-reativo. O que ele quer é participar, embarcar na constituição de territórios existenciais, constituição de realidade.

Além de extensa pesquisa bibliográfica sobre o tema, trabalhamos com entrevistas, depoimentos, fotografias, desenhos, atas, relatórios, textos e outros registros sobre o trabalho do Espaço Compartilharte. Paralelamente, entrevistamos também pessoas que acompanharam ou atuaram em Organizações da Sociedade Civil e em movimentos sociais.

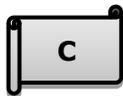
Iniciamos por profissionais que, de alguma forma, conheceram o trabalho do Espaço Compartilharte, assim como procuramos também entrevistar pessoas reconhecidas na área²¹, utilizando o critério da bola-de-neve neste percurso, ou seja, a cada entrevista realizada, pedíamos sugestões de nomes de outros possíveis entrevistados.

Ao todo, foram realizadas vinte e sete entrevistas e mais algumas conversas informais, nas cidades de Teresópolis, Rio de Janeiro e São Paulo, entre 2012 e 2013. As entrevistas foram gravadas e transcritas por mim e, neste trabalho de transcrição, busquei realizar anotações e reflexões suscitadas nestes encontros. Os entrevistados preencheram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, aqui anexado, no qual ficou garantida a confidencialidade das informações geradas e a privacidade dos participantes da pesquisa. Assim, os nomes serão omitidos e sinalizaremos sua inserção/articulação com o campo-tema, assim como a cidade e o ano de realização da entrevista.

²¹ Agradecemos, especialmente, à Professora Beatriz Azeredo pelas sugestões, feitas em nossa banca de qualificação, e posteriormente, pelos contatos iniciados para realização destas entrevistas.

CAPÍTULO III

UMA ESCRITA NA TERCEIRA MARGEM OU UMA HISTÓRIA NAS FISSURAS: DO ESPAÇO COMPARTILHARTE À PROBLEMATIZAÇÃO SOBRE A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA – PRIMEIROS ANOS



Os historiadores devem estar atentos não para as causas dos fatos, tomadas como um vento anterior que se desdobra e continua em um posterior, mas para a multidão de elementos que se aproximam e se cruzam num dado momento e que resultam em um acontecimento. No início não estão a unidade e a identidade de uma causa, mas a dispersão dos fatores, a multiplicidade dos elementos, as forças que ingressam em um campo de luta e as matérias de expressão, o arquivo discursivo que essas forças encontram para dar forma às suas reivindicações. “Procurar uma tal origem é tentar reencontrar ‘o que era imediatamente’, o ‘aquilo mesmo’ de uma imagem exatamente adequada a si; é tomar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira” (ibid., p.23). Buscar a origem dos fatos é, então, procurar acabar com a brincadeira dos homens no tempo, é fazer com que eles sejam adequados a si mesmos, idênticos à sua própria definição, é o historiador colocando a bola embaixo do braço e dizendo: acabou o jogo, não brinco mais! O historiador das origens, criança emburrada, o estraga prazeres. Para Foucault, se o historiador tiver o cuidado de entrar de corpo e alma na história, admitindo que só se faz a história participando de seu próprio jogo, que não se pode escrever a história como um espectador, torcendo da arquibancada, sendo um historiador atleta e não um historiador assistente, se perceber que só se escreve a história suando a camisa, não a olhando de binóculo de um camarote refrigerado, ele aprenderá que “atrás das coisas há ‘algo inteiramente diferente’: não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhes eram estranhas” (Foucault, 1984a, p.17). (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2004: 83)

3.1. Introdução

No primeiro capítulo, buscamos reunir rastros e pistas para construir nosso campo-tema, configurando assim, um mapa desta viagem. A seguir, no segundo capítulo, problematizamos a produção de conhecimentos, reunindo ferramentas e sinalizando como pretendemos traçar esta cartografia.

Para compor este mapa, é importante seguir a gênese deste campo-tema. Propomos assim, neste capítulo, *seguir alguns rastros e pistas da ação social no Brasil, problematizando a história não com o intuito de reconstituir uma suposta origem dos projetos sociais, mas na busca por acompanhar de que modo determinadas condições singulares geraram configurações e reconfigurações destas práticas e que reverberações isso tem gerado hoje*. Deste modo, não se trata de reconstituir uma cronologia linear do passado, mas reunir elementos que possibilitem uma cartografia do presente, ressignificando-o.

As práticas vividas pelo Espaço Compartilharte são aqui tomadas como fios e elos que entrelaçam estas histórias, compondo nosso *mapa como pontos de multiplicação de vozes, campo de dispersão ou cenas a partir das quais vamos problematizar as controvérsias e possibilidades de reinvenção dos modos de atuação da sociedade civil no fortalecimento da democracia*. Assim, narrativas locais e de outros territórios alinhavam-se e tecem um mesmo mapa.

3.2. Começando pelo fim

Diz-se que toda história começa com um acontecimento, uma quebra de rotina, uma ruptura ou descontinuidade (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007: 27). Aqui não é diferente. Esta história, ou melhor seria dizer, as histórias aqui narradas começam pelo fim do Espaço Compartilharte, Organização da Sociedade Civil que iniciou suas atividades em 1991, junto a comunidades rurais de Teresópolis, região serrana do Rio de Janeiro e que hoje se encontra em processo de encerramento. Estou neste trabalho desde o início e, atualmente, acompanho os caminhos e descaminhos deste desfecho.

A escrita desta história é feita na *terceira margem do rio* (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007: 28), nas fissuras, nas ranhuras, nos embates. É fluxo que mobiliza múltiplos elementos. São elementos que configuram, peça a peça, cena a cena, um mosaico. É trabalho de construção feito de *corpo e alma, por dentro das histórias* (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2004: 83).

Em busca de construir este campo-tema, durante muito tempo, estive me perguntando se esta pesquisa falaria do fim do Espaço Compartilharte ou do fim das Organizações da Sociedade Civil. Entendendo que toda investigação envolve a construção de um objeto, eu me questionava se estaria fazendo as “*perguntas certas*” ou ao menos aquelas que me apontassem caminhos para prosseguir...

Esta construção tem como matéria-prima as narrativas tecidas a partir da possibilidade de vivenciar as conquistas, os desafios e entraves para manter e encerrar um trabalho como este e, nestes últimos anos, tem sido fortemente mobilizada pelas notícias sobre o fechamento de inúmeros projetos sociais.

NO ESPAÇO COMPARTILHARTE - CENA 1: Uma carta como porta de entrada

O ano de 2013 começou diferente para as pessoas que fazem o Espaço Compartilharte. Após considerável período de reflexão e discussão sobre as possibilidades de continuidade e manutenção da organização, sócios, conselheiros e diretores decidiram, em assembleia, iniciar o encerramento das atividades.

Uma carta da diretora-presidente é encaminhada à chamada “Rede de amigos do Espaço Compartilharte”:

EC

AOS SÓCIOS, PARCEIROS E AMIGOS DO ESPAÇO COMPARTILHARTE:

Iniciamos este ano (2013), compartilhando com a nossa rede de amigos e sócios uma difícil, mas amadurecida decisão: conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, estamos iniciando o processo de encerramento das atividades do Espaço Compartilharte. Após mais de 20 anos de atuação, avaliamos que um ciclo se fecha. Não é demais lembrar o quanto o mundo e o país mudaram nestas últimas décadas: no entendimento da pobreza e da miséria; no crescimento das cidades e nas mudanças da vida no campo; no acesso às políticas públicas, sobretudo às de educação e de assistência social; nas condições de geração de trabalho e renda; na relação entre Estado, iniciativa privada e sociedade, nos modelos de financiamento e gestão de projetos sociais...

Nos últimos anos, o Espaço Compartilharte veio realizando uma transição em sua forma de atuação, diversificando estratégias e ampliando espaços de atendimento: pouco a pouco, os projetos passaram a ser executados não somente na sede da instituição, mas junto aos equipamentos das comunidades (escolas, domicílios, ruas, igrejas e praças). Da luta inicial pelos Direitos da Criança e do Adolescente, novas bandeiras vieram somar-se, sobretudo a partir dos projetos de fortalecimento da família e da escola, e de desenvolvimento local sustentável.

Paralelamente, investimos em ações de fortalecimento institucional, participando ativamente de conselhos formuladores de políticas públicas, incrementando a gestão dos projetos, priorizando a qualificação e formação de gestores e educadores, sistematizando as práticas e experiências vividas.

A partir disso, as fronteiras de atuação se abriram e nossas metodologias puderam ser replicadas nacionalmente. Poderíamos aqui reunir números para falar sobre quantos projetos executamos, quantas crianças, jovens e famílias beneficiamos, quantas premiações reunimos... mas, há muito temos cuidado de nossa história, sistematizando e compartilhando as experiências vividas: elas estiveram presentes nas exposições do Centro de Referência em Educação e Desenvolvimento Sustentável (CREDS), nos relatórios anuais, nas publicações, reuniões e registros de cada projeto, nos encontros com a nossa rede de amigos, parceiros e sócios, mas sobretudo no encontro com cada criança, cada adolescente, cada família com quem trabalhamos.

Com a deliberação pelo encerramento das atividades e, sabedores de que tudo o que existe hoje no Espaço Compartilharte é público, temos nos dedicado a doar todos os bens materiais para entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para que possam ter assegurados a sua finalidade, ou seja, a de servir à coletividade, de forma pública.

Assim, por exemplo, parte do acervo do Centro de Referência está em exposição na Área de Proteção Ambiental (APA) de Petrópolis; a biblioteca infanto-juvenil e um veículo utilitário foram doados ao Parque Nacional da Serra dos Órgãos; materiais didáticos, parquinho multiuso e outros móveis foram doados às escolas municipais de Canoas, com as quais trabalhamos.

Nossas responsabilidades civis, fiscais e éticas estão em dia. Os funcionários foram acompanhados nesta transição e apoiados na busca por novas oportunidades profissionais e pessoais.

Resta-nos a história destes mais de 20 anos de luta e atuação por contribuir com a construção de um mundo melhor, mais equitativo e justo. Resta-nos, sobretudo agradecer a cada um de vocês que confiou em nosso trabalho, tornando possível a história do Espaço Compartilharte.

*Sempre à disposição para continuar compartilhando. Fraternalmente,
Lurdinha Castro
Diretora-presidente - Espaço Compartilharte*

A carta que chega a cada ponto da rede reverbera e faz ressonância. Os relatos de jovens que frequentaram os projetos da instituição possibilitam visualizar um pouco mais do que foi feito. Interessante notar a capacidade que, hoje, trazem de leitura de mundo e a percepção sobre o que esta experiência gerou em suas escolhas e trajetórias.

EC

Bom dia, Lurdinha. Depois de tanto tempo com o Espaço funcionando e atendendo o município inteiro, e não só ele, pois a ONG chegou influenciar as outras cidades, etc., eu, como participei, fico triste, porque minha infância toda foi praticamente dentro do Espaço. E, se as coisas que estou optando para fazer hoje na vida, como a música, teatro, área humana, com certeza foi por influência do Espaço Compartilharte. Eu só tenho a agradecer porque, tudo o que vivi na ONG, me fez crescer, me tornar uma pessoa melhor, mais educada, consciente, respeito pelo meio ambiente, coisas que de repente, até na escola eu não aprenderia tanto, ou não da forma que aprendi, com dinamismo.

Cursos oferecidos, palestras que fomos, coisas que eu nem tinha tanta noção que poderia me ajudar, hoje em dia eu utilizo no meu currículo, e já deu resultado, exemplo foi o 'curso' de mediação de leitura.

O ruim disso tudo é que várias empresas grandes que poderiam estar ajudando para que a ONG não feche, não andam muito preocupadas com esse tipo de ação, e quando se trata de algo fora do governo, as coisas ficam mais difíceis ainda, mas mesmo assim, permaneceu por bastante tempo, ajudando muitas famílias.

Eu estou trabalhando, mas se precisarem de qualquer coisa eu posso ajudar, é só ligar lá em casa !! Beijinhos. (R.T., hoje com 22 anos, frequentou o Espaço Compartilharte em sua infância e adolescência, Teresópolis, 2013).

EC

Ai Lurdinha: a emoção falou mais forte!!! Passou todo um filme aqui na minha cabeça: boa parte da minha formação foi construída e embasada ali. É uma pena que tudo tenha seu ciclo. Mas tenha sempre certeza disso: a mudança você conseguiu! Canoas, aquele pequeno vilarejo nunca mais foi o mesmo depois que aqui se instalou este coração bondoso no qual políticos não ganharam espaço (...) Então politicagem não adiantava porque o povo aprendeu a lutar pelos seus direitos! Fico com um enorme aperto no peito de saber que a casa que me ajudou na formação fecha as portas, mas feliz por saber que cumpriu muito mais do que foi proposto, deu passos além. Só hoje, com visão da administração e da gestão, entendo muitas coisas que fazíamos e posso dizer que nós, o Espaço estava sempre passos à frente do nosso tempo (...) Saiba que sou imensamente

grato por todas as oportunidades e por toda a chance de crescimento que me foi permitida, pelos diversos choros, pelos vários nãoos que levei. (F.D., hoje com 24 anos, frequentou o Espaço Compartilharte em sua infância e adolescência, Teresópolis, 2013).

Uma liderança comunitária fala dos resultados gerados localmente, em Prata dos Aredes, uma das regiões atendidas pela OSC:



Querida Lurdinha: Todos nós (...) sabemos quais são os frutos desse trabalho! Porém eles só serão vistos por aqueles que puderem enxergar os valores éticos nos atuais adultos que passaram pelo Espaço! Tenho visto isso por aqui em Prata dos Aredes! Minha gratidão, irmã! Foi um tempo muito lindo e de muito esforço! (Z. B. é médica. Importante liderança comunitária, participou da Associação de Moradores da região, Teresópolis, 2013).

As ressonâncias não estão somente nas comunidades atendidas, mas dialogam com outras iniciativas similares. A diretora de uma OSC que atua na capital do Rio de Janeiro parece apontar que o vivido pelo Espaço Compartilharte não está restrito somente àquela experiência.



Querida Lurdinha: Fiquei muito comovida com a sua carta. Sei exatamente do que você está falando, por sentir e viver tudo isso. Você é para todos aqueles que têm o privilégio de te conhecer, um exemplo como pessoa e profissional. Com muita admiração e carinho. (P.S., pedagoga e diretora de OSC, Teresópolis, 2013).

O relato do professor e consultor do Ministério de Educação leva-nos à reflexão sobre o que fica de um trabalho de vinte anos de mobilização comunitária e educação social.



Lurdinha: acredito que a decisão foi amadurecida e tranquila. Deve haver sofrimento, no encerramento das atividades, porque sempre é uma perda... mas a história registra que os vinte anos de existência, árdua, trabalhosa, dedicada por uma causa fez história... Foi como semear. Em terras férteis a semente germinou e produziu frutos. E lá, em tantos lugares, estão vocês. Abraço grande. (T.N., filósofo e pedagogo, consultor do MEC, da Câmara dos Deputados e de outros organismos nacionais e internacionais)

No decorrer desta pesquisa, reunimos inúmeros relatos e depoimentos de outras OSC que, por motivos diversos, também interromperam suas

atividades. A transcrição²² de uma reunião de uma OSC que atuava em Recife, e que encerrou suas atividades recentemente, impressiona pelos ecos e pontos em comum com as histórias vividas pelo Espaço Compartilharte de tal forma que alguns trechos poderiam ser transpostos ou replicados para contar estas histórias.



É um momento em que a gente deseja dialogar com todos vocês e todas vocês que estão aqui sobre o processo de encerramento da atuação da (organização)²³ (...) Essa decisão foi tomada numa análise das condições de sustentabilidade da (organização) e no confronto que a gente faz entre essas condições e o desejo e a missão da (organização) no mundo. Quando a gente fala em sustentabilidade a gente não está falando só do financeiro, porque a gente lida com sustentabilidade do ponto de vista do financeiro, do pedagógico e do político. A gente acredita que uma instituição precisa desses três pilares para funcionar: Ela precisa de um projeto político-institucional firme, definido e posicionado (que é como a gente chama no movimento), um projeto que é político e que é pedagógico ao mesmo tempo, ou seja, a sua ação pedagógica deve ser coerente com esse projeto político com os princípios, os valores, a missão com que essa instituição se coloca no mundo. Essas são algumas questões que a gente quer trazer e acho muito importante, por exemplo, pra mim é muito importante que tenhamos presente nessa fala da (organização), não é simplesmente porque a (organização) está fechando e o momento é pessimista, porque na assembleia da ABONG quando em novembro eu comuniquei que a (organização) estava em processo de fechamento, eu fui procurada por inúmeras organizações que vivenciam situações muito semelhantes, que vivenciam situações de desrespeito das agências como XY²⁴ que nos desrespeitou, que vivenciam situações de busca por recursos e de grande escassez de recursos para o tipo de atividade que se faz. É pra que a gente não se centre nessa coisa da (organização) e da história da (organização) porque não foi para isso que propusemos a roda, (para) partilhar esse momento, mas para além da (organização), de que forma a gente pode nesse momento pensar as possibilidades, as oportunidades, quais são os desafios que temos para enfrentar, que esse campo político precisa enfrentar.

O relato acima fala também, conforme temos problematizado, que talvez estejamos vivendo certo esgotamento desta forma de atuação e que é preciso reinventar alternativas para continuar nossa missão. Aponta ainda que o fechamento de uma OSC não envolve somente aquela equipe ou dirigentes nem tão pouco somente aquelas comunidades ou grupos atendidos. O

²² Agradecemos ao Professor Benedito Medrado por ter gentilmente compartilhado conosco as memórias e registros desta experiência.

²³ O nome da organização será mantido em sigilo.

²⁴ Aqui igualmente optamos por manter em sigilo o nome da agência financiadora citada na transcrição.

encerramento de um trabalho como este diz respeito à coisa pública, à vida política, à consolidação democrática e, desta forma, a todos nós. Preocupa-nos perceber que isto pouco tem sido visto ou discutido de forma coletiva.

O objetivo deste capítulo não é realizar uma avaliação dos impactos gerados pela OSC Espaço Compartilharte nem tão pouco encontrar uma “suposta origem” ou “causa primeira” do encerramento destes trabalhos, mas *continuar problematizando, agora, de outro lugar, a atuação da sociedade civil no fortalecimento da democracia, no Brasil, nas últimas décadas.*

Para isso, começamos retomando a pergunta anteriormente colocada sobre o que acontece quando uma organização encerra suas atividades. Será que poderíamos falar que permanece um legado? Se sim, como percebê-lo ou visualizá-lo? O que passa a ocupar os espaços deixados pelos projetos que se encerram?

Acreditamos que retomar estas questões nos ajuda a dar um passo a mais na direção do foco de nossa pesquisa de tese. A busca, neste momento, é por fazer dialogar *imagens em zoom e imagens em panorâmica*²⁵, de modo a reunir mais alguns elementos, a partir desta experiência, que nos ajudem a pensar sobre a atuação da sociedade civil para o fortalecimento da democracia.

Assim, não se trata tão somente de descrever ou falar sobre o que foi o Espaço Compartilharte, mas de olhar ali, localmente e de forma situada, as controvérsias e embates presentes no dia a dia destes projetos sociais. Seguimos, assim a gênese destas práticas. Lançando mão da licença para uma escrita não cronológica, tomamos o fim do Espaço Compartilharte como porta de entrada para seguir rastros e pistas da ação social no Brasil.

²⁵ Agradecemos, especialmente, à Professora Marcia Moraes pelas sugestões de leitura e filmografia do cineasta Eduardo Coutinho, inspiração para a construção deste trabalho de pesquisa.

3.3. Seguindo rastros da ação social no Brasil: olhar em panorâmica

Um olhar em perspectiva sobre os últimos quarenta anos de projetos sociais leva-nos um pouco mais longe, para o Brasil Colônia. Isso porque, de modo recorrente, encontramos nestas práticas notáveis raízes na filantropia, modelo trazido da Europa. A noção da *ajuda ao próximo enquanto prática social* está relacionada, desde o período colonial, a instituições religiosas e, sobretudo à Igreja Católica.

Valores como a caridade, a benemerência e o amor ao próximo pautam as primeiras iniciativas que se tem conhecimento em nosso país, tendo como público-alvo prioritário aqueles que se encontram excluídos do processo produtivo: pobres, crianças, idosos e doentes são acolhidos e cuidados graças a ações voluntárias.

As Santas Casas de Misericórdia são ícones da ação social desta época, abraçando dentre seus objetivos as chamadas “sete obras corporais”, quais sejam: dar de comer a quem tem fome; dar de beber a quem tem sede; vestir os nus; dar pousada aos peregrinos; assistir aos enfermos; visitar os presos; enterrar os mortos.

Os primeiros hospitais, asilos e manicômios instalados no Brasil estão ligados às Santas Casas, mantidas através da benemerência de doações à Igreja. Pouco a pouco, famílias mais abastadas e representantes da realeza vão somar-se aos religiosos, mas, de todo modo, quase sempre estarão pautados pelo ideário da moral cristã.

Como assinala OLIVEIRA (2005: 24, grifos nossos),



A maioria da população era atendida dentro das grandes fazendas da época, atribuindo ares de privado ao atendimento prestado. Essa assistência individualizada e dependente de favores criava um vínculo protecionista entre o dono das terras e seus subordinados. Assim, o caráter comunitário inexistia, no sentido de que o povo beneficiado tivesse como participar, gerir ou contribuir. O que permanecia era a caridade alheia e a dívida de favores e gratidões que se eternizavam.

Nossa visão da história distancia-se, como temos assinalado, de um suposto trabalho de desvelamento da realidade e aproxima-se da noção de invenção (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007). Cabe aqui, uma vez mais, esta digressão: nosso encontro com a história destas práticas dá-se *por dentro delas*. Não somente pela implicação e atuação neste campo, mas por trazeremos uma abordagem historiográfica que toma o que é dito / escrito não como fato *evidente*, mas como construção humana e social que é tornado visível nesta forma de narrativa. Histórias, textos, depoimentos ganham contorno quando começam a ser contadas. Como nos sinaliza ALBUQUERQUE JUNIOR (2007: p.26),



somos nós que evidenciamos, colocamos em evidência dado evento ou conjunto de eventos e, no mesmo ato, esquecemos ou jogamos para os bastidores outros tantos acontecimentos.

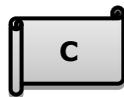
Assim, retomamos nossa história, ressaltando que não por acaso, de modo recorrente, ainda hoje encontramos mescladas práticas assistencialistas e assistenciais nestes projetos. E mais: se hoje nos perguntamos em que medida exercemos nossa cidadania ou mesmo quando criticamos a despolitização ou baixa participação do povo brasileiro nos processos democráticos decisórios e nas políticas públicas, é também porque poucas vezes temos problematizado nossa história, nossas raízes neste campo.

A partir da República e com a Constituição de 1891, Igreja e Estado separam-se formalmente como instituições. O caráter privatista, confessional e caritativo das ações sociais prolonga-se. Somente bem mais adiante, no governo Vargas, surge o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), órgão que tinha dentre suas atribuições o repasse de recursos públicos, sob a forma de subvenção, a instituições sem fins lucrativos que atuavam nas áreas da saúde, educação, assistência social ou cultura. Grandes nomes da filantropia e da alta elite da sociedade compunham o CNSS e avaliavam quais entidades receberiam as subvenções estatais. Nota-se que se por um lado há um embrião da proposta de autonomia frente ao Estado, por outro, reforça-se o compromisso entre este e a elite brasileira.

Nesta mesma época, surge a Legião Brasileira de Assistência (LBA) inicialmente com a missão de reunir os patriotas e organizações de “boa vontade”. Com a LBA, ações emergenciais e campanhas pontuais ganham capilaridade, mas ainda não estão associadas à perspectiva da garantia de direitos. O *primeiro-damismo* na ação social – D. Darcy Vargas foi a primeira presidente da LBA - é outra tendência que se estende ainda hoje em muitos municípios brasileiros.

Por mais paradoxal que pareça, na Era Vargas encontraremos inúmeros avanços na legislação não somente na área social, mas também trabalhista e ambiental. Por ora, vale destacar que até então a pobreza era vista como um desvio individual, sendo tratada como “caso de polícia”. A partir dos anos 30, a pobreza passa a ser abordada como uma questão social sob responsabilidade também do Estado.

SPOSATI (2001:76, grifos nossos) salienta que



O trato da assistência social no âmbito da moral privada, e não da ética social e pública, é um dos equívocos dessa versão filantrópica. O primeiro-damismo, a benemerência está no âmbito da moral privada. Neste sentido, é que os conservadores pretendem agir (e agem) modelando a atenção àqueles mais cravados pela destituição, desapropriação e exclusão social, organizando atividades que vinculam as relações de classe, sob a égide do favor transclassista, do mais rico ao mais pobre, com a vinculação do reconhecimento da bondade do doador pelo receptor. (...). O modelo conservador trata o Estado como uma grande família, na qual as esposas de governantes, as primeiras damas, é que cuidam dos “coitados”. É o paradigma do não direito, da reiteração da subalternidade, assentado no modelo de Estado patrimonial (...). Neste modelo, a assistência social é entendida como espaço de reconhecimento dos necessitados, e não de necessidades sociais.

Importante destacar o quanto *ou como* estas práticas sociais vão sendo engendradas, desde o século XVII, na medida em que se configuram determinadas *disfuncionalidades* na sociedade. Essa problematização possibilita desnaturalizarmos nossas tradicionais concepções sobre quem são nossos beneficiários ou o público-alvo das políticas, programas e projetos sociais.

CASTEL (2000) é referência ao situar a relação com o trabalho como divisor entre *válidos e inválidos*. Em um primeiro grupo, estariam todos os que estariam “legitimados” a não trabalhar, seja por incapacidade física ou psíquica, aí incluídos crianças e idosos. Para estes, a “necessidade” de uma “proteção” do Estado ou intervenção que, hoje, chamaríamos de socioassistencial. Em um segundo grupo, estariam os indigentes, ou seja, aqueles que poderiam trabalhar mas que não o fazem de forma suficiente para garantir sua própria sobrevivência.

Diversos autores (FOUCAULT, 1993; DONZELOT, 1984; ARIÈS, 1986) dedicaram-se a acompanhar como a criança e o velho, sem família; o louco e o indigente tornaram-se objeto de uma determinada forma de intervenção peculiar, constituindo-se objeto de certos *saberes e práticas sobre o social*.

SILVA (2005: 18) ressalta:



É a partir do momento em que certos “disfuncionamentos” de uma sociedade não são mais regulados de uma maneira relativamente informal no tecido dessa sociedade que podemos falar de uma “problematização” do social. As relações sociais informais não são mais suficientes para resolver tais “disfunções”. Assistimos então à criação de alguns espaços institucionais e, por conseguinte, de um corpo profissional especializados que passará a ocupar-se de tais “disfuncionamentos”.

Proteger os mais carentes, definir quem e o que será protegido (de quem); construir espaços, técnicas e modos de cuidado e proteção são práticas construídas historicamente. O que hoje nos parece estar dado ou por demais natural, deixou rastros nas práticas engendradas por pessoas, grupos e instituições.

Este talvez seja um detonador crucial em nossa argumentação sobre os projetos sociais hoje: nosso movimento busca, em um primeiro momento, desnaturalizá-los, acompanhando a história de sua constituição ou mesmo da objetivação do social.

Esta breve viagem por algumas pistas da história do trabalho social no Brasil possibilita identificar e refletir sobre certas heranças dos modelos atualmente vigentes. Esta digressão no tempo justifica-se não por buscar

encontrar ali fatos ou verdades acabadas que expliquem ou representem as práticas sociais, mas sobretudo no intuito de buscar acompanhar como determinadas condições sócio históricas contribuíram para configurar modos peculiares de se pensar/fazer trabalho social. A partir desta panorâmica, aproximamo-nos novamente do foco de nossa investigação.

3.4. Nos rastros da invenção: olhares em zoom

A tese de doutorado de Leilah LANDIM (1993), intitulada “*A Invenção das ONGs - do serviço invisível à profissão sem nome*” e defendida em 1993, tornou-se importante referência na área, em uma época em que a academia pouco se dedicava a este campo-tema.

Nesta pesquisa, a autora (1993: 8) buscava



analisar os processos através dos quais as organizações ‘de assessoria e apoio’, ou ‘a serviço dos grupos e movimentos populares’ – durante a maior parte de sua história sem um nome que as reconhecesse conjuntamente – se transformaram em ‘ONGs’.

Interessante notar que, não por acaso, LANDIM (1993) utiliza o termo “*invenção*” em sua tese, sinalizando a abordagem de sua pesquisa, qual seja: a história da produção de uma categoria. A noção de invenção, conforme temos já sinalizado, remete a uma nova forma de pensar a produção de conhecimento, aproximando a história da dimensão genética das práticas humanas (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007: 19).

Assim, LANDIM (1993: 7) realiza um recorte em sua investigação, analisando o surgimento das ONGs, nas décadas de 80 e 90, como uma



‘nova realidade sociológica na América Latina’ (FERNANDES, 1985: 13) ‘uma inovação na cultura institucional da esquerda brasileira’ (FERNANDES e PIQUET, 1991: 13), ou ainda como ‘microorganismos do processo democrático’ (DE SOUZA, 1992: 143)

De tal modo que no início dos anos 80, no Brasil, ainda não se podia circunscrever ou mesmo prever que as ONGs ou Organizações Não-Governamentais virariam uma realidade ou categoria social que envolve grupos ou pessoas, geralmente advindos da classe média, que atuam no campo das questões sociais, *“onde circulam valores variados como a caridade, o altruísmo, a militância”* (LANDIM: 1993: 9).

O que vemos nas décadas de 60 e 70 são práticas ligadas aos movimentos sociais e, principalmente, às ações de Educação Popular, inspiradas nos trabalhos de Paulo Freire e da Igreja católica, junto às comunidades eclesiais de base. Há também um forte investimento internacional, através de mecanismos de cooperação internacional. Neste período, noções como conscientização, mobilização e organização popular estão presentes como formas de consolidação democrática (DOIMO, 1995: 130).

GOHN (2010: 13) é também uma importante referência nesta configuração, apontando igualmente como a origem das ONGs esteve ligada a ações caritativas e filantrópicas, gerando ao mesmo tempo, a *“entrada de novos atores em cena”* e a *“criação de novos sujeitos coletivos”* em um campo que aproximava sociedade civil, cidadãos e participação na vida pública.

A autora (2010: 13) demarca:



Nos anos 1970 e 1980, as ONGs eram instituições de apoio aos movimentos sociais e populares, estavam por trás deles na luta contra o regime militar e pela democratização do país. Ajudaram a construir um campo democrático popular. Nessa fase, as ONGs se preocupavam em fortalecer a representatividade das organizações populares, ajudavam a própria organização se estruturar, e muitas delas trabalhavam numa linha de conscientização dos grupos organizados. As ONGs eram suportes para a ação dos movimentos. Eram ONGs cidadãs, movimentalistas, militantes. A face movimentalista encobria, nas próprias ONGs, sua outra face, aquela produtiva, geradora de inovações no campo de alternativas para as necessidades e demandas sociais.

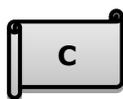
Se, no Brasil, estas ações ganham força e algum contorno durante o processo de democratização, o termo ONG (Organização Não-governamental) surge, no cenário internacional, um pouco antes.

Ao lançarmos um olhar em perspectiva, encontraremos diferentes matizes presentes nestas ações. Nos anos 40, com a bandeira proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), a missão destas organizações era combater a pobreza e lutar pela reconstrução da paz entre os povos e nações. Mais adiante, as ONGs hastearão a bandeira da resistência aos regimes autoritários, lutando pela democratização. No chamado neoliberalismo, veremos surgir fortemente o discurso e práticas de incentivo ao voluntariado e trabalhos em parceria (STEIL; CARVALHO, 2001).

STEIL E CARVALHO (2001) ajudam-nos ainda a lançar o mesmo olhar sobre a experiência brasileira, identificando três grandes períodos. Nos anos 70, com a fundação das primeiras ONGs, havia um trabalho quase clandestino de resistência ao regime militar e uma busca deliberada por atuar de forma autônoma em relação ao Estado.

Nos anos 80, os “*novos movimentos sociais*” colocam em cena temas plurais de lutas num mundo então “globalizado”. Nesse período, consolida-se o debate em torno da própria identidade e denominação das organizações não-governamentais.

Conforme LANDIM (1993: 16),



É verdade que desde os finais dos anos 80, esporadicamente, as “ONGs” já começam a ver sua existência registrada na grande imprensa, sobretudo através das seções especializadas em política nacional. Começam então a aparecer para o público, de forma pontual, determinadas entidades civis “militantes”, de caráter não partidário, ligadas a movimentos sindicais ou outros movimentos sociais diversos. No geral, são alvo de “denúncias” e acusações variadas, no jogo das concorrências políticas e sindicais. Nesses contextos, no entanto, nem sempre recebiam o nome de “ONGs”, indicando um não reconhecimento de um fenômeno social com caráter institucional e identidade específica. Uma leitura das imagens então construídas sobre essas entidades – geralmente carentes de dados mais concretos sobre elas, sugerindo “incertezas” quanto a seu perfil – certamente já aponta para algumas de suas propriedades, como afinidades com a política de oposição governamental, com certos polos partidários e sindicais e com determinadas alas da Igreja; assim como já se revela aí uma “fluidez” nos seus contornos a qual permite, de forma particular, manipulações de sua identidade em função de interesses diferenciados.

Já nos anos 90, num momento de crise social, política e econômica, teremos um Estado mínimo em termos de garantias, aliado à ampliação das privatizações dos serviços públicos e, então, a inserção de ONGs como atores sociais na gestão pública.

Se, nos anos 70, encontrávamos as noções de organização e educação popular, conscientização e autonomia como meios de formação política e empoderamento das classes sociais; na década de 90, começamos a falar em ações de educação para cidadania, direitos humanos, sustentabilidade, geração de renda, etc.

Conforme assinala GOHN (2010: 13):



Nos anos 1990, o cenário se amplia e diversifica-se. Surgem entidades autodenominadas como Terceiro Setor (mais articuladas às empresas e fundações), ao lado das ONGs cidadãs, militantes propriamente ditas, com perfil ideológico e projeto político definidos. Estas últimas saem da sombra, colocam-se à frente e até mesmo na dianteira dos movimentos, tornando-se, em alguns casos, instituições autônomas e desvinculadas dos movimentos. Algumas dessas ONGs entram em crise e se fragmentam também. As ONGs cidadãs que sobreviveram sofreram várias transformações. A primeira diz respeito ao fato de que a maioria delas adota a perspectiva de intervenção direta no meio popular e não mais apenas a atividade de assessoria. A intervenção direta confere às ONGs um novo protagonismo: trata-se de exercer um papel ativo, que tem como perspectiva produzir conhecimentos e democratizar informações. A segunda remete à especialização das ONGs em temas e assuntos como a atuação com mulheres sobre problemas da saúde, crianças e adolescentes, principalmente depois do estabelecimento do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), tratando também de políticas públicas (saneamento, problemas urbanos, e especificidades no seu interior como o orçamento público), formação sindical e produção alternativa no campo.

Neste cenário, há meandros que precisam ser ética e politicamente explicitados para que aprofundemos uma leitura alternativa sobre discursos e práticas reunidos em torno de um ideal de transformação social, problematizando pontos em comum e multiplicidades de práxis.

Com esta pesquisa, não nos propomos a tecer minuciosa contextualização histórica da atuação da sociedade civil no fortalecimento da

democracia²⁶, aí incluídas as chamadas Organizações da Sociedade Civil, Organizações Não-governamentais, entidades do Terceiro Setor, dentre outras.

A proposta é sobretudo multiplicar olhares e vozes sobre estas práticas, problematizando as atuais controvérsias, ambiguidades e desafios vividos atualmente. Assim, o olhar histórico não é de reconstituição, mas de alicerce para pensar os dias de hoje e o futuro destas práticas.

NO ESPAÇO COMPARTILHARTE - CENA 2: O início do trabalho

27 de setembro de 1992. As primeiras chuvas da primavera ainda parecem duelar com o frio do inverno e as baixas temperaturas de Teresópolis. Saímos do Rio de Janeiro, onde morávamos, no dia anterior. Éramos sete amigos: eu, então com dezoito anos, estudante recém ingressa no curso de Psicologia da UFRJ; meu irmão, Beto, publicitário, e sua esposa, à época, Márcia, jornalista, ele funcionário do Banco do Brasil; Paulo e Aécio, amigos de ideais; Paulo, historiador e analista de sistemas no Banco Central e Aécio, jornalista e funcionário da Caixa Econômica Federal; Sheila, amiga de militância de minha mãe ainda em Brasília, também jornalista e funcionária do IBGE e Lurdinha, minha mãe, mais uma jornalista, capitaneando o grupo.

Na mala do carro, pães para um cachorro quente, suco e bolo. Giz de cera, massinha, tinta e papel. Semanas antes, o grupo dos sete amigos se reunia no Rio para planejar o que fariam com as crianças e adolescentes de Canoas, local onde foi construída a sede do Espaço Compartilharte. Ah! O Espaço ainda não existia! Era só início de um trabalho que, alguns anos depois, seria formalmente institucionalizado.

²⁶ Diversos autores vem se dedicando a pesquisas sobre a trajetória destes movimentos, organizações e atores, no Brasil. Além do trabalho de Leilah LANDIM, é importante destacar a extensa produção de Ilse SCHERER-WARREN e Maria da Glória GOHN, aqui referenciadas, sobretudo na área da Sociologia dos Movimentos Sociais. No último Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia (Salvador, UFBA, 2013), a contribuição destas duas autoras foi lembrada como de fundamental importância para que o tema dos movimentos sociais fosse mantido na pauta de pesquisas e discussões sociológicas. Isto porque se nota certa descontinuidade e fragmentação na agenda de pesquisas na área.

O texto de apresentação da instituição relata:



As primeiras atividades foram iniciadas em 1991, a partir da união voluntária de um grupo de amigos - respaldados em seu passado de militância em movimentos sociais - que começou a se reunir, inspirados pela busca por contribuir na construção de um mundo mais justo, fraterno e igualitário. Tratava-se de compartilhar com outros, aquilo que a vida nos tinha propiciado... Tratava-se de criar formas de multiplicar e dividir conhecimentos, sentimentos, atitudes, valores...

Interessante notar que o trabalho começa no início da década de 90, quando o país vivia o período de democratização. O ano de 1988 está marcado pela promulgação da Constituição, após a abertura de amplo processo de discussão e negociação com representantes da sociedade civil, então chamados a participar dos processos decisórios e formulação de políticas públicas.

Nesta mesma época, além da própria Constituição, alguns marcos importantes são resultado destes processos de construção: em 1990, o Congresso Nacional aprova o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Embora recém-saído de um sistema de tutela, onde o Estado regulava a vida e silenciava toda e qualquer voz dissonante, o país, após a abertura política e, dentro da perspectiva da descentralização, estava marcado pelo fomento à participação da sociedade civil, materializado sobretudo na multiplicação e valorização de experiências locais.

Pesquisa sobre o perfil das Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos (FASFIL), de 2002, apontava a existência de 276 mil entidades oficialmente cadastradas (IBGE, 2002), sendo que *62% destas haviam sido criadas a partir dos anos 90*²⁷.

²⁷ Interessante notar que a pesquisa 2002 apontava uma progressiva ampliação no número de organizações, da seguinte forma: “as que foram criadas nos anos de 1980 são 88% mais numerosas do que aquelas que nasceram nos anos de 1970; esse percentual é de 124% para as que nasceram na década de 1990 em relação à década anterior”. (IBGE, 2002: 3). Já a última pesquisa FASFIL (2012) aponta um decréscimo, conforme supracitado, o que reforça nosso questionamento sobre a atuação e tendências para as próximas décadas destas organizações. O que estaria contribuindo para este decréscimo? Trata-se de um modelo de participação que se esgotou?

Este ambiente-convite à participação e mobilização está presente nos relatos dos fundadores do Espaço Compartilharte, onde política estudantil e trabalho social encontram-se. A idealizadora da OSC remete-se a sua trajetória, nos anos 60, apontando: “*Os anos de repressão chegavam aos seus momentos mais difíceis. Ingressei na política estudantil, jamais abandonando o trabalho social*” (Lurdinha Castro, idealizadora do Espaço Compartilharte, Teresópolis, 2013).

Embora não apareça de forma explícita para todos, há uma estreita sintonia com os movimentos em curso nesta época, seja participando da Conferência Rio-92 ou das mobilizações em torno da defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; em trabalhos com comunidades pobres ou nas manifestações dos “caras-pintadas”, no Movimento pela ética na política, que culminaria com o *impeachment* do Presidente Collor.

Nesta mesma época, Betinho – o “irmão do Henfil que voltou”²⁸ - convoca a participação da sociedade na Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida (IBASE, 1993):



Olhe à sua volta. Dá para aguentar? Arrisque a pergunta: o que eu posso fazer? Lembre-se, o primeiro passo é a solidariedade. (...) Qualquer pessoa pode criar um comitê de campanha. Não é preciso autorização de ninguém (...) Procure outras pessoas em sua família, no bairro, na comunidade religiosa, no clube ou no trabalho (Cartilha da Campanha, julho de 93)

Uma pesquisa realizada pelo IBOPE, em 1993, apontava que 68% da população brasileira com mais de 16 anos conhecia ou já tinha ouvido falar da ação que ficou conhecida como “Campanha do Betinho”. Destes, 32% já haviam participado de alguma iniciativa correlata e 11% pertenciam a algum Comitê de cidadania (LANDIM, 1998: 242).

O trabalho do Espaço Compartilharte é mais um texto neste *com-texto* de mobilização social. Há, no entanto, uma opção por trabalhar com comunidades rurais, invisibilizadas neste processo. O grupo encontra em

²⁸ Alusão à música “O bêbado e a equilibrista”, de João Bosco e Aldir Blanc, gravada por Elis Regina, onde há a referência à volta dos exilados políticos na época da Anistia.

Canoas o espaço para experimentar a construção de uma “*sociedade livre, justa e solidária*”.

A vinculação com princípios e valores religiosos se faz presente também nesta experiência, perpassando e mobilizando, de diferentes maneiras, o grupo. Militância política, movimento estudantil, trabalho social, “compartilhar o que se tem com quem não tem” são alguns dos elementos que vão configurando este trabalho.

Aqui, talvez seja importante convidar também mais alguns autores, como Annemarie MOL (2007), para prosseguirem esta viagem conosco, trazendo sobretudo sua maneira de abordar a realidade de modo localizado, *histórica, cultural e materialmente*. Conforme problematizamos anteriormente, vale insistir na acepção de que as realidades são múltiplas e que os espaços e modos de conhecer configuram também novas formas de *fazer a realidade*.

Para os autores da CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade) - aí incluídos LATOUR, MOL, LAW, dentre outros - as realidades são configuradas e performadas (*enacted*) no próprio ato de conhecer. Assim, não existe objeto intacto a ser observado por diferentes olhares ou pontos de vista. A realidade assume diversas formas. Nas palavras de MOL (2007), “*há diferentes versões, diferentes performances, diferentes realidades que coexistem no presente*”. É com este olhar que prosseguimos tentando seguir as histórias do Espaço Compartilharte.

Na cena acima, configuramos uma versão dos primeiros passos do trabalho que culminaria na OSC Espaço Compartilharte. Ali, Betinho, Campanha da cidadania, Constituição de 88, participação popular, controle social, solidariedade engendram práticas e modos de ser/comprometer-se...

Evocamos agora mais algumas narrativas desta história para, num olhar caleidoscópico, prosseguir nossa viagem. Assim, aqui, de forma bastante peculiar, Lurdinha, idealizadora e liderança desta iniciativa, escreve e configura *mais uma versão ou forma de contar esta história*. Apesar de extenso, optamos por manter o trecho na íntegra, acreditando que assim, poderemos compor mais uma versão deste mapa.

NO ESPAÇO COMPARTILHARTE - CENA 3: “Uma memória mais antiga” ou multiplicando versões



História

Quando me perguntam – e a pergunta não se cala em todos aqueles que aqui chegam – como você descobriu este lugar e porque o escolheu para este trabalho, a minha resposta sai instantânea, sempre da mesma maneira, por mais que a queira tornar mais amena ou palatável. - Quer saber a verdade ou quer uma justificativa embasada em dados do IDH local? E, pela cara de “não estou entendendo” ou mesmo de espanto das pessoas, há, na grande maioria das vezes, uma pequena pausa no diálogo e logo depois a resposta “A verdade? Como assim?”. E, comentários do tipo “Mas porque isso”, “Não entendi bem”, “Verdade? Porque?”

A verdadeira história não é crível pelos incrédulos, para os que cultuam o racionalismo. E, por absurdo que possa parecer, num certo momento, antes de chegar onde o Espaço Compartilharte se localiza, chegou a não ser crível, por mim mesma. (...)

A memória mais antiga desta história

Sempre tive uma afinidade de alma com meu pai.

Com apenas dois anos de escolaridade, homem simples, vivenciei as dificuldades da orfandade desde seus 9 anos, trabalhando na Mina de Passagem de Morro Velho, entre Ouro Preto e Mariana, Minas Gerais. Atendia aos tropeiros no armazém onde abasteciam as tropas para as grandes jornadas pelas veredas das Gerais.

Foi, para quantos com ele conviveram, grande exemplo de sabedoria e solidariedade. Um educador nato, deixou aos seus filhos, netos e bisnetos lições nas várias áreas do conhecimento, utilizadas cotidianamente até hoje. Plantou, em nós, valores. Impôs limites, com severidade e doçura; exemplificou o amor, a ética e a fraternidade, com seus familiares, amigos e desconhecidos que se tornavam, rapidamente, amigos da casa onde nasci.

Desencarnou quando eu tinha ainda 14 anos. E lembro-me ao lado de seu esquite, conversando com ele e dizendo que ficasse tranquilo, pois eu daria continuidade à sua vida, marcada pela solidariedade humana, fazendo, numa área rural, uma “escola” para meninos e meninas e que esta teria o seu nome.

Esta ideia acompanhou-me pela vida. Era como tivesse um compromisso a cumprir e sabia que dele não havia como fugir. Comecei a trabalhar logo depois de sua morte. Pelas dificuldades financeiras da família iniciei no mundo do trabalho logo depois. Um ano mais tarde, tive que parar de estudar.

Nos finais de semana, com um grupo de amigos, iniciamos um trabalho de saúde e educação, em favelas de Belo Horizonte. Encontrei solidariedade de antigos ex-professores do curso, na época, ginasial, o que me possibilitou, anos mais tarde, voltar a estudar.

Os anos de repressão chegavam aos seus momentos mais difíceis. Ingressei na política estudantil, jamais abandonando o trabalho social. Consegui chegar ao vestibular, entrar para uma universidade. Casei-me, tive dois filhos. Desde cedo, levava-os, nos finais de semana, para abrigos onde exercitávamos a solidariedade. Incentivava-os a abrirem os armários e tirarem um brinquedo ou um livro para compartilharmos nossas vidas com meninas e meninos afastados da convivência familiar. Sentávamos no chão destes abrigos e brincávamos. (Hoje sinto que era para consolidar ou construir e reconstruir, dentro de mim, a promessa feita ao Seu Oscar).

Tive uma vida profissional de sucesso, considerando, principalmente a minha origem familiar. E, o mais importante, trabalhei sempre dentro dos princípios éticos e com os valores cultivados no ambiente familiar onde nasci e cresci. A comunicação, a cultura e o meio ambiente foram meu campo de trabalho profissional. Era a vida, com sua compaixão, dirigindo-me e formando-me, carinhosamente, para aquilo que estava por vir.

Saí de Belo Horizonte em 1969, passando por Brasília e depois pelo Rio de Janeiro. Nestas mudanças, sempre me ocorria o encontro com aquela prometida “escola”. Quando cheguei ao Rio, iniciaram-se diálogos internos intensos. Eu questionava a mim mesma, ao mais interior de mim, sobre o meu distanciamento de Minas Gerais onde pensava seria o local de edificação do trabalho com “meninos e meninas” prometido ao meu pai. No mais íntimo de mim morava um desejo de constituir o trabalho em Diamantina, cidade pela qual guardo um infinito amor. Em conversas com meu irmão Octávio, falava de meu sonho (sonho?) e nestes momentos reafirmávamos que se nasci em Minas Gerais era lá que deveria eu estar. E isso, no fundo, me deixava dividida, entre o desejo de ir morar em Diamantina e a certeza que não queria aceitar, de que não era aquele o lugar. Um sentimento dúbio. Por quê? Ainda hoje não sei e acho que não saber é realmente formidável.

Uma vez instalada no Rio de Janeiro, comecei a sonhar, dormindo, um sonho que se repetia, seguidamente. Via uma montanha de pedra com seu cume ocupado por um pedaço de terra avermelhada. Parte desta terra havia caído, desmoronado. Na parte que havia ficado, uma pequena floresta. No pé desta montanha, um terreno com vegetação rasteira, bem desmatado e um riuzinho, transparente, cheio de curvas, com a água correndo sobre areia e pedras, muitas pequenas e algumas de bom tamanho. Olhando para a direita da montanha, desde meu ponto de vista no sonho, uma pequena estrada de terra, outra montanha, esta sim, com mata exuberante. No sopé, um talude. Perto do talude, uma mina d’água de grande vazão que formava, quase que paralelo ao riacho, um pequeno córrego. Anos depois, o sonho recorrente me mostrava que esta terra era um triângulo. Via suas fronteiras, cortando terras e matas como um triângulo demarcado por luz. Era uma cerca ilusória de luz. E pensava “terrenos são quadrados, retângulos... Nunca triângulos!”. E aí me vinha a sensação da loucura. Deixava, por momentos, de acreditar na concretude deste sonho. A experiência mística, nestes momentos, brigava com a vivência na racionalidade. Mas, acordava, no meio da noite, sentindo que este era o lugar de se implantar o trabalho com “meninas e meninos”. E tornava a dormir e a sonhar. (...)

O sonho se repetiu por alguns anos até que em 1989, resolvi descobrir “acordada” este lugar. Viajei por várias cidades serranas do estado do Rio de Janeiro e sempre retornava à Teresópolis, mais precisamente à estrada Teresópolis-Friburgo. Movia-me um sentimento de empatia com esta área geográfica.



Empatia, segundo o dicionário Aurélio, é a “tendência para se sentir o que se sentiria caso se estivesse na situação ou circunstâncias experimentadas por outra pessoa”. E esta outra pessoa era eu mesma, dormindo. Todas as vezes que andava por aqui, achava que isso tudo era ou loucura ou fazia parte da mística, do mistério do caminho de re-ligação com o Todo. Mas, preferia parar por aí e não colocar as resistências da razão. Voltava ao trabalho, à casa, aos filhos, aos amigos e passadas algumas semanas, eu estava de volta na busca daquela montanha. A única certeza que me movia era a de que ao vê-la, eu saberia onde era este lugar que aguardava o tempo de compartilhar a vida com os “meninos e meninas”.

O sonho se concretizando

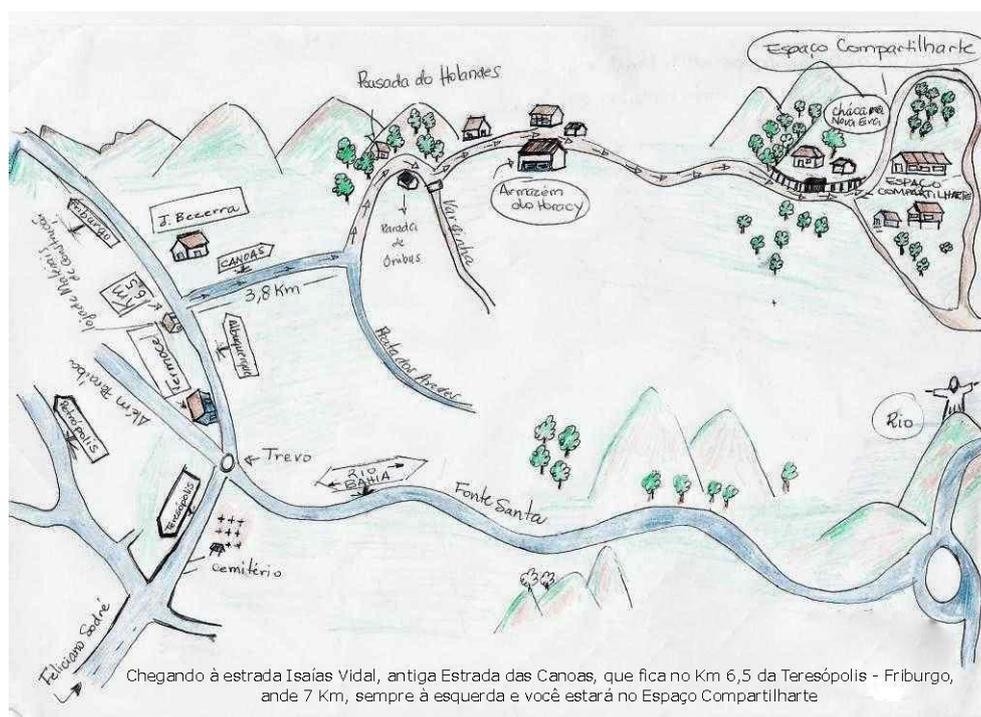


Ainda 1991. Setembro. Encontro a montanha de pedra, o topo caído de terra e no que dela sobrou uma pequena mata. Caminho por entre as areias, pedras pequenas e outras não tão pequenas, dentro do rio, subo uma encosta, chego ao talude aberto, coberto por vegetação rasteira, mais alguns passos, encontro a mina que jorra da terra formando um riacho quase em paralelo ao rio. Meu coração bate forte parecendo que vai fazer o peito explodir. Seguro na mão de minha amiga Sheila Riera e não preciso dizer nada. Eu re-conheço este lugar que havia descrito inúmeras vezes, tantas, que ela também tem a certeza que enfim o encontrei. Volto até o carro, onde ficaram dois corretores e digo “- Este terreno é meu. Quero ver a documentação”. Um deles abre uma pasta e tira alguns papéis e a planta da terra; vejo, entre crédula e incrédula, a última confirmação do sonho. A terra à venda é um triângulo. Deixo-os na sede do município, distante uns 50 minutos de carro e dirijo-me ao Soberbo, região de entrada na cidade de Teresópolis, no topo de uma montanha do mesmo nome. Sento-me. Ao meu lado Sheila. Entro em oração, agradecendo pelo encontro com aquela terra e pedindo orientação para os próximos passos. Sinto, naquele momento, que a persistência na busca forjou em mim uma coragem para começar uma nova caminhada. Dinheiro para a compra da terra, não tinha. Esta ideia me angustia, por momentos. Recobro o espírito meditativo. Recebo uma orientação. Procure o Paulo César, que ele será seu companheiro nesta nova jornada. Volta à racionalidade: “- Mas o Paulo César, amigo da Sheila? Não sei o que ele tem a ver com isso”. Mas, sem discutir comigo mesma, entro no carro, descemos a serra, chego ao Rio, ligo para ele, encontramos-nos. No dia seguinte, um domingo, às sete horas, estávamos novamente nesta terra. E durante algumas semanas subi com meus filhos, outros amigos, para pisar na terra do sonho e reafirmar a experiência mística e o encontro com a espiritualidade, dentro da pujança da Mata Atlântica. E a compramos juntos para iniciar o que hoje é o Espaço Compartilharte.(...)



A cada semana, quando subia para pagar a empreitada, apareciam crianças como do nada. Saíam da mata, desciam por uma estradinha de terra e chegavam, várias, e em número cada vez maior. Descia do carro e elas corriam, cercavam o carro e sempre a mesma pergunta: “- Ô dona, quem é o homem que está fazendo esta casa, aí?” E, sorrindo, respondia: “- Aqui não tem homem não, tem mulher, serve?” Riam e da mesma forma que chegavam saíam correndo.(...) (CASTRO, 2006).

NO ESPAÇO COMPARTILHARTE - CENA 4: Entrando em Canoas



Fonte: Mapa de como chegar ao Espaço Compartilharte – Acervo do Espaço Compartilharte.

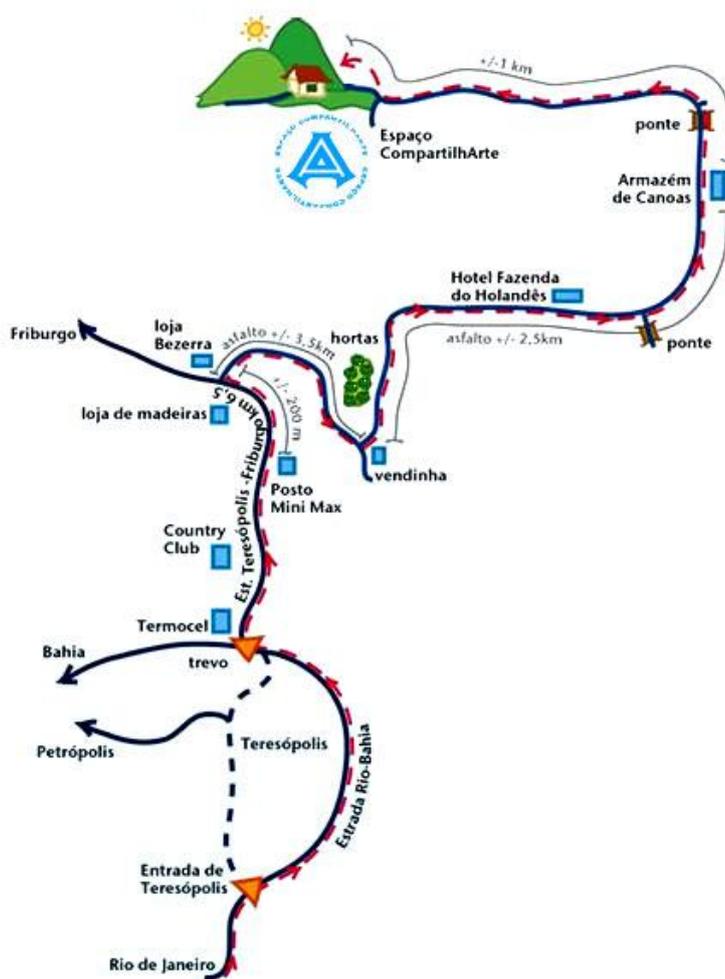
Canoas, onde está situado o Espaço Compartilharte, é uma pequena comunidade localizada a 40 minutos do centro de Teresópolis, cidade da região serrana, distante 98 km da capital do estado do Rio de Janeiro. Teresópolis comumente é vista como um local apazível e bucólico, ideal para veranear, desde os tempos do Império. Ao lado das belezas naturais da região, o imaginário sobre a cidade reúne gente bem vestida, casinhas com lareira, queijos e vinhos...

Em 91, quando o trabalho foi iniciado, Canoas possuía aproximadamente 1800 moradores. Destes, 70% dos adultos eram analfabetos ou analfabetos funcionais, 60% viviam na linha da pobreza ou mesmo da miséria. A região era atendida por duas escolas multisseriadas²⁹ de 1^a à 4^a série. Uma terceira escola – Estadual – oferecia as outras séries do Ensino

²⁹ Escolas multisseriadas reúnem alunos de diferentes séries e faixas etárias em uma mesma sala de aula, com um único professor responsável por todas as turmas.

Fundamental e Médio e ficava a cerca de 20 km, para a maioria dos alunos, em uma época em que ainda não existia transporte escolar público³⁰.

A região ainda hoje é ocupada por grandes fazendas improdutivas e sítios de veraneio, cujos donos residem nas metrópoles. Às vésperas das férias de verão, antes de findar o período letivo, a evasão escolar aumentava. Os pais tiravam as crianças da escola para que os *filhos de Canoas* ajudassem a preparar os sítios para os *filhos de quem vinha da cidade*.



Fonte: Mapa de como chegar ao Espaço Compartilharte – Acervo do Espaço Compartilharte.

³⁰ O Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate) foi instituído pela Lei 10.880 de 9 de junho de 2004 (Fonte: FNDE, 2013).

O trabalho infantil, a baixa qualificação profissional dos adultos, a precarização de vínculos trabalhistas reforçavam o êxodo rural. Das famílias que saíam da região, muitas iam somar-se às favelas das periferias urbanas, mantendo-se no desemprego ou piorando suas condições de sobrevivência e qualidade de vida, principalmente, no que se refere às crianças e adolescentes.

O relato de Lurdinha, idealizadora do Espaço Compartilharte reúne elementos para compor este cenário:



1991. Outubro. Numa birosca – é o nome usado localmente para qualquer comércio – perguntamos sobre alguém apto a realizar uma limpeza no terreno. Em suas áreas já desmatadas crescia o lírio do brejo (...) Crescem fazendo um emaranhado de raízes profundas, com grandes batatas no final das mesmas. Por entre uma e outra planta, vai se formando um lodaçal de cor preta, como nos mangues. Indicaram-nos um senhor “bom para serviços pesados, muito forte e trabalhador.” Conversando com ele, sentimos alguma coisa errada; tinha baixa estatura, muito magro, sem dentes, pálido, a perfeita encarnação do famoso personagem Jeca Tatu, de Monteiro Lobato. Mostrou-se ávido pelo serviço. Acertamos com ele a empreitada pois queríamos conhecer melhor a terra para iniciarmos a construção de uma casa que viabilizasse nosso pernoite no local. Pagaríamos por semana. Na primeira sexta-feira subimos para fazer o pagamento e lá estava ele, sentado, numa parte alta e seca do terreno, cabeça baixa, cigarro de palha na boca. Seus três filhos, R., de 11 anos; C, de 9 e L. de 3, mergulhados no brejo até as axilas, algumas tábuas à volta, fazendo o serviço contratado. Com toda a autoridade de “contratante” e sabedoria advinda de anos de estudo acadêmico, militância política e sucesso profissional, falei:

“- Fulano, você foi contratado para o serviço. Suas crianças estão em horário de escola e em vez de estarem em aula, estão fazendo este serviço brutal por você? Você tirou estes meninos da escola para trabalharem por você?”

Ao que ele, calmamente, tirando o cigarro da boca, respondeu: “- Tirei, sim, dona, pois aqui nós nascemos, vivemos e morremos para arrancar lírio de brejo e para isso ninguém precisa aprender”. Fiquei paralisada. Era preciso re-aprender a vida se quisesse compartilhar direitos e construir cidadania com a gente deste lugar.

Qual o sentido da escola para aquelas pessoas? Qual o sentido da vida? Por que estávamos ali? O que tínhamos a oferecer ou esperar daqueles encontros? Os primeiros contatos com as pessoas de Canoas eram tomados como oportunidades para conhecer os modos de ser, viver e conviver na região. Para eles, o futuro era vivido como algo remoto. Se havia perspectiva de futuro, este já estava traçado, predeterminado. Os filhos de quem trabalhava

na roça seriam trabalhadores da roça. A escola pouco tinha a oferecer como caminho de transformação destas realidades.

Esta família trazida no relato acima vivia em um casebre sem luz, telefone, água encanada ou sistema de esgoto. Para chegar até eles, era preciso caminhar quilômetros por uma estradinha de terra. Não havia transporte público regular. Com as baixas temperaturas da região serrana, principalmente as crianças eram acometidas, frequentemente, por problemas respiratórios (asma, bronquite, pneumonia). Somente na cidade havia acesso a serviços de saúde, mesmo assim de forma precária.

Na casa ao lado, a família vizinha se alimentava de sopa de pedra: cavavam um buraco no chão, acendiam a fogueira e cozinhavam o que podia ser colocado em uma panela. Crianças e animais faziam as refeições juntos. Entrar em contato com aquelas realidades desconstruía a visão idílica da bucólica cidade serrana e construía novos desenhos para reaprender a ver a vida.

Assim, um novo aprendizado: o homem desta área rural não se alimentava do que plantava. Inhame era para os porcos, verduras davam trabalho ou não se sabia o que fazer com elas. Comia-se arroz, batata, macarrão e muito óleo.

Além de desconstruir certos imaginários sobre a vida no campo e aprender com aquelas famílias sobre seus modos de vida, pouco a pouco, tornava-se visível o quanto aquelas crianças, mulheres e homens eram invisíveis para muitos. As discussões sobre projetos ou ações sociais nas áreas rurais estavam geralmente ligadas a matrizes analíticas que não correspondiam àquela realidade: o trabalhador do campo, o extensionismo rural, os Sem Terra...

O texto de sistematização de um dos projetos institucionais³¹ nos ajuda nesta argumentação (LACERDA, 2007: 13):



Viver numa zona rural tão próxima da segunda maior cidade do país tem sua especificidade. Não chega a ser uma periferia, mas há forte influência do modo de vida urbano, transformando a região num híbrido de campo e cidade. A proximidade geográfica faz com que a convivência entre crianças e adolescentes rurais e urbanos seja constante. No entanto, a distância material e simbólica é grande entre ambos. A sedução de uma vida de consumo abundante acende os sonhos de mudança para a capital, e a histórica ausência de serviços básicos de educação, saúde e transporte nas zonas rurais conspira ainda mais para a crueza das desigualdades. Esse olhar desencantado dos adultos para o futuro, seus e de seus filhos, é um forte traço cultural regional que o Espaço Compartilharte diagnosticou e vem ajudando a desnaturalizar. Construir opções baseadas numa cultura de direitos ajuda a abalar a ideia de que as pessoas são aquilo que possuem, recapacitando os mais pobres a sonhar com um futuro mais igualitário e promissor.

Durante muito tempo, reafirmamos que a nossa missão com aquelas pessoas seria romper com o predeterminismo, construindo alternativas e possibilidades de escolhas. Uma das três crianças que trabalhava no brejo descrito na cena inicial, pela idealizadora da OSC, participou de diversos projetos. Hoje, quando perguntada o que essa experiência significou para sua vida, ela fala:



Vontade de vencer, de lutar pelo que eu quero. Me abriu portas pro mundo... Foi com o Espaço Compartilharte que eu fui ao cinema pela primeira vez, ao teatro, onde fiz minha primeira viagem... onde também fiz teatro e aprendi a amar muiiiito teatro entre outras coisas. Sou grata a tudo que o Espaço me proporcionou. Foi onde eu encontrei meu lugar, onde meu mundo fez sentido... Onde eu aprendi a amar o próximo, a respeitar e sobretudo onde eu me tornei culta, seletiva e muiiiito humana respeitando todos, seja qual for sua diferença ou indiferença. Onde eu trabalhei pela primeira vez, pois fui jovem aprendiz. E até hoje sinto muiiiita saudades do Espaço Compartilharte e sei a falta que ele faz à nova geração!!!! Pois às vezes os pais não podem dar o que uma criança quer, mas os sonhos podem!!! E foi no Espaço Compartilharte que eu aprendi a sonhar. (S. M., atualmente com 20 anos, Teresópolis, 2013.)

³¹ Em 2004, o Espaço Compartilharte ganhou o Prêmio Criança 2004, na categoria convivência comunitária, concedido pela Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente. Esta experiência foi sistematizada e está disponível para disseminação. http://sistemas.fundabrinq.org.br/biblioteca/acervo/2062_pc.pdf

NO ESPAÇO COMPARTILHARTE - CENA 3: Histórias que começam em festa

O trabalho que, alguns anos depois, seria institucionalizado e batizado como “Espaço Compartilharte” começou, informalmente, com leveza, brincadeiras e em ritmo de festa. Lurdinha ainda nos conta:



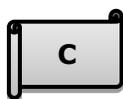
Em setembro de 1992, a laje da casa foi colocada. Lembrei-me das festas da cumeeira, tão famosas e tradicionais. Em Minas, onde nasci, as festas eram feitas quando o madeiramento do telhado era finalmente colocado (...) Os operários que participavam da construção da casa sabiam que havíamos comprado o terreno para fazermos um trabalho com “meninos e meninas”. Como somente a laje estava pronta, combinamos com eles que faríamos uma festa para as crianças e adolescentes da redondeza e que a cumeeira seria somente para eles, mais tarde. Pedimos que limpassem um cômodo que mais tarde seria um quarto, colocassem tábuas no vão onde seria a janela e que estavam dispensados do trabalho no sábado, pois chegaríamos na noite de sexta, para já acordarmos no local. Avisamos às crianças e adolescentes que faríamos um encontro com eles, que traríamos uma comida para passarmos o dia juntos, brincando. Que o encontro se daria a partir de 8 horas. (...)

Chovia torrencialmente. Entramos na casa sem portas e janelas, banheiros e luz. Acendemos velas, estiramos os colchonetes, sentamo-nos e passamos a noite rindo de nós mesmos. A tempestade não passava. A vontade de ir ao banheiro aumentava. Que banheiro? Como não pensamos em nada disso? E mais risos, porque já diziam os antigos, rir é o melhor remédio. O dia foi clareando. Tínhamos a certeza que pela intensidade da chuva e do frio não apareceria criança alguma. E, como estávamos equivocados. Antes de 6:30h. já eram várias. Às 8 horas, já eram 28, todas capitaneadas por R., C. e L.

*Arrastamos todos os sacos de cimento, latas de massa corrida e tinta que estavam colocadas onde seria a sala, o maior cômodo da casa. Brincamos, brincamos muito. Não como e com o quê havíamos planejado pois, em nossa cabeça, seria nas áreas externas da chácara que aconteceria o grande encontro. Mas a chuva, sábia, fez deste primeiro encontro marcado, um momento mais íntimo, mais intimista, fez com que ele acontecesse dentro de uma sala. Passa-anel, chicotinho queimado, roda, telefone sem fio... desenhos, história e lendas, conversa fiada que vai fazendo com que comecemos a entender onde começa o fio desta meada. Escutar. Falar. Rir. Abraçar. Dar colo. Advinhas, rimas, o que é o que é? Ali ficamos, brincando, até o por do sol. O grupo de amigos desceu a serra num estado de espírito indescritível. Os grupos de crianças subiram ou desceram pela estrada, felizes, não sem antes perguntar quando seria a outra “festa”. E eles, tinham razão; quanta sabedoria destes “meninos e meninas” ao batizarem este encontro de **festa**.*



Anos mais tarde, Marcelo MACIEL (1997), psicólogo que atuou como voluntário no Espaço Compartilharte, nos ajudaria a dar sentido ao que estava sendo construído. Ele narra:



Um Espaço vai além da sua geografia. Ele designa um lugar, uma situação de laço, envolvimento e convívio. (...)

Quando estive pela primeira vez no Compartilharte, ele ainda não tinha nome. Estava nascendo, apesar de já estar sendo gestado há muito tempo por um grupo de pessoas. Numa chácara, num espaço, um lugar descolado do imaginário turístico que a cidade de Teresópolis possui, existia um trabalho em desenvolvimento. Trabalho foi a primeira palavra com a qual batizei o meu olhar diante do que via e observava. O sino toca e as crianças e os jovens chegam: me espanta que eles venham aos montes! De vários lugares, sozinhas, acompanhadas, vestidas pra festa. Tímidos, silenciosos, barulhentos... características comuns a vários grupos de crianças e adolescentes. Contudo, eles estão ali para construir algo juntos e isso faz com que uma certa expectativa e reserva marque a chegada deles e o meu olhar.

*Ali, na zona rural de Teresópolis, numa chácara no fim da estrada, um grupo de pessoas fazia com que algo de mágico acontecesse: uma ação de educação e saúde num ritmo de festa. Sim, **FESTA!** É assim que as crianças chamam a este encontro de sábado. Nomeação interessante e reveladora daquilo que temos e traduzimos de mais forte na nossa cultura: a ligação com a arte, com o jogo, com o brincar. Elementos tão importantes na construção de um indivíduo, agora traduzidos numa ação de transformação social, mas que atinge cada criança de forma singular, subjetiva.*

O jogo de bola, o cachorro quente da chegada, as conversas iniciais, os desenhos e o lanche da despedida, tudo costurado pela marca respeitosa e alegre que as crianças possuem por aquele espaço.

Ali, elas sabem que existe uma aposta na construção de uma saída para o destino passivo de suas vidas e que nós não estamos interessados que elas se transformem em "domésticos agradecidos". Sendo assim, e já decorridos dois anos de um primeiro contato com

o Compartilharte, o Espaço se mantém firme na proposta de avançar na sua história, no seu trabalho e na sua crença de que é preciso permitir um lugar de reflexão para estas crianças e jovens, para que elas possam pensar na possibilidade de chamar para si uma certa responsabilidade sobre os seus destinos. Se partíssemos do pressuposto de que esses jovens não teriam nada a dizer, é porque não teríamos nada para escutar e, sendo assim, não compartilharíamos nada com eles: seus sonhos, medos, desesperanças, inseguranças e alegrias... É neste Espaço, político por vocação afetiva e afetivo pela crença na reinvenção da vida, que se possibilita uma transformação para cada um de nós.

3.5. EXISTIRMOS: A QUE SERÁ QUE SE DESTINA³²?

Conforme apontamos anteriormente, durante esta pesquisa de tese, entrevistamos pessoas que acompanharam ou atuaram em Organizações da Sociedade Civil e em movimentos sociais. Iniciávamos nossa conversa-entrevista, convidando nosso interlocutor a pensar conosco: *“O que temos para perguntar para quem faz as Organizações da Sociedade Civil hoje?”*

Um olhar sobre os relatos reunidos mostra a complexidade deste campo-tema e suas controvérsias, sobretudo quando visualizamos a multiplicidade e irredutibilidade dos inúmeros fatores envolvidos nos fazeres e saberes tecidos por estes trabalhos.

Um ponto, no entanto, parece não ser foco de controvérsias, qual seja: a *necessidade de problematizar o papel e finalidade destas organizações hoje*; o que nos ajuda a configurar a argumentação até aqui desenvolvida sobre a percepção de que estaríamos vivendo certo esgotamento nas formas institucionalizadas de participação e organização.

³² Referência à música *Cajuína*, de Caetano Veloso.

D.S., advogado especialista em Legislação do Terceiro Setor aponta:



Assim, a primeira pergunta que me ocorre, a primeira que eu acho que é a grande questão é a definição de, quer dizer a organização das pessoas que se propõem a algum trabalho nessa linha entenderem e definirem o seu papel, a sua posição nessa topografia social e o que de fato pretendem. Porque eu acho que a gente tem aí um ciclo de evolução histórica, mais ou menos, claro ou pelo menos com alguns balizadores da evolução da atuação destas organizações, mas com bastante sinceridade o que eu vejo nesse momento é uma grande “mistureba” de papeis, uma grande confusão com relação a papeis e a lugares nesse universo e as organizações perdendo, ou melhor, talvez nem encontrando (a gente só pode perder alguma coisa que a gente já teve), mas nem encontrando a sua identidade. (D.S., advogado, Rio de Janeiro, 2012, grifos nossos).

As palavras de E.M., pesquisadora sobre os movimentos sociais, parecem dialogar com Paulo Freire (1982) sobre o óbvio. O educador brasileiro dizia:



Eu considero estas perguntas que eu me faço todas óbvias. Só que, a propósito do óbvio, eu tenho dito e redito que uma das coisas que eu descobri, sobretudo no meu exílio longo, é que nem sempre o óbvio é tão óbvio quanto a gente pensa que ele é. E, às vezes, quando a gente se aproxima da obviedade e toma a obviedade na mão, e dá uma rachadura na obviedade, e tenta entrar na obviedade para vê-la desde dentro e de dentro e por dentro (isto é, ver o óbvio de dentro e de dentro dele olhar para fora), é que a gente vê mesmo que nem sempre o óbvio é tão óbvio. Eu me lembro, por exemplo, de muitas experiências minhas em torno desta obviedade, que é: a educação não é neutra. Eu me lembro que algumas das vezes em que eu afirmei isto, sem nenhuma preocupação de justificar, na Inglaterra, eu tive encrencas tremendas com o auditório. Isto aconteceu também na Alemanha. Quer dizer, o que parece às vezes tão óbvio, às vezes não é óbvio.

E.M. responde assim à nossa pergunta:



Eu perguntaria, quer dizer, o que eu acho que é importante, é... Não tem nada de novo: eu acho que é importante perguntar hoje, né, continuar perguntando qual é o papel dessas organizações na sociedade contemporânea. (E.M., antropóloga, professora e pesquisadora, Rio de Janeiro, 2012).

Associada à discussão sobre o papel das OSC, aparece também a *multiplicidade de práticas* que marca este campo-tema. Aliás, os relatos dos

entrevistados parecem apontar que para podermos avançar neste debate sobre as finalidades de nossos projetos e organizações, *precisamos olhar as práticas*, pois são elas que nos dão pistas sobre quem somos e o quê queremos.



Bom, eu perguntaria qual a finalidade do projeto, o que você procura produzir ou desenvolver a partir da sua percepção em projeto social e aí, de certa forma, até pela resposta, você começa mais ou menos já a poder explicar o campo de atuação desse projeto. (G.D., economista e pedagogo, Diretor de OSC, foi membro da ABONG, São Paulo, 2012).

NO ESPAÇO COMPARTILHARTE - CENA 6: Formar caseiros – Controvérsias na construção da missão

Os relatos acima potencializam a discussão, tantas vezes revisitada, sobre a missão do Espaço Compartilharte. A definição das finalidades e modos de atuação de uma OSC não está dada, a princípio, mas é fruto de uma longa e cotidiana construção coletiva e envolve igualmente muitas controvérsias.

Paralelamente às festas³³ que, inicialmente, passariam a acontecer quatro vezes ao ano, o grupo começou a realizar visitas domiciliares. Entrar, tomar um café, conversar, conhecer os modos de vida daquelas pessoas possibilitava configurar espaços para compartilhar e construir aquela proposta. Possibilitava ainda desconstruir receios e distâncias frente a tantas perguntas: o que uma mulher sozinha vem fazer no meio do mato? Por que ela está construindo uma casa sem um homem? Será que é candidata a alguma coisa? Ligada a alguma igreja? Dizem que é “macumbeira”...

Embora a ideia inicial fosse trabalhar com as crianças e os adolescentes das áreas rurais, desde o início, tínhamos clareza de que nossa missão envolvia as famílias e comunidades da região. Assim, conversávamos, à época, que as crianças e adolescentes eram nossas “portas de entrada” nas comunidades. Aos poucos, fomos percebendo também que não estávamos ali

³³ Ver, no anexo, linha do tempo construída pela equipe do Espaço Compartilharte.

para substituir o papel da família, da escola ou do Estado, mas complementar e trabalhar juntos.

Estas reflexões advinham das próprias ressonâncias e contradições suscitadas pelas nossas ações. Se uma das possibilidades de nossa narrativa começou com um sonho e promessa de infância da idealizadora do trabalho, ao acompanharmos a trajetória do Espaço Compartilharte, vemos multiplicar as versões e elementos que passam a compor esta história.

Novas versões vão se configurando nas práticas experimentadas, nas controvérsias e mal-entendidos promissores (DESPRET, 1990)³⁴ presentes nos encontros e desencontros entre os sete amigos que iniciaram o trabalho, os outros que vieram somar, as crianças, os adolescentes, as famílias, as comunidades, as escolas, as igrejas, as exigências legais, os recursos materiais, as tradições políticas do município...

Das visitas domiciliares e contatos com as comunidades, logo nos primeiros anos, chamava-nos a atenção as poucas alternativas de geração de trabalho e renda e a baixa qualificação profissional das famílias daquelas regiões.

Ao grupo dos sete amigos, outros voluntários vieram somar, dentre estes alguns poucos proprietários de casas de veraneio. Em uma das reuniões para discutir os rumos do trabalho e definir prioridades e modos de atuação, um dos voluntários relatava sua dificuldade para conseguir um caseiro para cuidar da horta e jardim ou uma empregada doméstica que *“soubesse arrumar uma cama e servir a mesa”*. Dito isto, ele propunha que o Espaço comprasse uma coleção de vídeos de “capacitação profissional” e reunisse os pais das crianças atendidas para formar caseiros e empregadas domésticas “qualificados”.

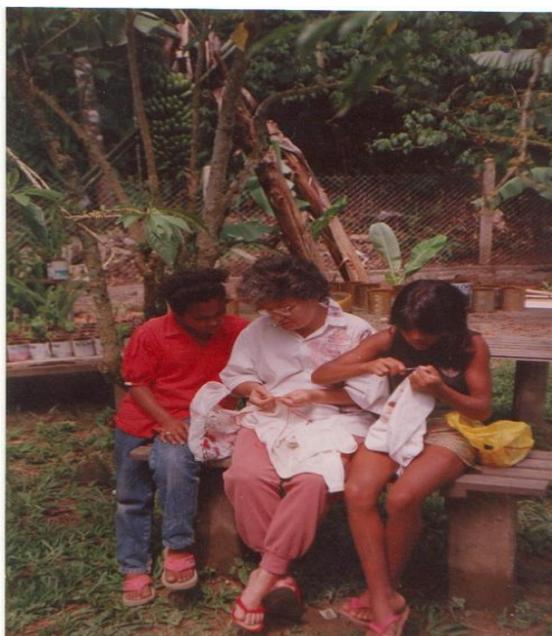
Esta reunião foi palco e arena de embates. Frente a esta sugestão, outros rebatiam, argumentando que esta não era a proposta do Espaço e que

³⁴ Conforme supracitado, DESPRET (1990: 328) chama de *mal entendido promissor* tudo aquilo que é capaz de gerar *“novas versões disto que o outro pode fazer existir. O mal entendido promissor, em outros termos, é uma proposição que, da maneira pela qual ela se propõe, cria a ocasião para uma nova versão possível do acontecimento”*.

para manter e perpetuar a divisão de classes ali colocada, não seria preciso iniciar qualquer trabalho educativo ou de desenvolvimento comunitário, bastando deixar que a vida seguisse “seu curso” tal qual já estava colocado. A missão do Espaço, ao contrário, seria construir condições e possibilidades de ruptura com o que já estava predeterminado.

E

Aqui aprendi corte e costura. Fiz muita bainha em pano de prato. Aprendi também crochê. Mas não aprendi não o crochê não, pois minha mão é muito dura, de pegar em enxada, desde 8 anos de idade. A agulha do crochê é muito fina e leve, diferente do cabo da enxada. Por isso não aprendi. Mas eu vinha. E venho agora ver minhas filhas aprendendo. É muito bom. (R., mãe de A.C., depoimento em 1999).

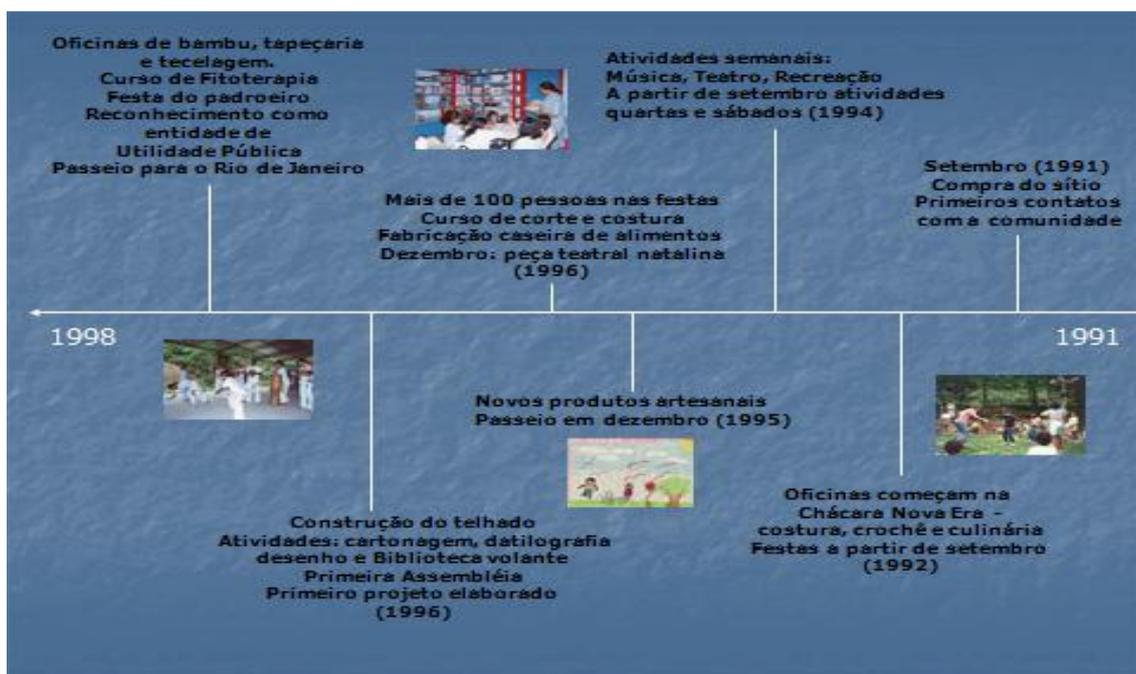


E

O que eu faço no Espaço? No Espaço eu aprendo a fazer mais coisas “inesperáveis”, da computação ao papel marchê, a datilografia e diversas coisas. Este Espaço é a vida de cada um de nós (...) É estar em casa, em qualquer outro lugar bom, então todos sabem que o Espaço é a nossa vida. TE ADORAMOS. (A.C., depoimento aos 9 anos)



NO ESPAÇO COMPARTILHARTE - CENA 7: Os primeiros anos e a construção de um Projeto Político-pedagógico



Fonte: Acervo do Centro de Referência do Espaço Compartilharte, 2009.

Os primeiros anos de trabalho foram conduzidos informalmente pelo grupo inicial e outros voluntários que se aproximavam e decidiam colocar seus

fios, trajetórias e sonhos para tecer aquelas histórias. Inicialmente, não havia sede, teto ou espaço físico para abrigar o trabalho. Os encontros aconteciam nas ruas, “biroscas”, igrejas, casas e, culminavam, nas “festas”, no final do mês, no terreno da chácara, ao ar livre.



O grupo de amigos se encontrava no Rio, onde moravam, e planejava detalhadamente cada atividade. Tendo como objetivo trabalhar valores e direitos humanos, elegiam um tema para o trabalho do mês. E os trabalhos se davam aos sábados.

A primeira escolha recaiu sobre os quatro elementos na natureza: o ar, a água, a terra e o fogo. Com ele pretendíamos falar da vida, em sua forma mais ampla; da religiosidade, da forma mais ecumênica possível; do meio ambiente; de como estes recursos são importantes na visão de mundo para os povos antigos e para as gerações que nos sucederão. O primeiro elemento foi a água. Escolhemos, como fato disparador do trabalho, a história bíblica da Arca de Noé, muito motivados pela grande presença das igrejas evangélicas na região. Construímos um álbum seriado com desenhos das principais passagens da história.

Iniciamos o dia com o lanche coletivo e com o convite para contarmos, juntos, aquela história. Perguntando sobre, se sabiam, pelo primeiro desenho, qual era ela, logo várias crianças responderam “Arca de Noé”. E assim fomos dando o mote de cada ilustração e convidando-os a narrarem, reforçando a ideia de que eles são portadores de conhecimento e de que estávamos ali para compartilhar nossos saberes. E a história foi sendo contada, coletivamente, com discussões entre eles que nos apontavam para as diferentes versões defendidas por cada igreja, para diferentes visões de mundo, segundo seus pré-conceitos. No momento em que mostramos a ilustração da arca pronta, com a rampa colocada e a subida dos animais, perguntamos “- Então, quais os bichos que subiram?” As respostas vieram rápidas: “- Um casal de pulgas; um de piolhos; um casal de cobras; um casal de preguiças; um casal de jaguatirica; um casal de tamanduás; um de micos...” E pássaros, bois, cavalos, tartarugas, lesmas, minhocas, assim iam nos falando de sua realidade, se fazendo conhecer e também nós, nos fazendo conhecidos.



A partir da contação coletiva da história, o planejamento do dia de atividades apontava para que convidássemos aquelas meninas e meninos para desenharem – lápis preto, de cores, gizão de cera, giz colorido, em folhas de papel - o que acabavam de construir através da fala. A partir do desenho individual dos momentos mais marcantes daquela história, era hora do desenho coletivo. Um grande rolo de papel jornal era esticado sobre a terra, forrada de jornais e revistas como apoio e juntos dialogavam e desenhavam a história, cada um de seus momentos e junto vinham novas visões, sentimentos, medos e prazeres, preferências. Numa grande roda, cada um contava o que havia feito, se reconhecia no desenho do outro, comparavam semelhanças, diferenças e mais uma vez iam reconstruindo a passagem bíblica, fazendo arte, compartilhando a vida e assim tecendo laços, num esgarçado tecido social.

Novamente a história era mote. Meninos e meninas eram convidados para repetirem e recriarem, agora em terceira dimensão. Argila era o elemento disponibilizado à época. E os casais de pulgas, piolhos, cobras, pássaros, bois, cavalos, tartarugas, lesmas, minhocas, preguiças, jaguatiricas, tamanduás e micos iam sendo modelados e expostos sobre pedaços de caixas de papelão, para serem visitados e revisitados por todos.



Entendida, contada e recontada, pensada, repensada, desenhada individual e depois coletivamente, a história agora servia de mote para se trabalhar com os animais eleitos por eles mesmos. Sacos de papel kraft, daqueles que se embrulha pão, com a boca bem larga, eram distribuídos para que meninos e meninas fizessem a máscara que caracterizasse o bicho que escolhiam ser, com o objetivo de fazer um “desfile dos bichos”. Mais tinta, lápis de cor, pequenos pedaços de barbante, tocos de batons, tudo servia para caracterizar a cara de “meu bicho”. Máscara pronta, vinham os exercícios de alongamento e instigantes perguntas e muitas provocações “como caminha seu bicho? o que ele faz? que barulho ele faz? é assim mesmo que ele se expressa com seu corpo”? Aos poucos, iam se soltando, relaxando, olhando um amigo em seu esforço de imitação, se animavam a se expressarem melhor através da expressão corporal e compunham os seus personagens-bichos para o grande desfile. Máscaras no rosto, o grupo de adultos sentados compondo a plateia, iniciava-se o desfile sobre aplausos, sorrisos e reconhecimento de seus companheiros.

Final da manhã, quatro horas de atividades transcorridas, era hora de parar para almoçarmos juntos e juntos planejarmos as atividades livres da tarde. Passa-anel, pula-corda, pau de sebo, tudo que seu

mestre mandar, chicotinho queimado, roda, casinha, construção de cidade na areia à beira do rio, futebol, vôlei, música. Eleitas as brincadeiras, os grupos se definiam por elas e passavam a tarde brincando aqui, brincando ali, trocando de escolha e passando por onde queriam, livremente.



A escolha das meninas ou “brincando de ser mulher”

As adolescentes, logo nos primeiros encontros, apontaram para o desejo de “falarem sobre ‘aquilo’, mas depois das brincadeiras” (...)



E nossas meninas, com olhar comprido, meio sorriso no canto da boca, com os corpos expressando muito mais que a própria voz, iam desfolhando, uma a uma, suas histórias de vida, suas estratégias de sobrevivência afetiva.



Logo depois foi a vez destas mães chegarem, de mansinho, pedindo que conversássemos com suas filhas sobre “aquilo” e...com elas também. Estava formado o primeiro grupo “brincando de ser adolescente e de ser mulher”.

Receitas de bolos, pães, biscoitos com raízes da terra então só utilizadas para comida de porcos e galinhas; peelling de argila, máscaras faciais de pepino, para as peles oleosas, com muitas espinhas e de abacate para cabelos secos, e assim, sempre privilegiando as riquezas naturais do lugar, chamando pela vaidade, aumentando a autoestima através de se sentir mais bonita, cheirosa, macia...mais mulher. Era o Direito à Convivência Familiar e Comunitária florescendo na prática. Mães e filhas falando, pela primeira vez, da condição feminina, contextualizando ser mulher nesta comunidade, através de brincar de máscaras fitoterápicas, comidas de baixo custo e alto valor nutritivo com sabor de quero mais.



Brincando de fazer artes

A arte, a cultura, a saúde e o meio ambiente foram tecendo, de forma entrelaçada, os focos dos planejamentos das atividades. No ano seguinte, a música já detinha a preferência de um grupo que (...) passava a tarde realizando oficinas de iniciação musical. Garrafas de vidro transparentes, com água colorida, penduradas em um bambu atravessado e apoiado sobre a forquilha de duas árvores. Varas de ferro, sobras da obra que estava em andamento, eram transformadas em instrumento musical. Tambores de latas – de leite, de tinta e de massa de paredes, transformavam-se em instrumentos de percussão. Dois pedaços de tábua de obra, com arames bem esticados, viravam um bom instrumento de corda.

As histórias trazidas como temas disparadores, eram objeto de leituras e releituras utilizando-se várias linguagens artísticas como instrumentos de aprendizagem. O conto e o reconto, primeiro de forma oral, depois de forma escrita, possibilitando o aprofundamento da linguagem e expressão, permitiram iniciarmos a produção de peças teatrais. A introdução da técnica de reciclagem de papel nos levou a criar, junto com as crianças, bonecos e assim se iniciava o teatro de fantoches para mais tarde construirmos com os textos produzidos coletivamente, o que meninos e meninas chamavam de “teatro de corpo” (...) Aqui, eles igualmente se nutriam ao se saberem capazes e construíam a sua identidade, a sua história e ganhavam o reconhecimento dos familiares e comunitários que se surpreendiam ao vê-los capazes. (Trecho do Projeto Político-pedagógico do Espaço Compartilharte, 2006).



CENA 8 - NO ESPAÇO COMPARTILHARTE: Um trabalho político... E mais algumas controvérsias

Em 1997, trabalhávamos com trinta e duas famílias com acompanhamento psicossocial semanal; de quarta a sábado, crianças e adolescentes participavam de oficinas de arte e cidadania, jovens e adultos dedicavam-se a oficinas profissionalizantes; e, ao final do mês, aconteciam as festas.

Iniciamos também um trabalho de biblioteca volante com uma voluntária que visitava as escolas públicas e espaços da comunidade, com um caixote de livros e a disponibilidade para compartilhar leituras, encontros e histórias. O trabalho na comunidade e com a comunidade é uma marca constante da trajetória do Espaço Compartilharte que se estende até o final.

Além da atuação na chácara, estar e participar dos espaços coletivos imprimia o nosso fazer político, potencializando a construção de novas possibilidades de viver e conviver ali. Pouco a pouco, nosso Projeto Político-pedagógico era construído, com aquelas pessoas, nas práticas experimentadas.

Outra marca que acompanha esta experiência é a opção, desde o início, por inserir a própria comunidade na equipe e construção deste trabalho. Assim, as primeiras educadoras³⁵ que compuseram a equipe foram da comunidade e, anos depois, o Espaço Compartilharte chegou a ser o maior empregador da região. Em nosso sonho – ou visão de futuro, como diriam alguns – o êxito de nosso trabalho se daria na medida em que a comunidade assumisse os rumos da instituição.

Fomos, paulatinamente, construindo, revisitando e firmando a nossa missão. O trabalho ganhava reconhecimento e legitimidade local. A desconfiança em relação à *“mulher sozinha que construía uma casa sem homem”* foi esmorecendo, novos sentidos passaram a ocupar o lugar dos receios iniciais. Eleição após eleição, não surgiram candidatos a vereadores ou a prefeito dentre aqueles que trabalhavam no Espaço Compartilharte.

Os representantes da política partidária local, ao ouvirem falar da legitimidade então construída junto àquelas pessoas, começaram a nos procurar, às vésperas das eleições. Para todos, a mesma resposta: *“- Nosso trabalho é político sim, mas não partidário! Se quiserem trabalhar conosco durante dois, quatro anos, vocês serão bem-vindos, mas não esperem usar este espaço como palanque e só aparecer aqui nas próximas eleições!”* Nenhum prosseguiu conosco.

Ao contrário, muitas portas se fecharam, pois o Espaço e as lideranças que ali trabalhavam começaram a ser também reconhecidas pela *“inflexibilidade”* para *“certas negociações locais”* com as quais não concordávamos. Representantes municipais atrelados a situações de desrespeito aos direitos da criança e do adolescente começaram a sentir-se incomodados com nossa atuação. Sobretudo as adolescentes e as mulheres passaram a questionar determinadas situações de exploração e violência. Lurdinha, agora moradora de Canoas, chegou a ser advertida por um importante político municipal: *“- A senhora morando sozinha neste fim de*

³⁵ Todas as pessoas que atuavam no Espaço Compartilharte eram convidadas para atuar de forma alinhada à missão institucional, sendo então chamadas de educadores/educadoras, independente de sua inserção/atividade. Assim, o motorista era um educador da área do transporte; a cozinheira, uma educadora da área alimentar e assim por diante.

estrada... Vai que acontece um acidente... É melhor parar com este trabalho!”
Mas os resultados então reunidos nos faziam continuar.

Frente a nossa atuação junto às crianças, adolescentes e famílias, a Vara da Infância e da Juventude aproximava-se, estabelecendo conosco um trabalho em parceria e reconhecendo ali um “braço” de cuidados socioassistenciais. Começamos a participar dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e de Assistência Social, inicialmente. A partir destes, iniciamos também movimentos para implantação do Conselho Tutelar, no município. Localmente, contribuímos na organização da primeira Associação de Moradores da região.

Anos depois, nos desligamos desta Associação, após uma série de divergências sobre os rumos e modos de conduzir o trabalho comunitário. Próximo a uma das eleições municipais, um dos vereadores *“mandou passar”* máquina e asfaltar pequeno trecho de uma das estradinhas de terra da região. Representantes da Associação decidiram fazer uma faixa com agradecimentos ao “feito” e colocar na comunidade. Lurdinha questionou: *“- Isso foi feito com dinheiro público, nós pagamos impostos para também usufruir destes direitos, não cabe agradecer ao vereador pelo que ele fez, pois isso faz parte de seu trabalho como representante público municipal”*.

Em um município que à época ainda mantinha viva a prática da “fila do beija-mão”, não é de se estranhar que esta também fosse a tradição local. A faixa foi feita e afixada na comunidade. Perpetuavam-se, assim, os modos servis, a cultura local de acreditar que devemos favores ao poder público... Perdíamos, do mesmo modo, espaços para avançar em outras possibilidades e entendimentos sobre o poder público como sendo nós/nosso... Sair da Associação foi um posicionamento político. Ganha-se e perde-se em toda escolha que se faz.

De todo modo, já nesta época, entendíamos que os conflitos e divergências faziam parte da construção democrática e que a criação e a existência de uma Associação de Moradores era um importante mobilizador de outras formas de viver/conviver.

Uma das conselheiras do Espaço fala sobre o encerramento das atividades, ressaltando um pouco do que parece ter ficado como uma marca da OSC:



Queridas: compartilho uma certa tristeza diante dessa inevitável decisão. Admiro a maturidade, a coragem, o rigor ético e profissional com que vocês encaminharam esse processo. Principalmente porque não se trata apenas de uma decisão formal, já que se faz acompanhar do desfecho de um sonho, de um ideal, de uma construção ideológica e existencial. Impõe uma transformação na vida de cada uma de vocês em vários sentidos. Assumir novos caminhos e/ou continuá-lo em uma direção diferente. Seguir adiante marcadas pelas memórias dos vínculos e dos destinos que contaram com seus carinhos e conhecimentos para encontrar um rumo. Sinto-me honrada pelo privilégio de ter testemunhado e compartilhado, de alguma forma, as suas reflexões, dúvidas, conflitos, lágrimas e risos desses últimos anos. Agradeço cada uma das ressonâncias de tê-las encontrado no meu ser. Mil cheiros, (G.F., psicóloga, foi voluntária e conselheira do Espaço Compartilharte).

NO ESPAÇO COMPARTILHARTE - CENA 9: Então a institucionalização...



NOSSA HISTÓRIA

MOTIVAÇÃO... O desejo de um grupo de amigos de voluntariamente compartilhar com crianças, jovens, familiares e comunitários a construção de alternativas de desenvolvimento social, baseadas numa educação em VALORES E DIREITOS HUMANOS, com ênfase no SER e não no TER.

O INÍCIO DO TRABALHO... 1991: promoção de **ENCONTROS** com crianças e adolescentes... depois, com mulheres

REFERÊNCIA LOCAL...1993, na promoção de **DIREITOS** e **SOLUÇÕES**

INSTITUCIONALIZAÇÃO... 1997: o **ESPAÇO COMPARTILHARTE**

EXPANSÃO...1998: parceria com o **BNDES** gerando **MAIOR IMPACTO SOCIAL**

AMPLIAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO... de 35 famílias para 1300 comunitários

* - Fulano, você tirou novamente suas crianças da escola? Tirei, sim, dona. Aqui nós nasce, nós vive, nós morre pra rancá lino no brejo. Prá isso ninguém precisa aprendê...*

Fonte: Apresentação institucional – Espaço Compartilharte, 2009.

Por ser uma região de muita chuva e frio, com frequência, as atividades planejadas, nesta época, eram interrompidas ou adiadas. Fazíamos cabanas

improvisadas, com bambu e plástico preto, mas o vento parecia querer brincar também e levava nosso “teto”...



Com a ampliação do trabalho, ousamos construir um primeiro telhado...



O dinheiro inicial do grupo de amigos já não era suficiente para manter e expandir as atividades da maneira como estavam se encaminhando. Outros amigos e amigos de amigos, talvez também irmanados pelo ideal de solidariedade da época e pelo encantamento advindo das visitas e relatos sobre as festas e atividades realizadas, procuravam-nos demonstrando “*vontade de ajudar, sem saber como*”.

Tivemos então a ideia de organizar um clube de sócios e amigos do Espaço Compartilharte. As contribuições eram de diversos tipos: doações em dinheiro; doações em comida, roupas, livros e brinquedos; doações em serviços, como cursos e ação voluntária.

Começaram a surgir também organizações privadas dispostas a ajudar, notícias sobre editais públicos que poderiam apoiar a construção de um espaço e condições mais dignas para trabalharmos com aquelas pessoas. Mas, para crescer, e estabelecer estas parcerias, precisávamos de certa institucionalidade, de maior formalidade.

Em abril de 1997, decidimos formalizar a Associação civil, para fins não econômicos, sem fins lucrativos, Espaço Compartilharte, com definição das seguintes finalidades estatutárias:



Promoção da assistência social, visando o desenvolvimento integral do ser humano, notadamente das crianças e adolescentes e seus familiares; Promoção gratuita da educação em valores e direitos humanos, complementar à escola formal; Promoção da capacitação em educação, cultura, direitos humanos, valores humanos, meio ambiente, saúde e indicadores de eficiência social; Promoção de potencialidades artísticas e culturais das comunidades onde atua; Promoção da cultura brasileira, através do resgate dos saberes e fazeres das comunidades atendidas; Promoção gratuita da saúde – física, mental e espiritual, de forma interdisciplinar – nas comunidades atendidas; Promoção gratuita da segurança alimentar e nutricional das comunidades atendidas; Defesa, preservação e conservação do meio ambiente, nas comunidades onde atua; Experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, escoamento de produção e emprego; Promoção de estudos e pesquisas dentro de suas áreas de atuação, assim como a sua divulgação e multiplicação por todos os meios de informação. (Estatuto social do Espaço Compartilharte, 1997).

Retomamos, aqui, o diálogo com os autores (GOHN, SCHERRER-WARREN, DOIMO, dentre outros) trazidos anteriormente, ressaltando sobretudo o enquadramento que está se configurando, no Brasil, no final da década de 90, quando estas práticas ganham maior repercussão e passam a ter um estatuto mais formalizado, à frente – e para viabilizar – muitos movimentos sociais.

NO ESPAÇO COMPARTILHARTE - CENA 10: As bases de um trabalho comunitário

Em 1999, escrevi um texto que nos aproxima do momento que estávamos vivendo, no final dos anos 90, no Espaço Compartilharte e fala, especialmente, da importância dos oito anos de construção das bases de um trabalho comunitário.



Nossas ações já nos mostram que conquistamos uma etapa fundamental para qualquer trabalho (que se pretende) comunitário: a possibilidade de inserção e permanência na comunidade. Refiro-me à “conquista” – longa, por vezes difícil e permeada por aproximações e distanciamentos – de um lugar na comunidade. Nós, que viemos de “fora”, “estranhos estrangeiros” que chegam na casa de outras pessoas, propondo transformações, mas sem que tivéssemos sido convidados.

As festas e atividades que promovíamos, inicialmente, foram se constituindo em oportunidades de conhecermos aquele lugar, aquelas pessoas, suas “casas”. Mas mais que isso, foram também ocasiões em que nos deixávamos conhecer, tornando-nos – quem sabe – um pouco menos estrangeiros das Canoas.

Não foram somente estes eventos que permitiram nossa inserção atual, mas o nosso cotidiano na região: o deixar-se ficar, permanecer, deixar-se conhecer. E principalmente a mudança definitiva de Lurdinha para a região. Este passa a ser um marco que permitirá a gradativa construção do Espaço como um espaço de referência para a comunidade. Essa imagem me faz lembrar várias outras.

J., menina cheia de vida, dançarina, ajudante, “brincante” de nossas gincanas... Grávida, aos 16 anos, morre após ser atingida por um raio em sua casa. H., seu irmão, assustado com a perda da irmã, vai ao enterro, mas recusa-se a descer da boleia do caminhão que levou amigos e familiares ao cemitério. Permanece encolhido, assustado na boleia do caminhão e, somente com Lurdinha, de mãos dadas, o menino desce do caminhão e vai se despedir da irmã.

F., menina de 14 anos, filha de um dos diversos casamentos da mãe. Negra, tímida, triste. De difícil abordagem na maioria das vezes, F. não se deixava tocar, ser abraçada, acarinhada. Quando um de nós dela se aproximava, seu corpo se enrijecia, parecia ser difícil abrir os braços para receber abraços. Tarde da noite, F. e M. – sua mãe –

chamam D. Lurdes³⁶ pela cerca da casa. Lurdinha, assustada, abre a porta. F. tem sua mão sangrando devido a um corte profundo. F. acabara de segurar um facão nas mãos de sua mãe, tentando apartar uma briga entre esta e seu padrasto. Foram semanas, meses de curativos. Na mão, no coração, na alma. Da menina, da mãe, da família.

C., aos seus 15 anos. Chega à casa de D. Lurdes, também à noite, chorando muito. Ela treme, chora, não consegue falar. Parece paralisada. Sua mãe pede à D. Lurdes que converse com ela, já que C. não fala com a mãe o que está havendo. A mãe vai embora, C. fica na casa de D. Lurdes. Dorme lá esta noite. Vai acalmando-se e conta o seguinte relato: está sendo vítima de abuso sexual por parte de um tio que lhe criou. Chantagens, culpas, ameaça, medo, violência e todo o trauma que envolve a situação... O relato não chega a qualquer espaço, é contado a D. Lurdes.

Festa do padroeiro da igreja de Canoas. O Espaço Compartilharte marca presença com uma doce barraca de doces. O café depois da missa é cortesia. Chega o padre, muito simpático, come seu bolo e toma um cafezinho. Vêm Marta e Betânia, trabalhadoras da Igreja e catequistas da comunidade. Vêm crianças que frequentam o Espaço e outras que nunca lá foram, aquelas dos “tchauzinhos” quando passamos na estrada. Um senhor bem velhinho e muito animado que toca acordeom. Pais e mães, tios, avós, crianças... todos vêm nos cumprimentar.

Não há dúvidas que conquistamos um lugar naquele espaço das Canoas. E isso é básico para um trabalho comunitário. Costumo dizer que o objetivo do Espaço Compartilharte é construir um espaço de referência para aquelas crianças e adolescentes da região, ampliando seus campos de possibilidades de escolhas de vida.

Referência na hora das despedidas, dos encontros, dos desencontros e busca de encontros. Na despedida da irmã, na briga dos pais, na violência. Desencontros que, se há uma referência que nos sirva de “porto seguro”, podem ser transformados em busca. Busca de transformação do sofrimento, da dor. Busca por outros tipos de encontros com a vida. E o Espaço já ocupa este espaço.

Conquistado este espaço, vamos em frente! Há muito mais a ser conquistado! Falamos em ampliação de possibilidades para aquelas pessoas, há sempre mais para ser explorado, buscado, ampliado. Desencontros, estes encontraremos sempre, mas é preciso acreditar na possibilidade de transformar a vida. (MOREIRA, 1999).

O cuidado e vivência cotidiana das bases de um trabalho comunitário e a construção coletiva de um projeto político-pedagógico colocaram-se como marcas e condição de possibilidades da institucionalização de espaços para compartilhar a vida através arte. Nesta época, o trabalho já ganhara uma dimensão que talvez nunca tivéssemos imaginado. As atividades com as crianças e os adolescentes passaram a ser diárias, no contra turno escolar para aqueles que estavam na escola e durante todo o dia para os “pequenos”, de dois a seis anos, já que a região não contava com as séries da Educação

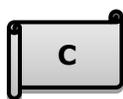
³⁶ “D. Lurdes” é a forma como a comunidade chamava Lurdinha.

Infantil (creche e pré-escola). Oficinas de cidadania e educação, saúde e meio ambiente, profissionalização e geração de renda reuniam significativos resultados e transformavam pequenas realidades.

3.6. Novas configurações e controvérsias

Guardando as devidas peculiaridades locais, vivíamos no fim da década de 90, no Espaço Compartilharte, um pouco do que estava se configurando em muitos outros espaços. Durante os anos pós-constituinte, mobilizamo-nos ali, movidos pela crença de que a tão sonhada construção de uma sociedade livre, justa e democrática cabia a todos nós.

Se, localmente, nossas práticas se expandiam e consolidavam; alguns anos antes, em outros territórios, alguns acontecimentos singulares contribuíam igualmente para configurar as formas de atuação destas organizações, conforme sinaliza ROSSETTI (s/d: 266) sobre o surgimento do Terceiro Setor:



A Figura 1, ao lado (abaixo), começou a circular por todo o mundo na segunda metade da década de 1980. É uma boa ilustração das consequências ideológicas da queda do Muro de Berlim em 1989, ou do colapso da URSS, em 1991. Em vez de dividir a sociedade em dois grupos, capital e trabalho, que disputam a hegemonia sobre o Estado, esta icônica imagem apresenta três setores: Estado, empresas e organizações da sociedade civil. Mais ou menos nessa época, o sociólogo norte-americano Francis Fukuyama anunciava o “fim da história”, proclamando a vitória do liberalismo econômico sobre o funcionamento das economias de Estado. No Brasil, tal como na maioria das sociedades, os papéis e funcionamento do Estado, empresas e organizações da sociedade civil há muitos anos vinham passando por uma transformação estrutural. Na década de 1990, o conceito de terceiro setor ganhou impulso em muitas sociedades. Em termos gerais, este conceito significa que a esfera pública não é uma questão apenas estatal, devendo também incluir a participação do setor privado – tanto de empresas (segundo setor) como de organizações sem fins lucrativos (terceiro setor). Houve alguma oposição a este movimento, intitulado, principalmente quando envolvia a economia, o “Consenso de Washington”, ou “neoliberalismo”. Este era acusado de difundir a ideologia de um Estado menor, da diminuição da regulamentação dos mercados e do crescimento da participação das empresas e da sociedade civil nas políticas públicas, como educação e saúde. A maioria dos países latino-americanos, com as suas economias fortemente ligadas aos Estados Unidos, foi influenciada por esses conceitos e práticas.



É interessante notar nestas narrativas como os termos utilizados também vão se transformando, recebendo novas conotações com o tempo. A própria divisão entre os três setores abre controvérsias e potencializa o debate sobre os papéis de cada um, neste cenário. Conforme sinalizado por um dos entrevistados:



A sociedade civil em si, as organizações da sociedade civil que é o termo que eu tenho usado... A gente vai deixando de usar esse termo Terceiro Setor aqui porque é uma coisa meio datada, década de 90, ligada ao empresarial, coisa assim... (A.S., jornalista e antropólogo, diretor de OSC, São Paulo, 2012).

NO ESPAÇO COMPARTILHARTE - CENA 11: Primeiras parcerias

Este debate torna-se mais proeminente e presente dentre as pessoas que faziam o Espaço Compartilharte, nesta época. Ampliar o trabalho requeria, sobretudo, *gente para trabalhar*. Nas experiências ali vividas, fomos aprendendo e definindo que os voluntários tinham certa inserção no projeto que talvez devesse ficar circunscrita às festas, eventos e ações pontuais.

Nossa proposta de educação para cidadania e construção democrática passava a fazer ressonância com as perspectivas da proteção e educação integral, consolidadas através da parceria entre famílias, escolas e comunidades (GUARÁ, 2003; BRANT, 2009), implicando assim, na

continuidade e capilaridade das ações. Garantir a inserção de educadores e de meios dignos de trabalho eram condições deste projeto político-pedagógico.

Assim, surgiu a *formalização de uma primeira parceria* para que os primeiros educadores fossem contratados. De uma visita do Frei Betto ao Espaço Compartilharte, aproximamo-nos do trabalho de Leonardo Boff. Seu irmão estava à frente do Serviço de Educação e Organização Popular (SEOP), em projetos orientados pelo ideário da Educação Popular e da Teologia da Libertação. À época, o SEOP recebia recursos nacionais e internacionais e apoiava iniciativas locais, no Brasil. Com esta parceria, passávamos a participar da Cooperativa de Produtores Populares e Trabalhadores Sociais (COOPOP) o que possibilitava a inserção de educadores - todos da comunidade - em nossos projetos.

Além de *gente para trabalhar*, precisávamos de instalações e equipamentos apropriados. Aquele “primeiro teto” não era mais suficiente para a dimensão que o trabalho tomara. Soubemos, então, que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) abriria um edital de seleção para colaboração financeira, não-reembolsável, dentro do Programa de Apoio a Crianças e Jovens em Situação de Risco Social. A diretoria e sócios do Espaço Compartilharte reuniram-se em assembleia para discutir e deliberar sobre a proposta de apresentar um projeto àquela seleção pública.

Alguns anos antes, a mídia veiculava notícias sobre um escândalo envolvendo o nome de Betinho ao uso do dinheiro do jogo do bicho para manter as ações da ONG ABIA (Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids). Junto a Betinho, figurava o nome de Nilo Batista, então candidato a vice-governador, pelo PDT, ao estado do Rio de Janeiro e, à época, conselheiro da associação.



Fonte: O Brasil de Betinho, 2012. Disponível em <http://www.ibase.br/obrasildebetinho/>

As reverberações deste caso na mídia nacional e internacional fizeram-se presentes, em Canoas, na assembleia do Espaço Compartilharte. Em uma acalorada discussão, alguns diretores puseram-se contrários à proposição do projeto ao BNDES, alegando que com isto, nos corromperíamos, ficando “reféns do poder público” e “à mercê de escândalos como este envolvendo o Betinho” (Espaço Compartilharte, relatórios e atas, 1999).

Outros se manifestavam favoráveis a esta forma de captação de recursos, alegando que os “recursos públicos deveriam ter finalidade pública e que nós, no Espaço Compartilharte, poderíamos ser um instrumento desta atuação”. Um dos diretores defendia “– Se o dinheiro é sujo, nós limpamos, ao utilizá-lo nos projetos com as comunidades” (Espaço Compartilharte, relatórios e atas, 1999). Polêmica similar repetiu-se, tempos depois, dividindo igualmente

as posições da diretoria da OSC, quando a fundação de uma grande empresa de cigarros abriu edital para selecionar e apoiar projetos de educação.

Betinho falou publicamente do caso, referindo-se ao episódio como “o mais duro, do ponto de vista pessoal” e afirmando: “*Esse foi o grande erro. Eu tentei resolver um problema público, por meios privados*” (In PADOLFI, GAZIR e CORREA, 2012). Tempos depois, a partir das próprias controvérsias vividas junto à política pública municipal, diretores do Espaço Compartilharte reviam suas declarações e reafirmavam o caráter público do trabalho: “- *Hoje, me arrependo de ter dito que aceitaria recurso da contravenção para manter a instituição aberta. O projeto político e a nossa coerência é que devem permanecer*” (Espaço Compartilharte, relatórios e atas, 2011).

O Projeto Veredas³⁷ da criação foi apresentado ao BNDES, de forma imparcial e pública, tendo sido selecionado em 1999. Com os recursos públicos, consolidávamos nossas práticas com finalidades públicas: ampliamos a sede, construimos um posto de saúde, uma quadra poliesportiva coberta, adquirimos um considerável acervo de livros para a biblioteca e alguns equipamentos e mobiliários, além de um veículo utilitário para o transporte das crianças e adolescentes no percurso casa-escola-Espaço Compartilharte-casa.

Com esta parceria, o impacto gerado passava das trinta e cinco famílias, inicialmente atendidas, para mil e trezentos comunitários em cinco pequenas comunidades de Canoas. Iniciávamos, assim, um novo ciclo de atuação: do sonho inicial, vivido no início dos anos 90, em suas múltiplas versões; abríamos, com o novo século, novas veredas e, com elas, novas conquistas, novos desafios.

³⁷ A partir de então, todos os programas institucionais passariam a ser denominados de “veredas”, em homenagem a Guimarães Rosa. As Veredas – da Educação e Cultura; da Saúde e Ambiente ; do Trabalho e Renda e do Desenvolvimento Institucional – seriam os caminhos a percorrer para concretizar a missão do Espaço Compartilharte.

CAPÍTULO IV

DE TUDO QUE A GENTE SONHO... DO ESPAÇO

COMPARTILHARTE À REINVENÇÃO DO SONHO –

ÚLTIMOS ANOS

NO ESPAÇO COMPARTILHARTE - CENA 12: Relatórios de prestação de contas e festa

*“Há que se cuidar do broto para que a vida nos dê flor e fruto...”
(Milton Nascimento)*

Esta sede foi reformada e ampliada com recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), conforme contrato 99.2.370.2.1, assinado em 16.8.99 e que possibilitou também a construção da quadra coberta, do posto de saúde e a compra de vários equipamentos indispensáveis ao nosso trabalho.

Fonte: Acervo do Espaço Compartilharte, 1999 - Placa de identificação afixada na instituição.

Maio de 1999. O Espaço Compartilharte encaminha um relatório de prestação de contas ao BNDES. Neste, encontramos depoimentos e relatos das crianças, jovens, familiares e educadores sobre o trabalho da instituição e os impactos gerados a partir da ampliação das instalações e equipamentos.



Prático, Cícero e Heitor cada um fez uma casa. Cícero, se eu não me engano, fez a dele de palha e Heitor de madeira, logo veio o lobo mau e derrubou as duas. Porém a do Prático, a que fez sua casa de tijolo, o lobo não conseguiu derrubar. A história do Espaço não é diferente da dos três porquinhos. Antes as atividades eram realizadas debaixo de uma lona, que não resistia à chuva (tão temível quanto o lobo mau). Agora nossa casa pode ser comparada a do porquinho Prático ou até melhor. Espaço Aconchegante. Limpo!!! Eu tenho, Tu tens, Ele tem, Nós temos: uma quadra com material necessário para a prática do esporte, adequada às idades e com bastante segurança.... Jogos pedagógicos que possibilitam melhor aprendizado e visam torná-lo mais lúdico. Computadores - e nossas

crianças já se tornaram feras! Com jogos interativos adequados. Acesso à internet tornando possível o conhecimento ao mundo. Uma biblioteca repleta de livros que fazem as crianças viajarem na imaginação.... Móveis (cadeiras, mesas, estantes) e ninguém precisa disputar lugar para sentar!!! O que era um ideal, agora é verdade temos uma casa segura que nos protege do terrível lobo mau! (da chuva, do frio...) Agora precisamos manter a lareira acesa para que ele não tente subir pela Chaminé! Precisamos também prevenir contra outros lobos “maus” que agora nos rondam. Abrindo novas parcerias, solidificando bem as estruturas para que nada nos abale!!! Enfim podemos dizer! Quem tem medo do lobo mau?!!! (V. D., comunitária, professora e educadora do Espaço Compartilharte)

Gostaria de agradecer ao BNDES pela força concedida ao Espaço. Pelas obras realizadas. Como pai, conheci o Espaço Compartilharte antes das obras, acho que o local se transformou, o que antes era um galpão hoje é um lugar maravilhoso! Difícil de acreditar! (C.M.P. pai de L.)

Lurdinha: Sem palavras... Só você mesmo para ensinar que sonhar é possível. Um grande beijo, A. (voluntário, fez parte do grupo dos “sete amigos” que iniciaram o trabalho, foi o primeiro presidente da Associação).

Você para mim, sempre foi um modelo de conduta, de ética, de amor ao próximo. Agora, mais ainda, quando o teste é mais sério: administrar com o mesmo critério e bom senso verbas públicas. O seu exemplo deve ser divulgado por esse Brasil afora e serve para mostrar que ainda há salvação. Uma pequenina luz acesa com a intenção correta ilumina todo o universo. Parabéns, R. (empresária, foi parceira da OSC posteriormente)

A carta que encaminha o documento fala da contratação de novos colaboradores e menciona três ou quatro projetos formatados e encaminhados com vistas ao estabelecimento de novas parcerias. Anexa ainda um texto que consolida o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI), sistematizando valores, princípios e metodologia.

Junho de 1999. Uma grande festa junina reúne crianças, jovens, familiares, comunitários, educadores, amigos e parceiros do Espaço Compartilharte para comemorar a inauguração das novas instalações e a ampliação do trabalho. As atividades passam a ser diárias, de 7 às 21 horas e, no último domingo do mês, todos celebram o Espaço em festa.

No dia-a-dia do trabalho não estão mais somente as visitas domiciliares, as brincadeiras, os voluntários, a militância, a espiritualidade... Surgem, pouco a pouco, os relatórios, os projetos para captar recursos, as legislações

trabalhistas, as prestações de contas, os novos parceiros. Um olhar sobre as experiências vividas pelo Espaço Compartilharte, nestes primeiros anos, nos ajuda a mapear, um pouco mais, como as práticas da sociedade civil estavam se configurando, na década de 90, *como campo de experimentações e aprendizagens sociopolíticas diversas no exercício da cidadania* (GOHN, 2010).

Se os primeiros anos foram vividos informalmente, na experimentação e construção da proposta; a partir da institucionalização e das primeiras parcerias estabelecidas, o Espaço Compartilharte abre um ciclo de expansão e consolidação do trabalho. Vale novamente, dar um “*passo atrás para caminhar melhor*” e continuar, assim, seguindo a gênese destas práticas, com olhares em zoom e em panorâmica.

4.1. Das controvérsias dos anos 90

As políticas sociais, na década de 90, eram determinadas pelas políticas macroeconômicas. Num quadro de hiperinflação, com juros altos, crescentes privatizações, abertura ao capital internacional, aumento da carga tributária e da dívida pública, os cortes públicos na área social eram regra. Soma-se a isto, o fato de que vivíamos ainda o “convite” – pós-constituente – à participação da sociedade na “solução” dos problemas sociais da nação.

Se, por um lado, com os anos 90, não vivemos “o fim da história”, por outro, o final do século XX parece tornar mais complexo este debate, fragmentando “bandeiras e utopias”, conforme o relato a seguir:



É eu acho que tá bem fragmentado né, as lutas são muito fragmentadas, muito pulverizadas. Agora elas estão aí todo dia pra você olhar. Eu acho que é isso um pouco. Eu acho que a utopia do socialismo que existia no século passado, na minha geração, de várias gerações, só foi arrasada mesmo no final do século, e eu acho que aquela utopia era uma utopia que informava pequenas ações, entendeu? Você tinha um ideário de transformações, você acreditava, alimentava e aí foi para o espaço e aí você não tem um modelo. Que modelo você tem? Não tem modelo e por outro lado também você ser entusiasta do mercado só quem tá muito lucrando com ele, então é complicado. É isso. (E.M., antropóloga, professora e pesquisadora, participou de OSC, Rio de Janeiro, 2012).

Embora a Constituição de 88 possa ser tomada como um marco ao firmar a descentralização político-administrativa e formalizar mecanismos de controle social e de participação da sociedade civil, há ambivalências e paradoxos que precisam ser considerados. Conforme sinaliza MORONI (2005: 4),



Existe uma contradição entre esse processo e o momento histórico vivido internacionalmente, que era da ampliação e fortalecimento das políticas neoliberais. Ao mesmo tempo que construímos uma Constituição que aponta para a construção do Estado de Bem-estar, estávamos entrando na era neoliberal, com a eleição para presidente de Fernando Collor de Mello.

CARVALHO (2004: 7, grifos nossos) apresenta mais alguns elementos, apontando também alguns limites a serem problematizados:



A cidadania, literalmente, caiu na boca do povo. Mais ainda, ela substituiu o próprio povo na retórica da política. Não se diz mais 'o povo quer isto ou aquilo', diz-se 'a cidadania quer'. Cidadania virou gente. No auge do entusiasmo cívico, chamamos a Constituição de 1988 de Constituição Cidadã. Havia ingenuidade no entusiasmo. Havia a crença de que a democratização das instituições traria rapidamente a felicidade nacional. Pensava-se que o fato de termos reconquistado o direito de eleger nossos prefeitos, governadores e Presidente da República seria garantia de liberdade, de participação, de segurança, de desenvolvimento, de emprego, de justiça social. De liberdade, ele foi. A manifestação do pensamento é livre, a ação política e sindical é livre. De participação também. O direito do voto nunca foi tão difundido. Mas as coisas não caminharam tão bem em outras áreas. Pelo contrário. Já passados 15 anos desde o fim da ditadura, problemas centrais de nossa sociedade, como a violência urbana, o desemprego, o analfabetismo, a má qualidade da educação, a oferta inadequada dos serviços de saúde e saneamento, e as grandes desigualdades sociais e econômicas ou continuam sem solução ou se agravam, ou, quando melhoram, é em ritmo muito lento.

Assim, na década de 90, configura-se um quadro que coloca a *solução das questões sociais na sociedade civil e no mercado*. Para um dos entrevistados, seria o momento das ONGs como panaceia:



Nesse momento, em 90, você tem a abertura do Brasil para o mundo. O contexto mais macroeconômico de economia se abre e aí você começa a receber uma série de influências de culturas empresariais

que tem investimento social, filantropia, você tem influência forte ideológica, digamos, de um contexto mais internacional com o qual o Brasil começa a dialogar e há recursos especialmente americanos, mas de vários países europeus que vêm com a cooperação internacional, com a filantropia internacional, Ford, Kellog, USAID, governo holandês, governo daqueles partidos alemães que têm fundações... Enfim, eles vão inserindo dinheiro aqui muito no âmbito dos direitos civis e políticos, direitos humanos, esse dinheiro estava vindo pra essas coisas, direitos civis e políticos e direitos humanos. Mais fortemente para o fortalecimento da sociedade civil que vinha esse dinheiro internacional. Essa visão de sociedade civil. Aí tinha a Ruth Cardoso que nesse processo foi superimportante, capacitando, vendendo. Ideologicamente ela foi importante, né, dentro do Estado brasileiro o que ela acabou conseguindo, no empresariado brasileiro, na universidade brasileira, eu a colocaria com um papel central. Claro que tem o Betinho aqui (1994), você tem vários marcos né, 90 você tem o ECA que foi superimportante, tem a Fundação Abrinq que foi superimportante, 91 você tem a ABONG, depois 94 você tem a campanha pela fome do Betinho, depois 95 o GIFE, 98 o ETHOS, 2000 tem o ano do voluntariado, ou 2001 não lembro, você tem AKATU, Comunidade Solidária em 96... Então é assim, tanto que de 96 a 2005, que já é no PT, né, triplica, cresce 215% o número de Organizações Sem Fins de Lucro pela FASFIL, né. Bom, aí isso aqui é a fase que eu chamo das ONGS como panaceia, é quase que como se já que o estado não é competente, vamos fazer pelo terceiro setor, pelo setor privado. (A.S., jornalista e antropólogo, diretor de OSC, São Paulo, 2012).

Neste momento, a equipe do Espaço Compartilharte reforça e expande sua participação em diversos conselhos: 1997 – a instituição torna-se uma das lideranças municipais na luta pela constituição do Conselho Tutelar; 1998/99 - eleita membro titular dos Conselhos Municipais de Direitos, de Assistência Social, de Acompanhamento e Controle Social do Programa de Garantia de Renda Mínima e do Conselho Tutelar, enfim empossado; 2001 - passa a participar dos Conselhos Municipal de Saúde, de Entorpecentes³⁸, de Portadores de Necessidades Especiais³⁹.

Aos poucos, o Compartilharte torna-se referência de gestão e proposta político-pedagógica, sobretudo na área dos Direitos da Criança e do Adolescente e assistência social, iniciando processos de capacitação de conselheiros municipais. Além da mobilização local, o Espaço começa a participar de fóruns e redes estaduais e nacionais.

³⁸ Atualmente denominado COMAD – Conselho Municipal Antidrogas.

³⁹ Atualmente denominado Conselho Municipal de Pessoas com Necessidades Especiais.

Um relato de reunião do comitê gestor da OSC registra dissonâncias neste processo:



Achamos importante participar dos conselhos, mas em algumas reuniões, nos perguntamos se está valendo à pena estar ali. Muitas vezes, somos chamados para referendar alguma coisa quando interessa, mas a sociedade participa pouco e não há interesse em ampliar a participação. Interessa quando vai se repartir um recurso que sobrou no conselho e isso beneficia quem está ali. A lógica não é da coisa pública mas dos interesses privados... (Espaço Compartilharte, relatórios e atas, 2001).

Diversas pesquisas foram desenvolvidas para avaliar os impactos e resultados gerados por estas instâncias participativas formais. No âmbito deste trabalho, não nos propomos a aprofundar este debate, mas acreditamos ser importante problematizar alguns desdobramentos neste processo. Um dos entrevistados aponta também seu desencanto e os entraves encontrados nestas experiências, denunciando certa “sensação de democracia”:



O sistema de conselhos que foi montado, a gente participou. Participa do Conselho Nacional de Juventude, do Conselho Nacional, um monte de conselhos foram criados pelo PT, conselhos que dão uma sensação de democracia, mas ao mesmo tempo, no fundo, no fundo, você não apita nada, você está lá meio muitas vezes se sentindo... hoje de manhã eu estava conversando que eu acho que vou sair do Fórum Nacional de Aprendizagem do Ministério do Trabalho porque eu estou lá referendando uma política que não decola. Estou fazendo o quê nesse fórum se a gente não tem nenhum poder? Eles baixam portaria sem consultar a gente, portaria que atrapalha a vida da gente, fica todo mundo com medo de criticar o Ministério do Trabalho porque se não os fiscais vão processar as organizações, sabe. Então assim, o modo como foi feita a reforma do CNAS, que foi policial mesmo, fizeram uma intervenção policial, chamaram a Globo junto, no mesmo dia entraram com PL no governo para acabar com o título de Utilidade Pública de uma série de organizações, foi uma coisa stalinista, feia de se ver, policialesca. Não foi uma discussão pública, aberta. Jogar Polícia Federal com mídia! A gente que sempre foi contra evidentemente a corrupção, sempre falou de transparência, essa coisa assim, a gente naquele momento, não podia levantar e falar “gente, tá um pouco esquisito isso” porque parecia que a gente estava defendendo os corruptos naquele momento. Eles fizeram um jogo que você não tinha como participar do debate político. (A.S., jornalista e antropólogo, diretor de OSC, São Paulo, 2012, grifos nossos).

A ambiguidade destes processos aparece em mais um relato, mas destaca-se, aqui, a percepção de que talvez precisemos reinventar não

somente nossas formas de participar, mas também os nossos olhares e enquadramentos para enxergar os pequenos movimentos, desafios e conquistas que estão sendo engendradas nestas práticas.



Acho que há uma debilitação da participação, do entusiasmo pela política, quer dizer, como medir isso né? Infelizmente a gente não tem pesquisas que meçam a participação no Brasil (...) o que a gente tem é ambíguo, por um lado, tenho a impressão de que há menor entusiasmo na participação, há já um momento de crítica aos conselhos, o momento de euforia dos conselhos terminou totalmente então agora é o momento da crítica, de pensar o que é isso. Por outro lado, o IPEA tem publicado muita coisa sobre dados sobre os conselhos no Brasil (...) Então eu fico ambígua diante disso porque na verdade a impressão que você tem é que tem muita coisa se mexendo. Em que vai dar isso, não sei, mas quando você vê aquele monte de conselhos, bem ou mal, aquilo existe. Tá bom, a prefeitura que controla, aquilo não significa participação... mas, eu acho que isso não pode ser uma coisa sem consequência em termos de deslocar relações sociais, entendeu? (...) Eu fico me perguntando se isso não mexe com alguma coisa, mas não do jeito que a gente pensa do jeito que o desenho pensa, entendeu? Por exemplo, eu estava acompanhando, agora, uma tentativa de se criar o conselho estadual de segurança pública, uma retomada, uma confusão lá gigantesca, mas formou-se um comitê eleitoral para eleger pessoas, participativo, misto, os policiais, né, os trabalhadores, os gestores e organizações da sociedade civil para formar isso. Então, o que você vê ali? Ninguém tem o discurso, as organizações são fragilíssimas, as organizações civis, entendeu, os policiais não aparecem, o sindicato dos policiais, quer dizer, é uma coisa completamente frágil, completamente difícil e as organizações que trabalham com a questão da violência, essas que estão interessadas em estar ali, elas são muito frágeis, agora alguma coisa se desloca ali, entendeu? As organizações de vítimas que estão ali, eu estou falando de coisas muito pequenas, mas entrando ali, elas estão entrando no espaço público, elas batalham para estar ali, são novos atores, entendeu, que introduzem inclusive formas heterodoxas de fazer política ali dentro. Isso cria problemas, problemas entre aspas, porque de alguma forma deslocam discursos (...) Eu estou vendo uma coisa pequena, sabe, micro, então algo acontece, mas eu acho que é ambíguo, eu acho que o que a gente pensa que esses conselhos vão controlar política, vão questionar, alguns sim, outros não, mas eu acho que se criou muita coisa, vem se mexendo nas bases desse país de 20 anos, pra cá, de 20, 30 anos pra cá, entendeu? (E.M., antropóloga, professora e pesquisadora, participou de OSC, Rio de Janeiro, 2012, grifos nossos).

Um aspecto igualmente importante, apontado nesta entrevista, fala da fragilidade e de certo despreparo das organizações para participar destes processos de formulação e fortalecimento de políticas públicas. Também aí há meandros que se desdobram de múltiplas formas. *Vale lembrar que a*

possibilidade e capacidade de participação não estão dadas, mas carecem de certo tempo de construção e aprendizado para todos.

Isso não somente para as organizações, mas também para as empresas e governo. Uma entrevistada fala da fragilidade dos municípios na gestão destes projetos e processos:



A outra coisa que eu acho em relação ao governo é que os repasses diretos para os municípios pulam a instância estadual. Em geral, você tem um repasse direto do governo central para os municípios através de fundos, o que pela lógica seria o correto, mas encontra os municípios sem condição técnica e política de efetivação destas atividades sociais esperadas. Primeiro que temos que considerar que o município é novo nas políticas sociais. Quer dizer, tem quanto tempo a Constituição para gente pensar em uma proposta de municipalização? E leva muito tempo para o município começar a assumir as políticas sociais e quando assume as políticas sociais, e quando assume, assume de forma muito precária geralmente, sem quadros, ou então manda projetos para o governo federal para financiamento, feitos por pessoas contratadas que não têm nenhuma sintonia, nenhuma base de fato na realidade local, sem contar que há uma manipulação política enorme para não dizer corrupção... E esse rigor engessa totalmente porque se transfere para as organizações sociais o mesmo rigor que se tem com o município e isso é correto, porém as organizações não têm estrutura jurídico-administrativa para responder adequadamente a essas demandas burocráticas que são exigidas pela transparência, etc. Isso também, de uma certa forma, castra aquilo que é o maior valor das organizações sociais que é a sua criatividade. Elas têm que se adequar aos padrões dos projetos impostos de cima sem nenhuma flexibilidade para se adequar à realidade local. (S.G., assistente social, professora, pesquisadora e participante de OSC, São Paulo, 2012, grifos nossos)

4.2. Um novo século, novos tempos

Mobilizada pelo crescimento e expansão das ações de Responsabilidade Social Empresarial e de Investimento Social Privado⁴⁰, a

⁴⁰ Conforme temos discutido, há uma disputa de forças presente que configuram diferentes práticas, terminologias e modos de atuação. Dentre estas, o GIFE adota a ideia de “Investimento Social Privado” (ISP) definindo-o como o “*uso planejado, monitorado e voluntário de recursos privados – provenientes de pessoas físicas e jurídicas – em projetos sociais de interesse público*”, ou seja, trata-se de recursos privados voltados para fins públicos, com vistas a beneficiar comunidades e grupos. Já o Ethos trabalha com a noção de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) que implica na utilização de recursos privados voltados para fins também privados, pois se tratam de ações éticas voltadas ao negócio. Assim, para o Ethos, responsabilidade social “*é uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torne parceira e corresponsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e consegue incorporá-los no planejamento de suas atividades*

partir do final da década de 90, assistimos à proliferação de iniciativas de capacitação das Organizações da Sociedade Civil com foco, sobretudo, nas chamadas ferramentas de gestão social.

O movimento buscava imprimir, nas OSC, os mecanismos de ação e as noções de eficácia, eficiência e efetividade, utilizadas pela iniciativa privada. Trata-se do *paradigma de gestão das ONGs como negócio*, conforme defende um entrevistado:



No século XXI, mudou tudo, não funciona esse modelo mais. Temos que pensar realmente as ONGs como negócio, ela tem que ter um setor de geração e renda, enfim, é diferente o jeito de você pensar as ONGs (...) Tem que prestar conta, a legislação vai mudando (...) (A.S., jornalista e antropólogo, diretor de OSC, São Paulo, 2012).

Com esta tendência, surgem novas demandas e perfis profissionais para atuar nestes projetos. A especialização, a terceirização, a formação de *experts* no social impõe-se atrelada à ideia de sustentabilidade das organizações, transfigurando compromissos e práticas. Como trazido no relato anterior, passamos muitas vezes a lidar com a controvérsia entre a especialização x o distanciamento da realidade local, entre a profissionalização x a militância. O mesmo entrevistado aponta este fenômeno, nas empresas:



A gente chama de “as organizações estratégicas” e a principal diferença são os profissionais. Você tem profissionais que entendem do assunto, não é o cara do marketing, não é o cara da comunicação, não é o cara do RH... Não! É um cara que sabe o que é criança, sabe o que é desenvolvimento humano, sabe o que é escola, é um cara que entende e tem o repertório da área social, que as empresas não têm esse repertório, né. (A.S., jornalista e antropólogo, diretor de OSC, São Paulo, 2012).

buscando atender às demandas de todos, e não apenas às dos acionistas ou às dos proprietários.” (MOREIRA, 2007). As palavras de ROSSETTI (s/d: 271) contribuem nesta configuração: *“Perto do final da década de 1990, foram tantas as novas organizações, programas, projetos, redes, alianças, livros, cursos, etc., que começou a ser difícil apontar quem era quem e o que era o quê neste novo setor econômico que veio à tona com a democratização e globalização do Brasil. Esta confusão conceitual promoveu um ambiente favorável à competição entre o GIFE e o Instituto Ethos – duas das principais organizações intermediárias. A solução foi chegar a um consenso sobre as diferentes definições de práticas apresentadas pelos diferentes grupos”.*

É interessante perceber a pontuação que o entrevistado faz sobre a mudança também nos perfis das lideranças dos projetos e organizações sociais. Nos anos 80, estas iniciativas eram lideradas por pessoas geralmente vindas da classe média, com certa “identificação” com ideários ligados a partidos de esquerda, sendo muitos militantes que atuaram contra a ditadura (LANDIM, 1993).



Então, você tem uma outra crise em questão que eu chamo das gerações das lideranças que montaram as ONGS que foram os líderes pioneiros, em geral, grandes egos empreendedores, que montam aquela ONG e vão, dão o sangue, não sei o que, mas muito pouco profissionais em questões de governança que é pra que serve um conselho, como é que se monta sucessão, como é que se monta equipe, como é que se separa o estratégico do operacional. Então essa geração que montou muitas dessas ONGS que triplicaram de número, tá cansando, faz dez, quinze, vinte anos que “esses caras” estão à frente das suas ONGS. E não tiveram, com raras e honrosas exceções, um trabalho importante de formação do sucessor e continuam muitas delas atuando no modelo do século XX só que no século XXI, mudou tudo, não funciona esse modelo mais. (A.S., jornalista e antropólogo, diretor de OSC, São Paulo, 2012)

Esta é uma importante controvérsia que produz versões diferentes sobre as práticas tecidas pelas organizações sociais hoje. Por um lado, fala-se em gestão social, engendram-se novas ferramentas de trabalho, produzem-se novos profissionais, novos saberes e fazeres. Por outro lado, parece haver um esvaziamento do que a entrevistada S.G. apontou, anteriormente, como sendo o maior valor das OSC: sua criatividade.

O discurso da boa governança parece impor-se, silenciando, não raro, o debate político e a militância. Avança-se em termos de transparência, mecanismos de controle e modelos de prestação de contas. Em nome da sobrevivência das organizações – e muitas vezes do próprio emprego⁴¹ – desloca-se o lugar do sonho, o motivo, a finalidade de existir destes projetos.

⁴¹ Segundo ROSSETTI (s/d: 268), “em 2005, o número de trabalhadores no setor atingiu 1,7 milhões, ou cerca de 6% da força de trabalho oficial do país”.

A entrevistada SG reúne este panorama, com clareza:



Eu acho que é importante perguntar se elas (as OSC) estão conseguindo manter sua missão com os meios que elas têm hoje. Eu acho que o grande dilema das organizações hoje é o conflito entre a missão e os meios porque mudou o cenário, muitas coisas mudaram... o tipo de valor que se dava antes ao trabalho das organizações sociais, seja por parte do governo seja por parte das empresas, está mudando e também seja por parte da própria comunidade. Então eu acho que hoje a questão principal das organizações é a questão da missão que é a questão central, que é o que mobiliza, é o sonho das organizações e eu acho que elas estão com dificuldade de manter o sonho vivo porque houve muita mudança nos meios, nas possibilidades concretas. (S.G., assistente social, professora, pesquisadora e participante de OSC, São Paulo, 2012, grifos nossos).

O modelo de sustentabilidade das empresas impõe-se também para as OSC. O entrevistado A.S. aponta que, em sua visão, vivemos atualmente não somente uma crise de financiamento, mas também de governança destes projetos, acabando por comprometer sua continuidade.



Era muito fácil captar dinheiro e hoje as ONGs para acessarem dinheiro de empresa precisam ser, no fundo, precisam ser grandes. Não dá mais “o pequeno é beautiful”, sabe, porque você tem que ser grande, você tem que ter uma boa gestão, você tem que ter um “cara” que escreva bem projetos, você tem que ter um “cara” que escreva bem a avaliação do projeto, você tem que ter auditoria externa, um monte de coisas que você precisa ter que as pequenas num têm, elas morrem... Morrem, elas não conseguem sobreviver, porque não tem dinheiro pras pequenas, tá tendo uma coisa parecida com o mercado global, com a economia global, mergings and acquisitions, fusões e aquisições, só as grandes parecem que vão sobreviver porque para as pequenas, capilares, está tendo muita dificuldade. (A.S., jornalista e antropólogo, diretor de OSC, São Paulo, 2012)

Como conciliar capilaridade, conhecimento localizado e transformação das realidades locais com governança, fusões e aquisições? O relato, nesta entrevista, parece naturalizar a morte, o fim de muitos projetos e OSC. Será que é isso mesmo? Pensar sobre estas colocações, ao sair da Av. Brigadeiro Faria Lima, em São Paulo, parecia um despautério. Imensos edifícios, carros importados, homens brancos, engravatados, falando inglês, almoços de negócios... Mais um momento em que me parecia faltar ar. A morte era natural.

Lembrei-me novamente de LATOUR (2000) e de suas provocações ao falar que a ciência não deixa vestígios de como é feita, nos mostrando somente

sua face acabada. A vida dos projetos sociais também não parece deixar vestígios. É preciso apurar certo olhar para ver outras coisas que acontecem no cotidiano destas organizações. Mas a minha entrada e estada neste campo-tema é pela porta dos fundos: preciso continuar acreditando que nada é tão natural assim...

Os desafios vividos atualmente estão nas narrativas de profissionais que vivenciam o dia-a-dia destes projetos e também daqueles que supostamente deveriam ocupar-se da gestão. Aliás, talvez esta seja uma importante problematização: será que o fazer e o gerir projetos separam-se?

O relato do advogado denuncia as condições de atendimento impostas, por inúmeros editais, onde preponderam critérios quantitativos em detrimento da qualidade. Em nome da sobrevivência, muitas organizações submetem-se a estas formas de atuação, perdendo “no caminho” a própria possibilidade de refletir e discutir sobre o porquê de existirem.



Agora, por não ter claro (a missão), eu não digo não nunca. Eu digo sempre sim. Então não me interessa, como eu ouvi ontem, porque eu estou falando de um edital de um projeto regional que tem que dar conta de atender no mínimo dois mil beneficiários ao longo de 24 meses com um recurso de 50 mil reais. É isso (...) Ora, se eu tenho claro meu papel e o que eu quero, eu tenho liberdade institucional para dizer não. E aí eu posso começar a dizer não à subserviência, eu posso começar a dizer não a algumas coisas. Isso importa muitas vezes em escolhas que em determinados momentos podem levar à inatividade ou até mesmo ao fechamento. Mas eu fecho tendo claro qual é e qual foi o meu problema. (D.S., advogado, Rio de Janeiro, 2012).

O profissional de Ciências Contábeis, que acompanhou as primeiras atividades do Espaço Compartilharte, fala da complexidade na gestão administrativo-financeira das OSC.



Nós começamos a trabalhar com a primeira organização sem fins lucrativos há quinze anos e na época era um sonho ainda, né, era uma coisa que a gente não imaginava que tomaria uma proporção tão grande, entendeu? E em termos de contabilidade era aquela coisa mais simples, o fechamento de balanço, o fechamento de caixa e não tinha tanta complexidade em uma prestação de contas como hoje a gente tem, entendeu. E, na verdade a gente vê que hoje para aprovar uma prestação de contas leva quase que meses para ser aprovada. Então eu vejo uma complexidade muito grande para as ONGs e isso acaba dificultando um pouco o trabalho. Para se conseguir um título, hoje, de Utilidade Pública, quer seja estadual ou federal, a gente fica

muito na dependência de pessoas, quase que tendo que implorar favores para se conseguir alguma coisa. E acaba que isso vai desmotivando quem quer fazer um trabalho sério porque o governo de certa forma acaba favorecendo pessoas que não fazem o trabalho correto e as que querem fazer um trabalho sério, ele não ajuda, não faz o que deveria. Porque na verdade as ONGs não mais fazem do que o trabalho do governo, entendeu? Elas procuram fazer um trabalho por amor mesmo e, como eu sempre digo, quem atua com ONG é porque aquilo ali é um projeto de vida, entendeu? (X.P., contador que atua junto a OSC, Teresópolis, 2012)

Este relato parece também reeditar a oposição apontada por ALLIER (2007) entre certa tendência tecnicista x uma abordagem filosófico-moral, presentes nestas práticas. Não é demais lembrar que, nas raízes do chamado trabalho social, no Brasil, estão iniciativas assistencialistas, filantrópicas, beneficentes e caritativas, onde as “boas intenções” justificam toda e qualquer prática. Aqui, o apelo à doação, à solidariedade e ao voluntarismo situam nas ações individuais e pontuais a possibilidade ou mesmo solução das condições de exclusão e desigualdade social⁴².

Não se discute assim o papel e responsabilidades do Estado e suas possibilidades de diálogo com a sociedade nem tampouco seu caráter – que pode até gerar importantes resultados – mas que deve ser reconhecido como algo emergencial uma vez que não se prolonga como conquista, direito ou política social.

Por outro lado, alguns dos próprios movimentos e organizações sociais acabam por apropriar-se, de certo modo, de dispositivos e técnicas, buscando uma dita profissionalização e aproximando-se de um modelo “gerencial”. Inserem-se aí as “ferramentas de gestão” e os “especialistas” que sabem o quê fazer, como fazer, para quem fazer, por que fazer... (MOREIRA, 2010b).

MARSHALL (1975) denuncia o quanto os “beneficiários” das políticas sociais, historicamente, não são vistos como sujeitos de direitos, mas objetos

⁴² Ressaltamos aqui as contribuições do Professor Carlos Frederico B. Loureiro, sobretudo durante as discussões na disciplina Ecologia Política, cursada em 2010.1, durante o curso de doutorado, no Programa EICOS/Instituto de Psicologia da UFRJ. Agradecemos as sugestões de leitura sobre a criminalização de movimentos sociais e as oportunidades de reflexão sobre alguns desdobramentos e desafios atuais no campo dos projetos sociais e ambientais.

de ações religiosas, caritativas e voluntárias. O próprio Estado, via de regra, coloca-se nesta relação a partir de um regime de tutela⁴³.

Fecha-se assim, um ciclo, no caminho oposto do que se podia esperar: esvaziam-se os saberes e fazeres dos grupos, homens e mulheres que vivenciam certas problemáticas sociais. Retira-se a capacidade de reflexão crítica e autônoma dos atores, delegando-se as soluções, alternativas e ações aos *experts* e suas ferramentas de planejamento, controle, avaliação.

Não estamos aqui nos colocando contrários ao desenvolvimento de estratégias que visem qualificar as iniciativas propostas. Ressaltamos, contudo a necessidade de estarmos atentos aos riscos do reducionismo das práticas e políticas sociais ao âmbito das técnicas (MOREIRA, 2010c).

NO ESPAÇO COMPARTILHARTE - CENA 13: O desenho de um mapa

Em 2000, o Censo demográfico do IBGE não visitou Canoas. As crianças e adolescentes que participavam então dos projetos, na instituição, questionaram aos educadores: “- *Vocês falam que nós temos direitos. Como se nem existimos nos dados do município e do país? Eles nem sabem quem somos nós.*”

Provocados por este questionamento, iniciou-se um projeto de construção de um censo comunitário sobre Canoas. A invisibilidade daquelas pessoas e seus modos de vida estavam presentes também nas políticas públicas. Órgãos municipais foram visitados e nenhum mapa ou informações

⁴³ Vale igualmente destacar a importância das leituras e debates mediados pelos Professores Beatriz Azeredo e Aloísio Teixeira na disciplina Política Social, cursada em 2010.2, no Instituto de Economia da UFRJ, no âmbito deste curso de doutorado. As reflexões e discussões geradas possibilitaram aprofundar as fronteiras e compreensão sobre políticas sociais como políticas públicas - sua constituição histórica e principais marcos teórico-referenciais. A leitura de autores clássicos na área (MARSHALL, 1975; ESPING-ANDERSEN, 1995, 1996; CASTEL, 1995) propiciaram *ampliar o campo de pesquisa e produção de conhecimentos* sobre e a partir das práticas que vimos experimentando, inserindo a discussão em uma perspectiva crítica e histórica que problematize as relações entre Estado e Sociedade, reconhecendo e explicitando os conflitos de interesses aí existentes.

detalhadas da região foram encontrados. Visitando o instrumento de pesquisa utilizado pelo IBGE, crianças, jovens e educadores adaptaram um questionário para a realidade local, reunindo além dos dados demográficos, questões construídas a partir de suas problematizações: origem da água, destino do lixo, acesso ao lazer e à cultura, à saúde, experiências e espaços de convivência comunitária.



Fonte: Acervo do Espaço Compartilharte, 2000 – tessitura/pintura do mapa de Canoas.

De posse deste instrumento, partiu-se para uma capacitação dos recenseadores comunitários. Cada casa foi visitada, dados colhidos, resultados problematizados. Mais que o resultado, o processo fala muito. A cada etapa parcial, o grupo se reunia no Espaço Compartilharte, conversando e problematizando sobre o que era ouvido, falado, silenciado. Um mapa da região foi pintado artesanalmente, tendo ficado exposto, até bem pouco tempo, na instituição. *Ali estão desenhados os rios, matas, casas, escolas, igrejas, histórias, silêncios, desassossegos, descobertas, conquistas daqueles que passaram a escrever uma história diferente, a história de cada um, as histórias daquele lugar.*

Conforme apontamos anteriormente e entendendo política como a “*forma de compartilhar destinos*” (NOGUEIRA, 2011: 250) e de reconstruir coletivamente a utopia de um futuro melhor, a experiência político-pedagógica vivida no Espaço Compartilharte pode ser tomada como um grande laboratório de construção de um entendimento ampliado da vida pública. No cotidiano do trabalho da instituição, projetos, ações e mecanismos de gestão colocaram-se como oportunidades de aprender e ensinar a participar.

A narrativa sobre esta tessitura de um mapa é um, dentre tantos outros, projetos e práticas onde se buscou construir novos sentidos de comunidade e participação, fortalecendo a missão institucional e reafirmando-se a ruptura com o assistencialismo. Conforme o texto de sistematização de um dos projetos institucionais,



Uma questão que permanece como desafio é a construção de uma cultura de direitos em detrimento de uma cultura que naturaliza as desigualdades socioeconômicas e entende as obras e os serviços públicos, tais como o asfaltamento de estradas e a construção de escolas, como favores de determinado político – ou sinal de prestígio de algum proprietário rural. A leitura desse jogo de forças forja na população uma descrença no seu poder de influência e transformação, o qual, por sua vez, alimenta a demanda por mais favores, na lógica gratidão/lealdade tão cara ao clientelismo.

Quando alguém se propõe a fazer um trabalho numa base democrática, ouvindo e valorizando o que determinada comunidade sabe e faz, há uma quebra do padrão de valores e comportamentos mais conhecido, e as pessoas perdem as referências de seu antigo repertório de relações. Essa ruptura, muitas vezes, é vivida com angústia, gerando resistência às ações de transformação.

Como isso tem sido feito?

Descomprimindo a imaginação. *As brincadeiras com as crianças, as famílias e a comunidade estimularam o pensamento e o sonho sobre aquilo que eles gostariam de transformar em suas vidas. Esses desejos viraram desenhos, textos e também projetos de trabalho que foram viabilizados com a ajuda do Espaço Compartilharte e de seus parceiros.*

Evitando a vitimização dos excluídos dos direitos. *Em vez de oferecer caridade, a política do EC é de troca, na crença de que todo mundo tem algo a oferecer. Uma forma trabalhar isso na prática é inserindo a comunidade como ator importante nas ações de ampliação da sustentabilidade. Os programas estão permanentemente abertos à participação de mães e pais em mutirões de limpeza dos espaços físicos da entidade, na construção de brinquedos etc. O familiar que chega para colaborar assina um termo de voluntariado e seu dia de trabalho é convertido em “canoas”, moeda criada pela organização e que serve como “dinheiro” para aquisição de cesta básica, remédios, roupas etc. Uma “canaoa” equivale a um dia de trabalho voluntário, e tem como referência o valor de meia cesta básica. O Espaço Compartilharte utiliza essa moeda de troca também na oferta de alguns dos seus produtos e*

serviços que, em vez de serem pagos em dinheiro, podem ser trocados por frutas, legumes e verduras produzidas pelas famílias.

Priorizando a inserção de comunitários na equipe técnica dos programas e oferecendo a eles formação permanente. Os jovens da comunidade, muitos ex-beneficiários do Programa Brincar, são formados em metodologias de mobilização comunitária, educação em valores e gestão social, e ajudam a multiplicar e fortalecer a iniciativa em suas diferentes vertentes.

Formando uma Rede de Proteção Integral para dar consistência à mobilização comunitária. Essa rede, que está em formação, tem sido um fórum de troca de informações e decisões sobre as ações do interesse coletivo que precisam ser levadas adiante junto ao poder público ou privado. A rede está de acordo com a Doutrina de Proteção Integral, como veremos no manifesto do Espaço Compartilharte pelos direitos das crianças de Canoas e arredores. (LACERDA, 2007: 83, 84, grifos da autora)



Fonte: Maquete das comunidades de Canoas, Varginha, Prata dos Aredes, Albuquerque e Socavão, construída pela equipe e jovens do Espaço Compartilharte e exposta no Centro de Referência em Educação e Desenvolvimento Sustentável – Acervo do Espaço Compartilharte, 2010.

Nesta perspectiva, a instituição buscou diversificar estratégias e possibilidades de participar, mediando não somente a relação daquelas pessoas com o poder público, mas potencializando também a descoberta e construção de alternativas de convívio entre as crianças, adolescentes, educadores, famílias, comunidades... Isso pode ser visualizado em mais um texto escrito pela equipe do Espaço Compartilharte:


 EC

Em um primeiro momento, as mulheres da comunidade colocaram-se de mais fácil acesso, abrindo-se à participação. Buscamos então, criar estratégias alternativas para inserir a participação dos homens nas atividades do Programa, de forma a respeitar as crenças, valores e cultura local. Temos, paulatinamente, percebido que os homens passam a participar quando convidados para eventos festivos, mutirões e campanhas coletivas, além de começarem a se disponibilizar para ensinar e trocar os seus saberes e fazeres. Sentem-se valorizados e querem compartilhar o que sabem, quando “descobrimos” seus talentos: um ensina a fazer brinquedos com garrafas recicladas, outro vem tocar sua sanfona e contar histórias da região, um terceiro resgata a tradição do bumba-meu-boi. São possibilidades de encontrar e reconstruir as referências masculinas junto às crianças.

Isto nos faz rever inclusive nossas expectativas sobre a participação comunitária e nos ensina que é preciso permitir e acolher diferentes e diversificadas formas e espaços de participação.

O aspecto inovador desta iniciativa está no desenvolvimento de um Programa integrado – desenvolvido a partir da Pedagogia de Projetos – que tem como foco a participação e mobilização de comunidades rurais. A situação de exclusão social agrava-se cada vez mais no campo e raríssimas são as iniciativas que vêm se dedicando a esta problemática específica. Nosso desafio é implementá-la e mantê-la na área rural, frente ao crescente movimento de urbanização atual e as implicações daí advindas. O acesso é difícil, a mão-de-obra qualificada escassa, os vínculos comunitários encontravam-se inicialmente muito fragilizados. O trabalho através do brincar, arte e cultura, coloca-se também como diferencial na luta pela construção da cidadania de crianças, familiares e comunitários, uma vez que realiza uma ruptura com situações aparentemente predeterminadas nas comunidades rurais.

Destacamos ainda alguns pontos fortes no que concerne a forma de operacionalizar a interface entre a educação/proteção integral e, neste sentido, salientamos:

- ❖ *A inserção de uma proposta educativa integrada e estruturada – operacionalizada a partir da Pedagogia de Projetos – que tem como base Valores e Direitos Humanos;*
- ❖ *A perspectiva da atenção integral, operacionalizada a partir da promoção de espaços e estratégias de convivência familiar e comunitária;*
- ❖ *O atendimento diário e continuado às crianças;*
- ❖ *O acesso à diversidade de atividades disponibilizadas nos diversos projetos;*
- ❖ *O trabalho coletivo – crianças, educadores, familiares e comunitários – como estratégia de educação e desenvolvimento de atitudes de compartilhamento, cuidado e solidariedade;*
- ❖ *O fortalecimento das capacidades individuais, grupais e comunitárias;*
- ❖ *A interlocução da iniciativa com o contexto local – ponto de partida e, ao mesmo tempo, foco das atividades;*
- ❖ *A inserção da comunidade na equipe do Programa;*
- ❖ *O investimento na formação continuada dos profissionais do Programa;*
- ❖ *A alta probabilidade de continuidade e possibilidade de um impacto social duradouro, a partir do momento em que a própria comunidade coloca-se como detentora dos saberes e fazeres propiciados pelo Programa – possibilidades e espaços de brincar e conviver – aliado ao rigor dos processos*

de avaliação, sistematização e produção do livro e cadernos pedagógicos que registram e proporcionam a disseminação da experiência. (Trecho de sistematização de um Projeto Institucional escrito pela equipe do Espaço Compartilharte, 2002).

O momento de expansão e consolidação do trabalho que o Espaço Compartilharte vivia, nos início dos anos 2000, acompanha as tendências que se configuravam no trabalho de tantas outras OSC, Brasil afora. O fortalecimento da proposta político-pedagógica implicou também na busca por apropriar-se de certas práticas que passavam a ser chamadas de mecanismos de gestão. Não mais somente o sonho, mas também a governança; não mais somente a militância, mas também novas ferramentas de trabalho.

Capacitar a equipe; aprender a escrever um projeto, a prestar contas e a traduzir, em relatórios, os resultados gerados a partir das práticas experimentadas; problematizar o que se entende por impacto social, contrapor indicadores quantitativos e qualitativos; negociar parcerias; comunicar o que se faz; aprender e ensinar a falar outras línguas, reconfigurando saberes, fazeres e dizeres locais.

Neste período, passa a ser cada vez mais comum encontrar, nos registros do Espaço Compartilharte, referências e reflexões sobre ações de capacitação da equipe e da comunidade, seja na instituição ou em outros espaços. Em 2001, por exemplo, três educadoras do Espaço Compartilharte, todas da comunidade, participam, pela primeira vez, do Fórum Mundial de Educação e, posteriormente, do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Nos anos seguintes, a equipe participa de cursos de elaboração e avaliação de projetos, legislação e contabilidade para o terceiro setor, políticas públicas e empreendedorismo social.

Amplia-se também a rede de parceiros e projetos, premiações e reconhecimentos, conforme reunido nos relatórios anuais do Espaço Compartilharte:

**1999**

Projeto Veredas da Criação

Parceria com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) / Área de Desenvolvimento Social / Programa de Apoio a Crianças e Jovens em Situação de Risco Social

2002

Projeto Arte, Cultura e Educação como instrumentos na construção de Direitos da Criança e do Adolescente

Parceria com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) / Programa de Apoio a Crianças e Jovens em Situação de Risco Social-Linha Educação / Modalidade Arte e Cultura
Experiência Sistematizada: “Arte, Cultura e Educação como Instrumentos na Construção de Direitos da Criança e do Adolescente” oferece ferramentas pedagógicas para educadores sociais e professores trabalharem os Direitos da Criança e do Adolescente

Projeto Arte-Educação na Construção de Valores e Direitos Humanos
Parceria com o Ministério da Justiça/Secretaria de Estado dos Direitos Humanos

Projeto de Formação de Conselheiros de Direitos e Tutelares
Parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro/Secretaria de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro/Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

Experiência sistematizada: o Espaço Compartilharte é reconhecido pela realização de cursos de capacitação e material didático voltados à rede de garantia de Direitos da Criança e do Adolescente – gestores, profissionais e voluntários; Conselhos Tutelares e de Direitos; Vara da Infância e Juventude – resultantes da experiência acumulada nos projetos sociais e educativos que têm como foco os Direitos da Criança e do Adolescente

2003

Projeto de Capacitação de Conselheiros de Direitos e Tutelares no Sistema de Informação para a Criança e o Adolescente/SIPIA

Parceria com a Presidência da República/Secretaria Especial de Direitos Humanos/Furnas Centrais Elétrica

Projeto Messias, o Mensageiro da Esperança

Finalista do Prêmio Cultura Nota 10

UNESCO/Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro/ICCV

PRÊMIO CIDADANIA 2003 como melhor Projeto de Educação Complementar à Escola em parceria com a Intelig Telecomunicações
A partir desta parceria, o Espaço Compartilharte desenvolveu e sistematizou a experiência de capacitação e consultoria em Responsabilidade Social e Voluntariado voltados a empresas e organizações sociais – gestores, profissionais e voluntários

Projeto Cultura de tantos saberes: Boi-Bumbá de tantos lugares
Semifinalista do PRÊMIO ITAÚ-UNICEF

2004

Projeto Criança Esperta não Entra pelo Cano - metodologia e profissionais do Espaço Compartilharte no planejamento e desenvolvimento de atividades educativas e recreativas que visavam informar e conscientizar as crianças e jovens sobre os riscos de se

brincar na área da obra da nova Adutora Guandu-Reduc, nos municípios de Queimados, Nova Iguaçu e Duque de Caxias
Parceria com a PETROBRÁS e Casa do Cliente Comunicação e Marketing

Experiência sistematizada: oficinas registradas e reunidas em material didático

Projeto Compartilhando a Arte de Brincar

Vencedor nacional, na categoria convivência comunitária, do Prêmio Criança da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente

Experiência sistematizada e publicada: "Compartilhando a Arte de Brincar: a experiência do Espaço Compartilharte no fortalecimento da Convivência Comunitária"

2005

Finalista do Prêmio ABERJE 2005 (Associação Brasileira de Comunicação), na categoria Comunicação Integrada Empresarial
Parceria com a Casa do Cliente Comunicação Integrada;

Projeto Canoas e Redes: Espaços para Compartilhar Lugares para Aprender como finalista

Finalista do Prêmio Itaú-Unicef

Tecnologia Social "Biu-porã: compartilhando espaços promotores de saúde em comunidades rurais"

Certificação na 6ª Edição do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social

Experiência registrada e certificada

2004/2007

Projeto Convivência Familiar e Comunitária

Parceria com o Instituto Desiderata

Experiência sistematizada e publicada: "Da arte de compartilhar: uma metodologia de trabalho social com famílias" (edição esgotada a partir da seleção do livro pela Biblioteca Nacional).

Metodologia já adotada em três municípios

2006/2009

Projeto Vereda do Desenvolvimento Sustentável da Comunidade de Canoas: um projeto Demonstrativo da Conservação da Mata Atlântica
Parceria com o Ministério do Meio Ambiente/Subprograma de Projetos Demonstrativos para Conservação da Amazônia-Componente Mata Atlântica/MMA-PDA/GTZ/KFW

Experiência sistematizada e publicada eletronicamente

2007

Cartilha da Família: Compartilhando a leitura dos direitos

Seleção de Projeto de Inclusão Social pelo Conselho Municipal de Assistência Social / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social / Prefeitura Municipal de Teresópolis

(Adaptado de trechos de relatórios institucionais, 2011).

Aos poucos, o trabalho também vai se reconfigurando, sendo levado para outros espaços, comunidades, municípios e estados. Localmente, o Espaço Compartilharte busca ampliar a capilaridade de suas práticas e amplia

ações nos equipamentos das comunidades, ruas, praças e escolas públicas. Novas bandeiras são incorporadas a partir da transversalização de eixos e campos temáticos da ação coletiva, e dentre elas incorpora-se, sobretudo, o debate sobre a justiça ambiental e o desenvolvimento sustentável no cotidiano dos projetos da instituição.

Este percurso não foi vivido de forma contínua, sem conflitos ou desencontros, implicando também em retrações e controvérsias. Ao lado do crescente reconhecimento nacional e internacional – importante fonte de legitimidade e retroalimentação do trabalho – a instituição, nos mais de vinte anos de trabalho, nunca recebeu apoio financeiro do poder público municipal.

O único projeto oficialmente aprovado consistia na pesquisa e disseminação de um mapa da rede socioassistencial do município. Em um cronograma de doze meses de trabalho, a instituição receberia R\$12.000,00 (doze mil reais)⁴⁴. O desembolso não foi cumprido pela prefeitura e, após meses de negociação, o convênio foi cancelado por iniciativa do Espaço Compartilharte.

Entendendo que um trabalho como este não envolve somente a sustentabilidade financeira, mas também a sustentabilidade política e pedagógica; com este acontecimento, a equipe do Espaço Compartilharte questionava sua sustentabilidade local/municipal.



É importante que a gente use este momento para refletir não somente sobre os 12.000,00 que não serão recebidos ou o mapeamento que não será realizado, mas principalmente para pensar nas alianças e parcerias possíveis com o poder público municipal.

É aqui que atuamos e, se queremos transitar no território das políticas públicas e dos direitos – e não do assistencialismo - precisamos dialogar com a prefeitura, a câmara de vereadores, os conselhos, etc. (Espaço Compartilharte, relatórios e atas, 2007).

Poucos anos antes, a equipe do Espaço Compartilharte havia conseguido agendar uma apresentação da instituição na Câmara Municipal, em uma sessão ordinária, o que, a princípio, já seria uma grande conquista. Ao

⁴⁴ Referência de valores: ano de execução/2007.

final da apresentação, a OSC receberia uma “moção de congratulação” pelo importante trabalho prestado ao município. No debate, um dos vereadores, proprietário de uma grande rede de drogarias em Teresópolis, comprometia-se com a instituição, afirmando que, a partir de então, não mais seria preciso comprar remédios, pois ele forneceria o que fosse preciso para o trabalho.

Este encontro entre a OSC e o poder público tornava-se um ícone que pautaria os (des)encontros e (im)possibilidades de trabalhar juntos. Nos relatos da equipe do Espaço Compartilharte está registrado mais um aprendizado nesta trajetória:



Talvez nem mesmo eles saibam qual é seu papel como representantes públicos. Fomos lá com o objetivo de apresentar o que é feito localmente e, apontar possibilidades de disseminar metodologias e experiências para outras comunidades, escolas e organizações do município, através da parceria com o poder público. Recebemos a oferta privada de um empresário que talvez tenha se “esquecido” que ali ele era vereador e que deveria ocupar-se da coisa pública. (Espaço Compartilharte, relatórios e atas, 2005).

Em um entendimento estreito da atuação política como instrumento de transformação social, ao longo dos anos de atuação no município, a entidade passou a ser associada à oposição político-partidária e a partidos reconhecidos como sendo de esquerda, o que culminaria em muitas impossibilidades de efetivação de parcerias locais.



Nosso trabalho é político e não abrimos mão disso, mas somos apolidários. Parece haver uma certa dificuldade de alguns gestores e empresários locais entenderem esta diferença. (Espaço Compartilharte, relatórios e atas, 2008).

Certa vez, em campanha realizada junto à rede de amigos e sócios do Espaço Compartilharte, arrecadou-se kits de material escolar (mochila, estojo completo e cadernos) que foram doados às crianças atendidas em duas escolas públicas locais. A campanha havia sido acordada junto à direção e professores das instituições de ensino, mobilizada pelos recorrentes atrasos na entrega de material escolar, nem sempre suficiente e adequado para o trabalho ao longo de todo ano letivo.

A direção do Espaço Compartilharte foi convocada pela Secretaria Municipal de Educação e, frente à área jurídica daquela repartição, foi convidada a assinar certo “termo de retratação”, pois com a campanha parecia que estaríamos acusando a municipalidade de omissão. Neste período, aguardávamos, há meses, uma oportunidade na agenda da equipe daquela secretaria para propor novos projetos em parceria de modo a viabilizar a expansão das ações complementares à escola formal para outros bairros. As propostas não acarretariam em custos para o município. Esta reunião e parceria nunca se efetivaram.

Acompanhar as práticas do Espaço Compartilharte possibilita ainda questionar se o caráter público da atuação das OSC e de sua relação com o poder público depende somente da ideologia ou do partido que está oficialmente no poder. Nos anos iniciais de trabalho, havia uma tradição conservadora que marcava as políticas públicas no município.

Em 2002, quando Lula iniciou seu primeiro mandato, o Espaço Compartilharte vinha disseminando suas metodologias por outros estados do Brasil, sobretudo através de capacitação e consultorias. Outras escolas e organizações sociais do município nos procuravam com a expectativa de replicarmos as experiências sociais e educativas sistematizadas em nossos projetos.

Há, nos relatos da instituição, clara expectativa de consolidação e ampliação dos espaços de participação e do diálogo entre o governo federal e as Organizações da Sociedade Civil. Em uma reunião em Brasília, com os primeiros gestores do Programa Fome Zero, a presidente do Espaço Compartilharte escutaria uma frase que reuniria uma marca do novo governo:



Vocês a partir de agora, são o maior concorrente do governo. Nós vamos trabalhar na captação de recursos e parcerias para o Programa Fome Zero. (Espaço Compartilharte, relatórios e atas, 2002).

Esta percepção aparece também nos relatos dos entrevistados:



Tem uma diferença muito, muito, muito grande entre o governo do PSDB e o governo do PT, onde o governo do PSDB trazia essa visão muito mais forte, essa visão intersectorial e o governo do PT traz uma visão estatista muito mais forte. Com essa visão mais estatista, o público é do Estado e não o público é dos vários setores, simplesmente a lei de OSCIP não pegou porque não era interessante porque não estava dentro da política de estado, da política de governo do PT, né. Eu acho que o PT fez um excelente trabalho no SUAS, no SUS, no sistema de educação com o FUNDEB no lugar do FUNDEF, eu acho que avançou muita política pública do Estado, mas ela foi cega no PT em relação à sociedade civil, qual a relação da sociedade civil, como se você chegasse lá no governo, em qualquer ministério, eu sou ONG, “qual é o seu papel?”, a gente chegou, nós somos a sociedade civil, nós estamos no estado agora, pra que que precisa de sociedade civil? (A.S., jornalista e antropólogo, diretor de OSC, São Paulo, 2012).



Eu acho que do ponto de vista do cenário político, tem uma mudança grande porque a linha ideológica do governo central é uma linha de realização de ações diretas, digamos, de responsabilizar o estado de executar aquilo diretamente, como dever do estado de execução direta e nessa linha de execução direta, o trabalho das organizações ficou bastante desvalorizado para não dizer deslegitimado. (S.G., assistente social, professora, pesquisadora e participante de OSC, São Paulo, 2012, grifos nossos)

Seguir a gênese destas práticas possibilita ainda perceber que este debate é mais complexo que simplesmente afirmar que no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), ou nas chamadas políticas neoliberais, a ação social estava terceirizada e que agora, no governo do Partido dos Trabalhadores (PT), o estado assumiria seu papel de provedor. Uma vez mais é importante ampliar olhares e entendimentos sobre a sustentabilidade da atuação das OSC para além do financeiro, mas também e, sobretudo de modo a incluir o pedagógico e o político, aí incluídos os modos de relacionamento entre OSC e poder público.

Em 2009, quando o Partido dos Trabalhadores elege, pela primeira vez, um prefeito em Teresópolis, novas esperanças e mobilizações são colocadas em jogo, conforme relatos de reunião do Espaço Compartilharte:



Lutamos de certa forma pela democratização e acreditávamos que com a chegada da esquerda ao poder, poderiam acontecer novas possibilidades de articulação e parceria com o poder público. Pensávamos, por exemplo, que seria a oportunidade de levar nossas metodologias para as escolas municipais: potencializando a merenda escolar, os vínculos com as famílias e comunidades, o uso da arte e da cultura na educação, os Direitos da Criança e do Adolescente...

Mas nada disso aconteceu. (Espaço Compartilharte, relatórios e atas, 2010).

Dirigentes do Espaço Compartilharte foram “convidados” a assumir a presidência de conselhos municipais, esquecendo-se igualmente o caráter público destes cargos, que supostamente deveriam ser eleitos pelos conselheiros e seus representantes. Frente à recusa, éramos questionados: “*se não podemos contar com vocês, nesta hora, quando vamos contar?*” Novamente, assistimos a escolha e definição de secretários municipais e de suas equipes sem que os princípios da impessoalidade, publicidade e transparência fossem seguidos.

Outros acontecimentos culminariam na inserção do Espaço Compartilharte como aquele que não negocia “*nem com a direita nem com a esquerda*”: um confronto vivido em uma Conferência Municipal, onde o secretário impunha a eleição de representantes de OSC que não possuíam um histórico de atuação no município, sendo “*trazidos de fora, como militantes nos quais se podia confiar*”; uma proposta de parceria que inseria o Espaço Compartilharte como executor de um projeto de capacitação que beneficiaria centenas de pessoas, mas que uma porcentagem teria que ser repassada a uma liderança de outro estado, sem que “*precisássemos*” acompanhar o que estaria sendo feito com os recursos públicos...

Acompanhar a gênese e refletir sobre os cenários que compuseram o encerramento das atividades do Espaço Compartilharte implica reconhecer a multiplicidade e irredutibilidade de fatores que configuram um trabalho como este. Assim, não se trata de afirmar que o cenário político local ou a própria crise de financiamento são os únicos fatores que determinariam seu desfecho. É preciso prosseguir um pouco mais esta viagem...

4.3. Da crise à reinvenção do sonho

A primeira década do novo século terminaria configurando novos e mais complexos desafios para a atuação da sociedade civil no fortalecimento da democracia. Nacionalmente, modifica-se a própria concepção das políticas sociais que, mais que nunca, passam a estar atreladas à política econômica e à recomposição do salário mínimo o que geraria, para alguns, um círculo virtuoso ao alterar os padrões de consumo e produção, emprego e renda, empoderando economicamente as famílias que estavam na base da pirâmide.

O debate sobre a pobreza passa a requer, mais e mais, olhares heterogêneos. O Brasil passa a ser considerado um país emergente. Há uma universalização sobretudo das políticas de educação e saúde básica. Com a crescente institucionalização das OSC, há também um recrudescimento dos movimentos sociais e a fragmentação de determinadas bases de apoio, militâncias e formas de mobilização. As prioridades, modos de atuação e bases de financiamento das OSC reconfiguram-se.

Conforme aponta ROSSETTI (s/d: 270 e segs.)



O ambiente de financiamento da década de 1990 sofreu grandes alterações nesta última década: a ideologia de um Estado maior é mais hegemônica; a cooperação internacional ou saiu ou passou simplesmente a angariar fundos no país, ou concentrou seus investimentos em organizações maiores; as empresas têm preferido operar projetos sociais próprios, de modo que há menos doações de recursos em formato tradicional. Isto conduziu a uma crise estrutural para a sustentabilidade das OSC (...) A Fundação Kellogg fechou seu escritório no Brasil em agosto de 2009. A Fundação Ford passou de mais de dez programas para apenas quatro. A Novib anunciou a sua partida. Desde 2008, a USAID tem vindo a aplicar o seu dinheiro de responsabilidade social sobretudo na promoção das conquistas do investimento empresarial social norte-americano no Brasil. Também desde 2008, a britânica Charities Aid Foundation vem prestando serviços a famílias ricas através da organização local de apoio IDIS (Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social). Em 2009, a Save the Children fundiu-se com a Fundação ABRINQ...

A questão do financiamento dos projetos e organizações abre ainda múltiplos desdobramentos, reverberando não somente na discussão sobre o papel e as finalidades destas organizações, como também faz ressonâncias sobre as relações destas organizações com o governo e com a iniciativa privada.



Tem uma pergunta chave que é como é que as ONGs se sustentam, né. (T. L., jornalista e pedagogo, Diretor de OSC, Conselheiro Municipal de Assistência Social, Teresópolis, 2012)

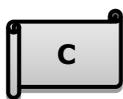


Qual é o nosso papel porque eu acho que isso está meio perdido na pergunta das ONGs, de algumas ONGs, entendeu? Pra garantir algum tipo de recurso, etc e tal, qual é o nosso papel ficou um pouco perdido. (E.M., antropóloga, professora e pesquisadora, participou de OSC, Rio de Janeiro, 2012)



A relação com o governo ficou muito confortável para todo mundo. O governo não precisa mais fazer, ele pode delegar para essas organizações. Por outro lado, delega a base de condições legítimas porque legais, de certa forma, mas que literalmente estrangularam o desenvolvimento da atuação destas organizações. Só que em nome de não perder esse mínimo, as organizações também se acomodaram. Então as organizações também preferem também não discutir o marco tributário porque vão perder as certidões e se perdem as certidões não recebem o dinheiro do governo. Não discutir o marco das relações contratuais envolvendo recursos humanos porque na verdade é isso, o governo não vai pagar encargos sociais, os editais não vão pagar encargos sociais e a relação é essa: a organização não quer perder o financiamento dela. Então o que acabou acontecendo é que a relação ficou tão contaminada que ficou muito bom para o governo. (D.S., advogado, Rio de Janeiro, 2012)

Ao lado da crise de financiamento, configura-se, fortemente, uma crise de legitimidade destas práticas, onde a valoração ou importância das OSC está em cheque, a partir do não reconhecimento de que estes trabalhos produzem um tecido social que sustenta valores democráticos, critérios de convivência, projetos de vida. É como se este trabalho passasse a ser prescindível ou desnecessário ou mesmo algo a ser evitado.



A sociedade civil deixou de ser encarada como panaceia para os desafios sociais – por vezes chega a ser considerada parte do problema. Aos olhos do público brasileiro, a corrupção endêmica tem contaminado as relações entre governos e organizações da sociedade civil. Quando distribuem fundos, os governos tendem simplesmente a terceirizar políticas públicas para as OSC, com contratos muito rígidos e redução de custos, em lugar de investir no desenvolvimento da autonomia e da qualidade dessas organizações da sociedade civil. (ROSSETTI, s/d: 274)

No dia 09 de agosto de 2013, completamos 16 anos da morte de Herbert de Souza, o Betinho, um dos fundadores do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), uma OSC fundada em 1991 e que ainda hoje é referência neste cenário. Durante todo mês, amigos e colaboradores

escreveram crônicas sobre Betinho, dentre eles, Cândido GRZYBOWSKI, sociólogo e atual diretor do IBASE.

Sua “conversa com Betinho” traz, de modo único, um interessante painel sobre o que temos vivido:



*Caro Betinho,
Como você está? Onde você anda? Há tempos não temos notícias suas. Volta e meia a saudade bate forte.(...)
Sabe Betinho, estamos vivendo no Brasil e no mundo um momento onde o que parecia sólido se desmancha, as ideias e certezas saem de seus lugares um tanto dogmáticos e o desafio é repensar quase tudo. Momento de muitas possibilidades, sem dúvida. De muitos riscos, também. Será que seremos capazes de radicalizar a democracia? Nós, aqui no Brasil, desde junho deste ano, trouxemos a democracia de volta à sua origem, às ruas, ao espaço público. Parece que se esgotou aquela onda de democratização gestada contra a ditadura e o desafio é criar uma outra com base na cidadania, a verdadeira força instituinte e constituinte, como você nos ensinou. Você foi um personagem de frente no processo, sobretudo com a sua liderança de memoráveis campanhas cívicas, a partir da cidadania e com apoio do Ibase – a organização de cidadania ativa que você criou na volta do exílio, em 1981.
Depois que você foi morar num lugar distante do cosmos, se passaram várias coisas por aqui. Não foi fácil enfrentar a globalização neoliberal, que pôs tudo à venda em nome do mercado. O cassino tomou conta de nossas vidas, em quase todos os países. Grandes conglomerados econômico-financeiros passaram a ser o poder real no mundo e transformaram o Fórum Econômico Mundial, na estação de esqui de Davos, no seu espaço de celebração de hegemonia. Mas a rebeldia cidadã deu passos gigantes neste período. Ainda em fins de 1999, em Seattle, a cidadania conseguiu parar as negociações lideradas pela OMC. Surgiam sinais de uma cidadania planetária. O Fórum Social Mundial foi a melhor resposta que demos ao sistema. Em fins de janeiro de 2001, nos dias do FEM de Davos, criamos o primeiro FSM em Porto Alegre. A partir daí tivemos uma década de multiplicação de Fóruns como “usinas de ideias” da cidadania, num novo modo de fazer política participativa, com respeito e valorização da diversidade social e da multiplicidade de visões e perspectivas, sem protagonismos dogmáticos. O Ibase apoiou corajosamente a iniciativa desde o seu começo. Você, Betinho, deixou pistas para o Ibase entrar nesta aventura e acho que até nos saímos bem. (GRZYBOWSKI, 2013, grifos nossos)*

A ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais) vem liderando a discussão sobre a necessidade de construção de um novo marco regulatório para as Organizações da Sociedade Civil. A imagem veiculada pela Associação mostra o quanto este campo-tema pode ser visto *como um fluxo de relações heterogêneas entre elementos justapostos.*



Fonte: Plataforma por um novo marco regulatório para Organizações da Sociedade Civil, 2013. Disponível em <http://plataformaosc.org.br/>

Um Projeto de Lei (PL) reúne proposições que pautam o relacionamento destas organizações com o Estado, assim como o acesso ao financiamento e uso de recursos públicos. O texto deste PL aponta:



Há um movimento de criminalização das organizações por parte do Estado e dos veículos de massa da mídia e as propostas que visam garantir transparência ditam profundo controle e engessamento dos processos, dificultando e muitas vezes até impedindo a ação ou continuidade de projetos de interesse público e social. Diante disso uma nova legislação deverá estabelecer regras específicas para cada tipo de organização, para evitar que esses problemas se mantenham. (ABONG, PL dispõe sobre o marco regulatório das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, propõe novas formas de relação com o Estado a partir da redefinição de regras de acesso e uso de recursos públicos em diferentes naturezas jurídicas de relação entre as partes e cria o Termo de financiamento público direto)

No dia 16 de agosto de 2012, a entidade realizou o Seminário intitulado “A quem interessa o fechamento das ONGs: marco regulatório em discussão”. A proposta buscava fortalecer as iniciativas das organizações sociais, ressaltando sua importância histórica para o fortalecimento da democracia e,

ao mesmo tempo, discutir os riscos de deslegitimação e recrudescimento destes trabalhos.

Seminário: A quem interessa o fechamento das ONGs?
 Marco Regulatório em discussão

Data: 16 de agosto (quinta-feira)
 Horário: 9h às 17h
 Local: Hotel Monte Alegre/RJ (Rua do Riachuelo, 213 - Lapa)
 Organização: ABONG/Regional Sudeste
 Inscrições pelo e-mail abongsudeste@gmail.com
 Mais informações pelo telefone 21-2544 0808 (Camtra) / 21-3852 0080 (Cedaps)
 VAGAS LIMITADAS!

Abong ORGANIZAÇÕES EM DEFESA DOS DIREITOS E BENS COMUNS

Fonte: Associação Brasileira de Organizações Não governamentais (ABONG), 2013. Disponível em <http://abong.org.br/>

Novamente as palavras de GRZYBOWSKI (2012, grifos nossos) falam dos desafios atuais:



O momento é difícil para a sociedade civil. Parece que após estas décadas de democratização, chegamos a um ponto em que seríamos até dispensáveis, especialmente as ONGs, a acreditar no discurso conservador que domina nossa mídia e contamina o sistema político todo. Enganam-se os que pensam que este clima de denúncias vai intimidar as entidades e movimentos. Vamos usar a adversidade como oportunidade para nos refundar e radicalizar nosso papel como fermento democrático transformador, que faz da cidadania, de todos os direitos, dos bens comuns e da sustentabilidade da vida como as bases do viver coletivo para todas e todos.

Nosso “roteiro de preocupações” que pautou as conversas-entrevistas, começou com a reflexão sobre “O que temos para perguntar para quem faz as Organizações da Sociedade Civil hoje” e encerrou-se com um convite para

pensarmos certa “prospecção ou visão de futuro – em termos dos possíveis desdobramentos, realizações, obstáculos e desafios; das estratégias sugeridas para superação dos obstáculos e para avaliar o sucesso/insucesso dos caminhos trilhados” (PEDRO, 2010: 14).

Algumas narrativas reúnem uma percepção de esvaziamento da participação e do encantamento:



ONG é capital social, né, ONG é riqueza de um país, ONGs são pessoas se associando por uma causa pública (...) Tem essa ameaça à democracia presente, nesse momento, que é essa ameaça ao capital social de base no Brasil. (A.S., jornalista e antropólogo, diretor de OSC, São Paulo, 2012).



A gente vai ter que se reinventar. A gente analisa a história, todas as rupturas institucionais severas mundiais, elas foram pautadas por algumas sinalizações prévias que quase que garantiam ao ser humano de que ele podia dar aquele passo porque alguma coisa para a sua reinvenção já estava inventada. E aí com base naquele embrião, dava-se a ruptura institucional e a partir da ruptura então se colhia aquele embrião que estava tão embrionário ainda que ficava protegido da ruptura. E aí eu acho que esse micro, micro, micro é algo que tem que ser plantado, protegido, mantido de forma embrionária. (D.S., advogado, Rio de Janeiro, 2012).



Eu estou muito perplexa, não sei eu não tenho essas respostas... agora eu acho que você tem razão, as organizações da sociedade civil, elas têm sido demonizadas, ninguém quer mais ser ONG, né, como queria há 20 anos atrás, não quer mais porque foram demonizadas, agora o que é interessante é que se você for abrir os jornais, e começar a fazer um trabalho de ver aonde a palavra ONG aparece, você vê na época das CPLs, ao mesmo tempo você tinha a demonização das ONGs e no mesmo no jornal você tinha o elogio de vários projetos sociais que são chamados de ONGs, inclusive ONGs que fazem trabalhos de advocacy, de lutas, etc e tal, mas o nome ONG não aparecia associado aquilo, entendeu, então o que eu quero dizer é o seguinte: dá visibilidade a organizações da sociedade civil, o nome ONG é que parece que ficou um pouco queimado (...)

O que que eu desejo? Olha eu acho o seguinte: é o tal negócio né, eu acho que a essas alturas do campeonato, o pessoal da minha geração, que continuou nisso, né, eu acho que a gente fica meio cansado, né? Por outro lado, não tem outra coisa pra se fazer. Se você quiser fazer alguma coisa... O que eu desejo? Se eu tivesse que fazer um desejo (rsrs), nesses termos mesmo? É que se criem, aí não precisa... não vou esperar isso do mercado, é claro que o mercado é diversificado, você pode ter aí contribuições de organizações, de pessoas, de gente, né, mas do mercado não vou esperar. O Estado e a sociedade civil são intermináveis, né, então quer dizer ééé... (silêncio) que as sociedades né, enfim, que a sociedade brasileira, que não tá tão horrível perto de outras, que se criasse um terreno mais vital de ações, de motivações para o público, entendeu? Porque é tudo ING, né (???) tudo não, muita coisa despolitizada, né, os desenhos participativos também são emperrados, né, então eu esperaria a criação de um terreno mais vital, mais vigoroso de

organizações que pudessem disputar mesmo alguns, tô falando de uma coisa quase que tradicional, mas eu acho mesmo, quer dizer, que pudessem trazer para a sociedade projetos, ideias, formas de ação, né, e que estimulasse a participação e a transformações no sentido de mais democracia, enfim, de menos desigualdade, eu acho que o terreno da sociedade civil é muito importante pra isso (...)

Uma nova utopia. Essas coisas eu até gostaria que elas fossem mais fortes que os jovens se envolvessem mais, mas enfim, mas não sei o que eu quero pro futuro, a essa altura eu quero pro presente, sabe? Que os movimentos se fortaleçam, mas não tá muito fácil... (E.M., antropóloga, professora e pesquisadora, participou de OSC, Rio de Janeiro, 2013, grifos nossos).

NO ESPAÇO COMPARTILHARTE – UMA ÚLTIMA CENA: Manifestações de 2013 e mais algumas vozes

Com uma última cena “No Espaço Compartilharte”, retomamos o início de nossa trajetória, revisitando um trecho do primeiro capítulo que diz:



Em junho de 2013, a menos de um ano para concluir esta pesquisa de doutoramento, surgiram, no Brasil, centenas de manifestações que têm reunido multidões de pessoas por todo o país. Uma primeira bandeira aglutinava a insatisfação dos manifestantes frente ao aumento das passagens dos transportes urbanos. (...) Seguindo uma tendência que parece ter começado em diversos países do mundo, em 2011, as manifestações que começaram em junho de 2013, no Brasil, trouxeram reivindicações locais, tornando presente as principais demandas de cada cidade ou região, mas ao mesmo tempo, ganharam escala e ares de solidariedade entre as diferentes nações. (MOREIRA, 2014: trecho do capítulo 1)

Já trabalhando no Rio de Janeiro, participei de algumas manifestações na capital. Meus filhos, então com 11 e 7 anos, me bombardeavam com perguntas, tentando entender o que estava acontecendo. No colégio, Pedro, o mais velho, perguntou à professora de português: “- Professora, toda palavra tem coletivo? Brasil tem coletivo?” Frente à resposta negativa, ele retrucou: “Tem sim. O coletivo de Brasil é manifestação”.

Na primeira manifestação marcada em Teresópolis, decidimos, juntos, participar. Caminhamos, pacificamente, pela avenida principal da cidade, reencontrando amigos e conhecidos, reencontrando bandeiras e lutas, renovando sonhos e formas de mobilização.

Em frente à Prefeitura, encontramos F.D., hoje com 24 anos, jovem que frequentou o Espaço Compartilharte em sua infância e adolescência. Ele trazia um cartaz reivindicando mais horários na linha de ônibus que atende Canoas: antiga “bandeira” liderada pelo Espaço Compartilharte junto a algumas lideranças comunitárias. Dias antes, ele entrava em contato comigo, pelas redes sociais, pedindo-me alguns dados do censo comunitário que construímos juntos, em 2000. Ele queria informações que servissem de argumentos para embasar um abaixo-assinado endereçado à prefeitura e à única empresa de ônibus do município. Caminhamos juntos, nos abraçamos, prosseguimos, para, em seguida, nos despedirmos e, cada um, continuar sua caminhada.

Em cada passo dado, eu pensava que certamente estaríamos vivendo um outro momento, mais complexo e imbricado que o início da década de 90. Agora, os jovens de Canoas mobilizam-se pela rede, agenciam-se coletivamente, lançando mão de novas ferramentas e possibilidades de luta. Mantêm-se, ao mesmo tempo, lutando para conquistar um direito básico de ir e vir, bandeira primeira que o Compartilharte abraçou, ainda não garantida para as pessoas que vivem ali. Estranho tempo que nos desafia para prosseguir...

Três meses depois, em setembro, recebo nova mensagem de F.D., pedindo-me a logomarca do Espaço Compartilharte em alta definição. No dia 27 de setembro de 2013, faríamos vinte e dois anos de trabalho. Para celebrar a data, F.D. abriu uma página do Espaço Compartilharte nas redes sociais. Imagens, depoimentos, narrativas, histórias, desenhos e fotos postados nas redes para compor novos fios, tecer novos mapas. É ele mesmo quem apresenta a instituição e convida a todos para continuarem construindo esta história.



O Espaço Compartilharte no dia 27 de Setembro de 2013 completaria 22 anos de atuação. Apesar de hoje não existir fisicamente, a instituição permanece viva em todos os que participaram em diversos momentos de uma forma direta ou indireta. O objetivo da criação desta página é para que possamos refletir sobre o importante papel nos diversos eixos: sociais, políticos e nas melhorias e conquistas para Canoas, Teresópolis, Região Serrana, Rio de Janeiro e para diversos Estados e Pessoas. Ajude-nos a montar um acervo online... Publique sua foto, faça seus comentários e depoimentos. Vamos costurar uma linda colcha, cheia de retalhos e cheia de histórias e emoções.

(Disponível em <https://www.facebook.com/espacocompartilharte?fref=ts> Postagem de F.D., hoje com 24 anos, frequentou o Espaço Compartilharte em sua infância e adolescência, 2013).

A gênese deste trabalho não se conclui com o encerramento do Espaço Compartilharte. Nesta construção, é preciso continuar acompanhando silêncios e vozes que compõem este mapa. Neste processo, os órgãos e entidades com as quais a OSC mantinha alguma interface, foram oficialmente comunicados. Interessante notar o silêncio dos conselhos gestores, instância formalmente criada para exercer o controle social, fortalecer e acompanhar as políticas públicas nos âmbitos municipal, estadual e federal, “*canais efetivos de participação, que permitem estabelecer uma sociedade na qual a cidadania deixe de ser apenas um direito, mas uma realidade. A importância dos conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas*” (Disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/controleSocial/ConselhosMunicipaiseControleSocial.asp>)

Como deixar de ouvir o silêncio dos canais que efetivam a cidadania como realidade? Realmente é preciso lembrar o que temos problematizado anteriormente: cidadania, democracia e participação não estão dadas nem como realidades nem como objetos de investigação. Carecem de construção permanente, convidam múltiplas vozes para prosseguir...



Lurdinha e Mariana: Eu poderia ler esta carta sem lágrimas nos olhos, pois há muito acompanho este trabalho, as decisões tomadas e tudo o que vem significando fechar o Espaço. Nem sempre estive compartilhando, mas pude fazer o exercício de observar, mesmo distante em muitos momentos, o que acontecia para além das minhas percepções mais imediatas. Portanto, quase não consegui chegar ao final da carta. Soma-se a isso, o fato de estar envelhecendo e tudo tem um certo sabor de que algo vai terminando a nossa volta. Para nós, nascidos aqui no "patropi", o fechamento do Espaço representa uma perda, no sentido de possuir dispositivos que façam uma intervenção na nossa dura e surpreendente realidade. Mas o Espaço não fez da sua trajetória um mar de lamentações ou de bravatas esquerdistas diante de tantas dificuldades, obstáculos, sabotagens. Pode comemorar, sempre, o fato de ter dados passos incríveis! Acima de tudo, foi capaz de colocar em sua caixa de ferramentas a alegria, a ternura e a compaixão, palavra tão esquecida por todos nós.... É por isso que, se algo termina, a história segue seu fluxo. O Espaço termina, sua história continua, e continuará sempre nas bocas, nos corpos e emoções daqueles que foram capazes de se aproximar de algo pleno de tanta intensidade, invenção, transformação. Não falo, e nem devo, falar por todos, mas, muito obrigado por durante anos ter nos permitido viver momentos de tanta dignidade e cidadania!!!

Por uma história que não encerra sua narrativa, nunca...

(R.L., acompanhou o trabalho do Espaço Compartilharte, Teresópolis, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como foco a problematização sobre a atuação da sociedade civil no fortalecimento da democracia, no Brasil, nas últimas décadas. Reconhecendo a heterogeneidade e multiplicidade teórica, conceitual e de experiências, a abordagem proposta não se deu em direção ao consenso, mas no desafio de dialogar com e nas controvérsias, multiplicando vozes e versões deste campo-tema.

Tomamos como ponto de convergência, a ação de pessoas, grupos e organizações que se mobilizam, na esfera privada, em torno da causa pública e que têm o princípio democrático como projeto político que norteia as bases da convivência em sociedade.

Reconhecendo a produção de conhecimento como processo-intervenção de construção de mundos possíveis que se fazem o tempo todo nas práticas, tecemos uma cartografia de controvérsias (LATOUR, 1989), tomando as experiências da OSC Espaço Compartilharte como porta de entrada, a partir da qual buscamos acompanhar as práticas nas quais se materializam múltiplas formas de participação da sociedade civil.

A tese foi organizada em quatro capítulos. Iniciamos nosso texto, reunindo rastros e pistas sobre as transformações e controvérsias vividas, atualmente. As manifestações de 2013 compuseram, como “um campo que arde como brasa”, o início de nossa trajetória, contribuindo para configurar nosso campo-tema. A partir delas, passamos a discutir alguns sinais que falam de um possível esgotamento de formas de participação da sociedade civil. Com as manifestações, impõe-se, muito fortemente, a busca por ocupar, de modos distintos, os espaços públicos e participar, de múltiplas formas, da vida política.

No segundo capítulo, discutimos algumas das estratégias de produção de conhecimento utilizadas. Partimos da ideia de mal entendido promissor (DESPRET, 1999) reforçando a construção de um texto-investigação que se abra a mais vozes e multiplique versões. Discutimos ainda, de forma mais sistemática, a opção pelo uso da cartografia como método tenaz para

acompanhar processos que estão acontecendo ao mesmo tempo em que buscamos conhecê-los.

Nos terceiro e quarto capítulos, seguimos rastros e pistas de algumas práticas sociais no Brasil, problematizando a história não com o intuito de reconstituir uma suposta origem dos projetos e organizações sociais, mas na busca por acompanhar de que modo determinadas condições singulares geraram configurações e reconfigurações destas práticas e que reverberações isso tem gerado hoje. As cenas vividas no Espaço Compartilharte alinhavaram um mapa tecido por narrativas locais e de outros territórios.

A experiência do Espaço Compartilharte, aqui tomada como campo de dispersão, potencializou a problematização sobre as controvérsias e possibilidades de reinvenção dos modos de atuação da sociedade civil no fortalecimento da democracia. Aprender e ensinar a participar foram construções tecidas no cotidiano do trabalho da instituição. A proposta político-pedagógica de uma educação para cidadania permeava todos os espaços e relações da OSC, configurando-se não somente nos projetos de atendimento direto, mas também na escolha de mecanismos de gestão.

Ocupar os espaços da comunidade, ocupar os espaços públicos, construir sentimentos de pertencimento, fortalecer as famílias, escolas e comunidades, criando uma rede de relações e cuidados, trabalhar pela garantia de direitos, formar pessoas, inserir a própria comunidade na gestão dos projetos, tecer relações e parcerias, perceber-se como sujeito político: práticas que materializavam uma experiência singular da atuação da sociedade civil no fortalecimento da democracia.

Nesta trajetória, reforça-se a importância histórica das Organizações da Sociedade Civil na construção da vivência democrática. Apontamos, como controvérsia inicial, a percepção de que, nos anos 80 e 90, participar de OSC era uma forma de acolher e encaminhar sonhos, utopias e lutas; e, hoje, há um discurso de criminalização e deslegitimação desta atuação. Estão aí imbricadas cenas que nos falam da necessidade de repensar e reinventar as bases que sustentam – política, pedagógica e financeiramente – estas práticas.

Na década de 90 - quando começam as primeiras atividades do Espaço Compartilharte - há um boom no surgimento destas OSC, a partir de ampla mobilização de novos atores e movimentos sociais. O novo século torna mais complexo este cenário: do sonho à governança, da utopia às ferramentas de gestão, novas práticas reconfiguram o cotidiano de trabalho das Organizações da Sociedade civil.

A partir da possibilidade de acompanhar a gênese destas práticas, intuímos que talvez estejamos vivendo um momento em que é preciso superar visões dicotômicas que nos impedem de transitar entre extremos aparentemente antagônicos. Um futuro possível será mais criativo se conseguirmos construir certas mestiçagens e práticas híbridas que conectem, de modos alternativos, as atuais forças políticas, o que, de modo algum, significa que não haja conflitos neste processo.

Assim, como aponta ROSSETTI, *“enquanto na década de 1990, na maioria das sociedades americanas, assistiu-se a uma movimentação predominantemente no sentido do mercado e da autonomia da sociedade civil. Na década de 2000, a tendência é para uma presença mais forte do Estado. A longo prazo, pode ser mais sustentável tentar equilibrar essas forças políticas – caminho que o Brasil vem aos poucos construindo”*.

O sentimento de esgotamento que aparece, tantas vezes, nesta gênese, talvez nos mostre que estamos vivendo um momento histórico de crise (SANTOS, 2006) onde cabe renovar e continuar reunindo perguntas que nos ajudem a prosseguir: *quais os caminhos de construção de uma sociedade democrática em que a vida seja pautada por alternativas de convivência e justiça social? Como fazer valer mais vozes nesta construção?*

Interessante, neste momento, retomar o anteprojeto, escrito para ingresso neste curso de doutorado, ainda em 2009, intitulado *Genealogia de saberes e fazeres: a construção de conhecimentos em projetos sociais*. Enfatizávamos ali, em diversos pontos, *“por um lado, as transformações do conhecimento técnico-científico e, por outro, as transformações das organizações sociais”*. Ressaltávamos, por exemplo, que *“o ideal visionário de*

que o avanço técnico-científico garantiria o desenvolvimento, o progresso e o bem-estar não se sustenta mais (KERN & MORIN, 1995)”.

Enfatizávamos também o contexto da contemporaneidade no qual, “se por um lado, experimentamos a perplexidade por estarmos assistindo à instabilidade das certezas solidamente prometidas pelo ideal da modernidade, por outro somos convidados a ultrapassar a posição de meros expectadores, ousando construir, criativamente, novas formas e alternativas de ser-estar no mundo e conhecê-lo” (MOREIRA, 2009).

Ora, em síntese, o que ali se dizia era a constatação de que as promessas de um mundo melhor, mais justo, igualitário, do pensamento moderno haviam modificado a razão transformadora numa razão meramente instrumental, na qual o que conta são os fins a serem atingidos, sem considerar os meios utilizados. Será que o mesmo processo estaria permeando também as práticas das Organizações da Sociedade Civil?

Tal qual a máxima do movimento modernista, talvez já saibamos “o que não queremos”⁴⁵ ou os caminhos que não nos cabem mais. Vivemos, assim, um momento em que as promessas de bem-estar e progresso da ciência clássica não se concretizaram, sem controvérsias. Em outro nível, o direito à participação igualmente não basta para a efetivação da cidadania e da vivência democrática. A luta contra a pobreza e a desigualdade, bandeiras que talvez tenham minimamente unificado o ideário das Organizações da Sociedade Civil, torna-se mais complexa a partir da própria movimentação da atual sociedade brasileira.

Com esta tese, em um olhar caleidoscópico, acreditamos ter conseguido nos aproximar de um interessante *diagnóstico dos tempos atuais*, embora seja preciso reconhecer sua provisoriade, parcialidade e incompletude. Quanto à *prospecção sobre o futuro*, e o que pode ser nossas vidas juntos, abrem-se lacunas, novas perguntas e desafios.

⁴⁵ Referência à frase de Aníbal Machado “*Não sabemos definir o que queremos, mas sabemos discernir o que não queremos*”.

É como se vivêssemos novamente – mas agora de outras formas - os primeiros dias do trabalho do Espaço Compartilharte, quando não sabíamos o que iria acontecer, quais os próximos passos e reverberações ganhariam as nossas ações. Fechamos um ciclo, acreditando que o encerramento de um trabalho como este é também uma opção política - política ao afirmar o que queremos ou podemos ser e, sobretudo, o que não queremos ser, fazer, negociar ou vender. Abre-se, agora, um novo ciclo, que demanda a capacidade crítica e criativa. Não temos respostas precisas.

Assim, é importante perceber que a ideia de esgotamento encerra, ao mesmo tempo, o fim de modos de conviver, mas também a possibilidade de reinvenção da utopia e de construção de alternativas. A possibilidade de acompanhar a gênese destas práticas potencializa ainda a reflexão sobre o que nos encanta hoje, o que nos mobiliza e como está a luta destas organizações. Partilhamos com Boaventura SANTOS (1997) certo “*otimismo trágico*”, como se caracteriza o autor, ao reconhecermos os inúmeros e complexos desafios dos tempos atuais, mas igualmente ao recusarmo-nos às clássicas críticas à sociedade capitalista ou à própria ciência moderna, sem que alternativas ou modos de resistências sejam efetivamente construídos, pois, como pontua o autor:



os desafios que nos são colocados exigem de nós que saíamos deste pêndulo. Nem guiar nem servir. Em vez de distância crítica, a proximidade crítica. Em vez de compromisso orgânico, o envolvimento livre. Em vez de serenidade autocomplacente, a capacidade de espanto e revolta. (SANTOS, 1997:19).

Mobilizar perplexidades produtivas, como nos incita Boaventura SANTOS (1997), nos ajuda assim a “*identificar os desafios a que vale à pena responder. Afinal todas as perplexidades e desafios resumem-se num só: em condições de aceleração da história como as que hoje vivemos é possível pôr a realidade no seu lugar sem correr o risco de criar conceitos e teorias fora do lugar?*” (SANTOS, 1997:22).

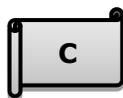
Interessamo-nos pela crítica aos discursos hegemônicos sobre os modos de se conhecer e participar, mas buscamos igualmente reafirmar nossa crença e atuação na construção de “*um outro mundo possível*”, onde o

conhecimento seja um caminho de reinvenção de outras formas de ser e conviver.

A opção pela cartografia como caminho metodológico possibilitou, conforme sinaliza ROLNIK (1989:15), “*dar língua aos afetos que pedem passagem*”. O fim do Espaço Compartilharte não é o fim das Organizações da Sociedade Civil, embora ainda acreditemos que este acontecimento gere possibilidades de repensar e reinventar alternativas e formas de organização e participação.

Como toda cartografia, este é um mapa, um texto possível dentre tantos outros. É, portanto, limitado, parcial, provisório. Dentre os desafios para tecer esta narrativa estão a implicação com este campo-tema que, se por um lado, gerou peculiar riqueza na leitura/tessitura, por outro, em muitos momentos, embrenhou fios, impossibilitou alguns distanciamentos.

GOHN (2010: 14, 15), em texto recente, aponta:



são necessários mais estudos e pesquisas sobre as ONGs para se ter conhecimento de sua realidade, sua natureza, comportamento e papel na sociedade, assim como um controle social qualificado sobre as mesmas. O conhecimento deve ter a experiência como ponto de partida, mas ele não pode ser reduzido à mera descrição dessa experiência. Ele também não pode se ater somente aos aspectos positivos das experiências; o contraditório deve aparecer e ser analisado, e os conflitos devem ser explicitados.

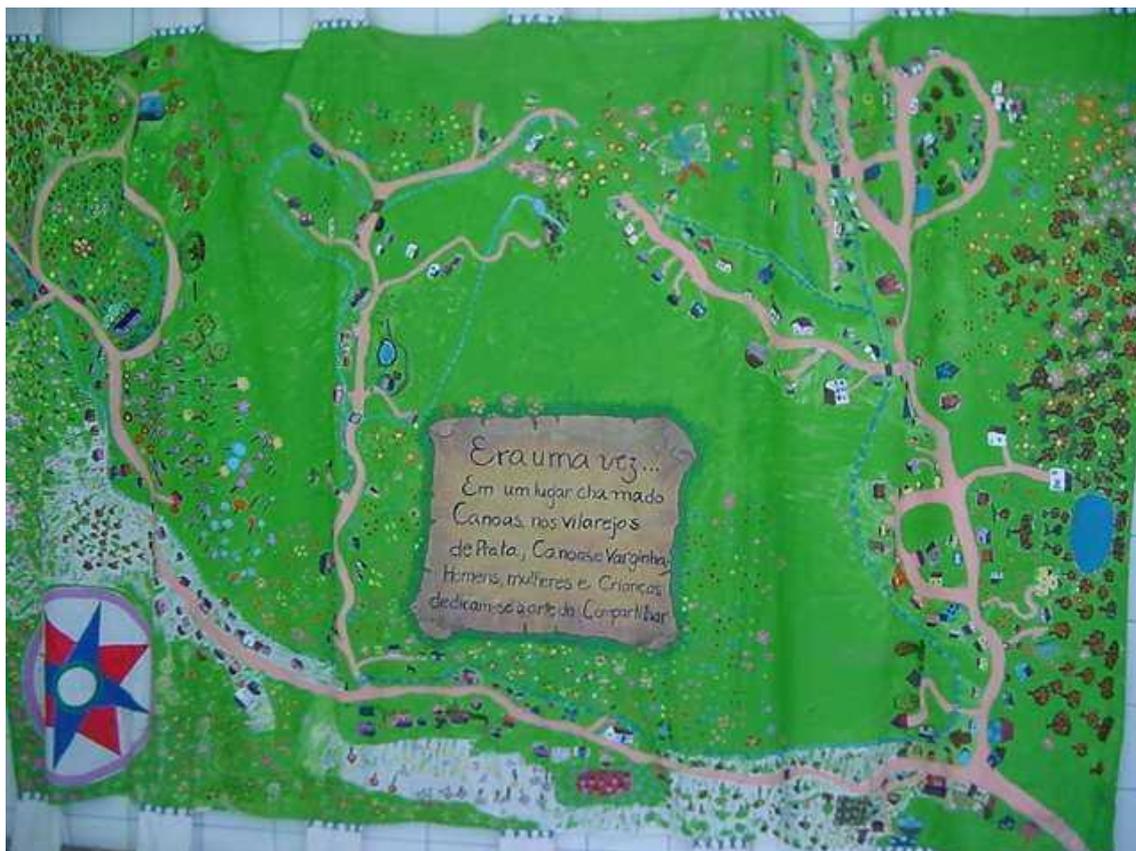
A autora ressalta ainda uma tendência de que pesquisas sobre ONGs sejam feitas por militantes ou profissionais de ONGs, apontando a importância de outros pesquisadores da academia debruçarem-se sobre o tema. Se, por um lado, estas pesquisas *renovariam a própria academia*, por outro, “*dificilmente um ongueiro ou ex-ongueiro se liberta dos condicionamentos da forma de ver e agir no mundo das ONGs*” (GOHN, 2010: 15).

As imagens do “campo que arde como brasa”, do “campo minado” e do “objeto fugidio” fizeram-se presentes, em diferentes trechos deste texto, marcando igualmente um desafio – também com dois lados - desta construção. Por um lado, ressalta-se a atualidade, a complexidade e o movimento de nosso

campo-tema, por outro, é preciso registrar os desafios da análise e da escrita sobre realidades que se fazem ao mesmo tempo em que buscamos conhecê-las.

Um terceiro desafio pode ser visto de modo articulado com os anteriores e fala de certo ineditismo ao trazer a chamada CTS (Ciência, tecnologia e sociedade) para pensar os movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Neste âmbito, espero que as leituras sejam feitas com certa complacência. Aceitando os riscos de trabalhar com um modo peculiar de pensar a produção de conhecimentos, as abordagens aqui trazidas possibilitaram a busca por construir um olhar múltiplo para um campo-tema que foge ao dualismo. Ao lado da riqueza empírica, assumimos ainda o risco de não partir de categorias pré-definidas, mas tecer leituras e reflexões, nas práticas, com as narrativas aqui configuradas.

Uma construção como esta não pede fechamento. Uma cartografia de controvérsias não busca sínteses ou generalizações. O êxito deste texto tecido dá-se pela possibilidade de multiplicar cenas, leituras, conexões e versões. Que venham, assim, outras leituras, outras cartografias, outras redes e mapas para continuar compartilhando destinos.



Fonte: Mapa da comunidade – Acervo do Espaço Compartilharte, 2000.

*“Fracassei em tudo o que tentei na vida.
Tentei alfabetizar as crianças brasileiras, não consegui.
Tentei salvar os índios, não consegui.
Tentei fazer uma universidade séria e fracassei.
Tentei fazer o Brasil desenvolver-se autonomamente e fracassei.
Mas os fracassos são minhas vitórias.
Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu”
(Darcy Ribeiro)*

*“Porque a morte não é ocasião para se chorar,
mas celebrar um fim, uma história.”
(Betinho, 2001)*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABONG. *As ONGs e a radicalização da democracia participativa no Brasil*. 2011. Disponível em <http://www.abong.org.br/informes.php?id=4512>

ABONG, Open Forum for CSO Development Effectiveness. *Consenso de Siem Reap sobre o Marco Internacional para a Eficácia da Contribuição das OSCS ao Desenvolvimento*. São Paulo: ABONG, 2011.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. História. *A arte de inventar o passado*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

_____. *A história em jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia*. In Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.79-100, jan./dez. 2004

ALLIER, J. M. *O ecologismo dos pobres*. São Paulo: Contexto, 2007.

AZEREDO, Beatriz. *Estratégias de desenvolvimento local e políticas públicas* In LANDIM, Leilah e TREVISAN, Maria Carolina (orgs.). Apoio internacional ao desenvolvimento local: experiências sociais com juventudes no Nordeste. São Paulo: Peirópolis, 2009.

BARROS, Laura Pozzana e KASTRUP, Virgínia. *Cartografar é acompanhar processos* In PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia e ESCÓSSIA, Liliana da. (orgs.) *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

BASILIA, Carlos. *ONGs pra que?* Disponível em <http://carllosbem.blogspot.com/2011/02/ongs-pra-que.html> consultado em 13/02/2011

BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BRASIL, Ministério de Meio Ambiente/SubPrograma de Projetos Demonstrativos para Conservação da Amazônia – componente Mata Atlântica. *Guia Prático para Elaboração do Plano de Monitoria do seu Projeto*. PDA/Mata Atlântica. Unidades de Conservação. Brasília, 2005.

BULLA, Leonia Capaverde e LEAL, Maria Laci Moura. *A participação da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social: o desafio de uma representação democrática*. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/973/753> acessado em 28.10.11

CAMPOS, Álvaro de. *Livro de versos*. Lisboa: Estampa, 1993 (1916).

CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação. A ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 1982.

CARNEIRO, Henrique Soares. Apresentação. Rebeliões e ocupações de 2011. In HARVEY, David et. Al. *Occupy. Movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, Lurdinha. *Espaço Compartilharte: História – 1ª parte*. Teresópolis: Espaço Compartilharte, 2006.

COELHO, Simone de Castro Tavares. *Terceiro Setor: um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

DESPRET, Vinciane. *Ces émotions qui nous fabriquent: ethnopsychologie de l'authenticité*. Paris: Les Empêcheurs de Penser en Rond/Le Seuil, 1999.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.

DRAIBE, Sonia. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas In IPEA/EPLAN *Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas*. V. 4 (Políticas sociais e organização do trabalho), Brasília, 1990.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 1999 (2005).

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. "Qu'est-ce que la Critique? Critique et *Aufklärung*". In: *Bulletin de la Société française de Philosophie*, Vol. 82, no 2, avr/juin 1990. (conferência proferida em 27 de maio de 1978).

FREIRE, Paulo. *Educação: o sonho possível* In BRANDÃO, Carlos Rodrigues, CHAUI, Marilena e FREIRE, Paulo. *O educador: vida e morte*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1982.

GOHN, Maria da Glória. *O protagonismo da sociedade civil. Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Movimentos sociais e educação*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. *Ações coletivas na atualidade: dos programas de responsabilidade/compromisso social às redes de movimentos sociais*. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol 46, N. 1, p. 10-17, janeiro/abril 2010.

_____. *Movimentos sociais na contemporaneidade*. In *Revista Brasileira de Educação*, v. 16 n. 47 maio-ago. ANPED, 2011.

GRZYBOWSKI, Candido. *A sociedade civil: fermento da democracia*. Disponível em http://cartamaior.com.br/templates/analiseMostrar.cfm?coluna_id=5293 Consultado em 17/08/2012.

_____. *Mensagem ao Betinho*. Disponível no site do IBASE http://www.ibase.br/pt/2013/08/para_betinho/, consultado em 09/08/2013.

GUIMARÃES, Ulysses. *Discurso do Deputado Ulysses Guimarães por ocasião da Promulgação da Constituição Federal em 05 de outubro de 1988* In *Jornal do Brasil*. Edição Especial. Constituição 1º dia. Rio de Janeiro, 06 de outubro de 1988.

HARVEY, David et. Al. *Occupy. Movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

IBGE. *As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil - 2005* disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2005/> 2011.

JARA, Oscar. *Para sistematizar experiências*. Brasília: MMA, 2006.

JORNAL DO BRASIL. 1998 – *A Constituição cidadã*. Disponível em <http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=5137> acessado em 02 de junho de 2013.

KERN, Anne. & MORIN, Edgar. *Terra-pátria*, Porto Alegre: Ed. Sulina, 1995.

LANDIM, Leilah. *A Invenção das ONGs - do serviço invisível à profissão sem nome*. Tese de doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 1999.

_____. *Jamais fomos modernos*, Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

_____. *Reensamblar lo social – Una introducción a la teoría del actor-red*. Buenos Aires: Ediciones Manatíal, 2008 (2005).

_____. *La cartographie des controverses*. Disponível em <http://www.tchnologyreview.fr/?id=65>, 2005.

_____. *Se falássemos um pouco de política? Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política*. Florianópolis: Cidade Futura, n. 4, p. 11-41, abr. 2004.

LAW, John. (2004). *After method: mess in social science research*. London; New York: Routledge. 2004. viii, 188 p. p. (International Library of Sociology).

MACIEL, Marcelo. *Espaço Compartilharte: Educação e saúde em ritmo de festa*. Teresópolis: Espaço Compartilharte, 1997.

MARQUES, Ivan da Costa & SOUZA FILHO, Rubens Araujo Menezes. *Fazendo-medindo a economia do software: Microsoft versus Open Source – dos primeiros encontros até 2005* in *REDES*, vol. 14, n. 27, Buenos Aires: mayo de 2008, pp. 141-162.

MARSHALL, T.H.: *Social Policy in the Twentieth Century*. Londres: Hutchinson University Library, 4ª edição, 1975.

MEDRADO, Benedito. *Psicologia Social: no desafio das ações*. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*. Maringá: ABRAPSO, 2012.

MEMÓRIA GLOBO. *Comícios das Diretas Já*. Disponível em <http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,5270-p-21751,00.html> acessado em 02 de junho de 2013.

MINAYO, Maria Cecília, *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*, 6ª ed., São Paulo: HUCITEC, Rio de Janeiro: ABRASCO, 1999.

MOL, Annemarie. A Política ontológica: algumas ideias e várias perguntas. In NUNES, João Arriscado & ROQUE, R. (org.). *Objetos impuros – experiências em Estudos Sociais da Ciência*. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

MORAES, Márcia. O conceito de rede na filosofia mestiça In *Revista Informare*. v. 6., n. 1, p 12-20, 2000.

MORAES, Márcia & KASTRUP, Virgínia (orgs.). *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: Nau, 2010.

MOREIRA, Mariana de Castro. *Tecendo redes de saberes e práticas: a Psicologia Social na Contemporaneidade*. Dissertação de mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. UFRJ; EICOS, 2000.

_____. *Genealogia de saberes e fazeres: a construção de conhecimentos em projetos sociais*. Anteprojeto de doutorado apresentado ao Processo Seletivo para o curso de doutorado no Programa EICOS/UFRJ. Rio de Janeiro, 2009.

_____. *Vereda do Desenvolvimento Sustentável da Comunidade de Canoas: um projeto demonstrativo para a conservação da mata atlântica. Sistematização do Projeto*. Teresópolis: Espaço Compartilharte. Disponível em <http://www.espacocompartilharte.org.br/>, 2009.

_____. *Memorial apresentado ao Processo Seletivo para o curso de doutorado no Programa EICOS/UFRJ*. Rio de Janeiro, 2010a.

_____. *Da cegueira branca à ecologia política: Elementos iniciais para se pensar a construção de conhecimento em projetos sociais*. Trabalho final apresentado à disciplina de Ecologia Política sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Frederico B. Loureiro. Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Psicologia, 2010b.

_____. *Da cegueira branca à ampliação de fronteiras: elementos para se pensar a construção de conhecimento em projetos sociais*. Trabalho final apresentado à disciplina de Política Social sob a orientação da Profa. Dra. Beatriz Azeredo e do Prof. Dr. Aloísio Teixeira. Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Economia, 2010c.

_____. *“O que foi feito, amigo, de tudo que a gente sonhou?” – ONGs: ensaio sobre ação e produção de conhecimento 20 anos após a Constituinte*. Projeto de qualificação submetido ao Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

_____. *Ética e Responsabilidade Social*. Material didático desenvolvido para cursos de graduação da AVM Faculdade Integrada. Rio de Janeiro: AVM Faculdade Integrada, 2007.

MOREIRA, Mariana & PEDRO, Rosa. *Da utopia à construção de práticas psicológicas no campo da assistência social ou da psicologia no encontro com o outro*. In CRUZ, Lilian; RODRIGUES, Luciana & GUARESCHI, Neuza.

Interloquções entre a Psicologia e a Política Nacional de Assistência Social, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MORONI, J. A. *Participamos, e daí?* In Observatório da Cidadania. Texto para debate. IBASE, 2005.

MOTTA, Raul. A nova classe média. Charge exclusiva para Humor Político Disponível em <http://www.humorpolitico.com.br/brasil/a-nova-classe-media/>, consultado em setembro de 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. *Estado, sociedade, movimentos sociais e políticas públicas no limiar do século XXI*. São Paulo: Veras, 2001.

PAD. *Dossiê A repressão aos defensores de direitos humanos e movimentos sociais no Brasil*. 2011.

PADOLFI, Dulce, GAZIR, Augusto e CORRÊA, Lucas (orgs.). *O Brasil de Betinho*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2012.

PASSOS, Eduardo e DE BARROS, Regina Benevides. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. In *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Jan-Abr 2000, Vol. 16 n. 1, pp. 071-079

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia e ESCÓSSIA, Liliana da. (orgs.) *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

PEDRO, Rosa Maria Leite Ribeiro. *Sobre redes e controvérsias: ferramentas para compor cartografias psicossociais* In FERREIRA, Arthur Arruda Leal et al. (orgs.). *Teoria Ator-Rede e Psicologia*. Rio de Janeiro: Nau, 2010.

PEDRO, Rosa Maria Leite Ribeiro & NOBRE, Júlio César de Almeida. Dos sólidos às redes: algumas questões sobre a produção de conhecimento na atualidade In *Serie Documenta/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Programa EICOS/Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável – Vol. VIII, n. 12-13 (2001-2002) – Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.*

PEDRO, Rosa. *As redes na atualidade: refletindo sobre a produção de conhecimento.* In: D'ÁVILA, M. & PEDRO, R. (Org). *Tecendo o desenvolvimento.* Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

PEREIRA, Willian Cesar Castilho. *Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática.* Belo Horizonte: Vozes: PUC Minas, 2001.

_____. *Movimento institucionalista: principais abordagens.* Rio de Janeiro: Revista PsiUERJ, Rio de Janeiro, 2007.

PIMENTEL, Rodrigo. *Reportagem sobre a passeata dos 100 mil.* TV Globo Jornal: Bom dia Brasil, 18/06/2013.

RODRIGUES, Heliana de B. C. *A história oral como intercessor – em favor de uma dessujeição metodológica.* Estudos e pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ, Ano 10, N. 1, p. 190-203, 1º quadrimestre de 2010. <http://www.revispsi.uerj.br/v10n1/artigos/pdf/v10n1a13.pdf>

ROLNIK, Sueli. *Cartografia sentimental – transformações contemporâneas do desejo.* Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2007.

ROSSETTI, Fernando. *Brasil - Da filantropia ao investimento social privado* In Filantropia Global (Cópia gentilmente cedida pelo autor).

ROUSSEFF, Dilma. *Carta às Organizações da Sociedade Civil.* Eleição 2010. Disponível em <http://plataformaosc.org.br/dilma/respostadilma.pdf>

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANT'ANNA, Afonso Romano de. *Ler o mundo*. São Paulo: Global, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2006 (2ª edição).

_____. *Introdução a uma ciência pós-moderna*, Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1997 (9a edição).

SARAMAGO, José. *El nombre y la cosa*. México: FCE, ITESM, 2006.

SAWAIA, Bader. *Psicologia Social: aspectos epistemológicos e éticos* In LANE, Sílvia & SAWAIA, Bader (orgs.) *Novas veredas da psicologia social*, São Paulo: Brasiliense, 1994.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras. Ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v.21, n.1, p. 109-130, jan./abr 2006.

SETUBAL, Maria Alice. *Para quê servem as ONGs, afinal?* Artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo, em 15/12/2011.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. *Refletindo a pesquisa participante*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SILVA, Rosane Neves da. *A invenção da psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOARES, Magda. *Para quem pesquisamos? Para quem escrevemos?* In GARCIA, Regina Leite (org.) *Para quem pesquisamos para quem escrevemos*. São Paulo: Cortez, 2001.

SPINK, Peter. K. *Pesquisa de campo de psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista*. *Psicologia & Sociedade*; 15 (2): 18-42; jul./dez.2003.

SPINK, Mary Jane & SPINK, Peter Kevin. *A Psicologia Social na atualidade* In JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal e PORTUGAL, Francisco Teixeira (orgs.). *História da Psicologia: rumos e percursos*. Rio de Janeiro: NAU, 2006.

STEIL, Carlos Alberto e CARVALHO, Isabel C. M. *ONGs no Brasil: elementos para uma narrativa política*. *Revista Humanas*, IFCH/UFRGS, 2001.

STENGERS, Isabelle. *Quem tem medo da ciência? Ciência e poderes*. São Paulo: Siciliano, 1990.

_____. *L'invention des sciences modernes*. Paris: La Decouverte, 1993.

STRECK, Danilo, EGGERT, Edla & SOBOTTKA, Emil (orgs.). *Dizer a sua palavra: Educação cidadã, pesquisa participante orçamento público*. Pelotas: Seiva, 2005.

TALLER Permanente de Sistematización. CEAAL-Peru: *Y cómo lo hace? Propuesta de método de sistematización*. Lima, junho de 1992.

TAYLOR, S. J. & BOGDAN, R. *Introducción a los métodos cualitativos de investigación - La búsqueda de significados*, Barcelona: Novagràfik, 1994.

VÍDEOS

BRASIL. Senado Federal. *A TV Senado nos 25 anos da Constituição Federal de 1988*. Brasília: TV Senado, 2013. Disponível em <http://www.senado.leg.br/noticias/tv/25anos/>

GALEANO, Eduardo. *El Derecho al Delirio*. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=Z3A9NybYZj8>

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dados de identificação

Título do Projeto: “O que foi feito, amigo, de tudo que a gente sonhou? ONGs: ensaio sobre ação e produção de conhecimento 20 anos após a Constituinte”

Pesquisador Responsável: Mariana de Castro Moreira

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Universidade Federal do Rio de Janeiro / Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS)

Contatos: (21) 8805-0760 – mari.moreira@oi.com.br

Nome do voluntário: _____

CPF: _____

O(A) Sr. (ª) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa “*O que foi feito de tudo que a gente sonhou? ONGs: ensaio sobre ação e produção de conhecimento 20 anos após a Constituinte*”, de responsabilidade da pesquisadora *Mariana de Castro Moreira*.

Este Projeto está inserido no Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e tem por objetivo discutir a atuação e o potencial de transformação social das chamadas Organizações Não Governamentais (ONGs), como foco na participação popular e produção de conhecimentos como estratégias de consolidação da democracia. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir com reflexões e pistas para o fortalecimento da atuação da sociedade civil organizada.

O trabalho de campo reúne observações, depoimentos, relatos e entrevistas gravadas em áudio. Sua participação dá-se voluntariamente e este consentimento poderá ser retirado a qualquer tempo. Será garantida a confidencialidade das informações geradas e a privacidade dos participantes da pesquisa.

Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas junto à pesquisadora no momento da entrevista e/ou posteriormente, através dos contatos acima.

Eu, _____, CPF nº _____
 declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

_____, _____ de _____ de _____

 Assinatura do participante da Pesquisa

 Assinatura do responsável pela Pesquisa

ESPAÇO COMPARTILHARTE - LINHA DO TEMPO

(Obs.: O documento abaixo foi elaborado pela equipe do Espaço Compartilharte para a sistematização do Prêmio Criança da Fundação Abrinq, não tendo sido modificado para a tese, com exceção da omissão dos nomes citados)

Constituição Federal
ECA
LOAS

Lurdinha começa a buscar o terreno.

1991

Em setembro, Paulo e Lurdinha compram o terreno.

Em outubro, começam os primeiros contatos com a comunidade.

Crianças no trabalho infantil;
Estradas totalmente de terra;
Não havia energia elétrica ou telefone.

Atuação na comunidade:

Tem início a visita domiciliar, com orientação sócio-pedagógica a uma família, com 3 crianças, total de 5 pessoas. Em dezembro, 3 famílias, num total de 21 pessoas, sendo 6 adultos, 12 crianças e 3 adolescentes, são atendidas diretamente, uma vez por semana.

* * *

1992

Chacina da Calendária
Rio 92

Visitas domiciliares;
Atividades trimestrais com crianças e adolescentes acontecem sempre no último domingo do trimestre, de 8 às 18 horas;
Oficinas de corte-costura, crochê e culinária alternativa voltadas as famílias da comunidade.

Em 26/09/1992, foi realizada a primeira festa. Nesta época, éramos sete amigos, voluntários: Lurdinha, Paulo, Mariana, Beto, Márcia, Aécio e Sheila.

Algumas das crianças presentes: F.; A. C.; J.; A.; R.; R.; A.; D.; M.; H.; J.; I.; L.; M.; V.; E.; Z.

Depoimento A.: *“Vimos pegar doces. D. Lurdes recebeu a gente na casa dela. Estava chovendo. Entramos, fizemos uma roda e brincamos. Comemos doces, desenhamos, fizemos lanche...”* (A. F. P. é atualmente educador do EC).

A partir desta festa, começamos a realizar quatro festas, todos os anos: Páscoa, Junina, Crianças / aniversário do Espaço e Natal.

Em todas as festas, este grupo de voluntários reunia-se com antecedência para planejar as atividades e prever os recursos que seriam utilizados.

Começamos a fazer um cadastro das famílias, crianças e adolescentes atendidos a fim de melhor nos planejarmos. Para as crianças: “ficha de cadastro para ganhar presentes e brincar”.

Após as festas, o grupo reunia-se para avaliar o evento, acompanhar as crianças e famílias que participavam, encaminhar propostas. Depois da avaliação, nos reuníamos para o “trabalho espiritual”, um momento de orações, orientações e meditação.

Nestes encontros de planejamento e avaliação das atividades, começávamos a construir nossa pedagogia, definindo formas de trabalhar e burilando visões de mundo que embasariam nossas práticas.

Situações exemplares constituíam-se em momentos de aprendizado. Certa vez, um de nós propôs um trabalho com desenhos prontos e pontilhados que indicavam onde as crianças deveriam pintar, cortar ou dobrar. O debate se fez presente. Outros questionavam a proposta, afirmando que seria mais interessante deixar que as crianças propusessem suas formas de expressão e trabalho. Nestas situações – aparentemente simples – refletíamos e definíamos como iríamos ver aquela comunidade, aquelas crianças e suas famílias. Definíamos visões, concepções, formas de nos relacionarmos e propostas de atuação.

Estas festas eram temáticas. Inicialmente, cada uma foi dedicada a trabalhar um dos elementos da natureza. Sensíveis ao ambiente que nos recebia, elegíamos esta temática como forma de nos aproximarmos daquela realidade e já com a proposta de trabalhar valores humanos. Todas as atividades eram então planejadas, de forma diversificada, como estratégias múltiplas para falar, vivenciar uma proposta educativa, transformadora.

No elemento fogo, falávamos das queimadas – hábito tão comum àquela realidade. O poder de transformação – construção / destruição – na descoberta do fogo, na alimentação, no aquecimento... De lanche, fizemos, juntos, pipoca. O milho que se transforma em pipoca. Na roda, ao final da atividade, confeccionamos uma espécie de candelabro de papel. Fizemos uma corrente de luzes de vela. O primeiro acendia sua vela e passava o fogo / calor / energia para o seguinte e assim por diante. Falávamos então de mobilização social, de solidariedade, de união, transformação.

Atuação na comunidade

De janeiro a dezembro, continua a visitação domiciliar, com orientação sócio-pedagógica às famílias – 8 famílias, com 46 pessoas, sendo 13 adultos, 28 crianças e 5 adolescentes.

Atuação na chácara

Em setembro – primeiro encontro (de 8 às 18 h.)

12 crianças e 16 adolescentes = 28

Obs. : Deste primeiro encontro, participam Z., J. e A., hoje educadores do Espaço Compartilharte.

Em dezembro – segundo encontro (de 8 às 18 h.)

43 crianças e 21 adolescentes = 64

* * *

1993

Visitas domiciliares;

Atividades trimestrais com crianças e adolescentes acontecem sempre no último domingo do trimestre, de 8 às 18 horas.

Atuação na comunidade

De janeiro a dezembro, continua a visitação domiciliar, com orientação sócio-pedagógica às famílias – 8 famílias, com 46 pessoas, sendo 13 adultos, 28 crianças e 5 adolescentes.

Atuação na chácara

Em março, 49 crianças e 23 adolescentes = 72

Em junho, 73 crianças e 37 adolescentes = 110

Em setembro, 78 crianças e 39 adolescentes = 117

Em dezembro, 82 crianças e 41 adolescentes = 123

* * *

1994 e 1995

Visitas domiciliares passam a ser realizadas semanalmente.

As atividades com crianças e adolescentes, na chácara, passam a ser mensais e depois, a partir de setembro, semanais.

Com o crescimento no número de participantes, começamos a trabalhar em grupos, divididos por faixa etária e interesse.

Formam-se os grupos de adolescentes: com os meninos, Fernando, Walter e Dudu; com as meninas, Mariana e Sheila. Este era chamado grupo “Água”. Márcia, Beto e Aécio começam um trabalho de musicalização com as crianças. Um xilofone de garrafas é construído e a harmonia vai sendo re-conhecida. Um grupo de teatro é montado e conduzido por Beto e Mariana. Nasce daí a primeira peça: O Natal de Manoel. Poucos ensaios, muito empenho e criatividade possibilitaram um momento marcante e emocionante: a apresentação, ao ar livre, com cenário reciclado, feito pelas próprias crianças, contava a história de um menino que buscava o verdadeiro sentido do Natal. Com as crianças pequeninas, Vânia e Valéria brincavam. As artes plásticas, a possibilidade de experimentar diferentes materiais, a possibilidade de conviver, de forma diferente, mediadas pelo olhar, pelo tocar, pelo ouvir, pelo cuidar, pelo acolher alicerçavam nossa proposta educativa. Lurdinha e Paulo, como curingas, circulavam por todos os grupos, conversavam com familiares e visitantes, cuidavam da alimentação.

No Natal de Manuel: Z., J., A., M., E., M., V..

Cenário: mesa feita de árvore, quadro pintado a mão, cavalinho na madeira.

Vemos novamente, momentos de definição das formas de trabalhar: a inserção de materiais recicláveis e sucatas, a experimentação na feitura da tinta com pó xadrez, da massinha com farinha de trigo, na busca da argila que vem de dentro do rio. O não-consumismo, a possibilidade de enxergar e criar os próprios recursos, a capacidade de transformação... brincando, vamos construindo valores junto às crianças, adolescentes, educadores, famílias.

Além disso, afirmávamos as crianças, desde o início, como protagonistas das histórias a serem contadas, recontadas, escritas, apresentadas, inserindo-as na construção de cada etapa, de todo o processo.

Ressaltamos ainda, desde esta época, a inserção de um produto resultante do processo pedagógico como forma de reunir e concretizar aprendizagens, vivências.

Atuação na comunidade

De janeiro a dezembro, continua a visitação domiciliar, com orientação sócio-pedagógica às famílias – 19 famílias, com 96 pessoas, sendo 35 adultos, 46 crianças e 9 adolescentes.

Atuação na chácara

De janeiro a setembro: atividades mensais, sempre no último domingo do mês, de 8 às 18 horas

88 crianças e 35 adolescentes = 123

De outubro a dezembro: atividades semanais, de quarta a sábado, de 8 às 18 horas

78 crianças e 32 adolescentes = 110

Em setembro, inicia-se o grupo de mulheres com foco na geração de renda, com capacitação em corte e costura, crochê e industrialização caseira de alimentos (média de 25 mulheres em cada curso, sendo que o de menor resultado foi o crochê e o de maior o de alimentação). Atividade nas tardes de 3^a. e 5^a. feiras.

Em dezembro, realizamos um passeio com as crianças, adolescentes e alguns familiares ao Parque aquático Salvaterra. Ônibus quebrado no retorno.

* * *

1996 e 1997

As atividades passam a ser às 4^a., 5^a. à 6^a. feiras, de 13 às 18 h. e aos domingos, de 8 às 18 h.

Atuação na comunidade:

De janeiro a dezembro, continua a visitação domiciliar, com orientação sócio-pedagógica às famílias – 32 famílias, com 136 pessoas, sendo 69 adultos, 47 crianças e 20 adolescentes.

É institucionalizado o trabalho de um grupo de voluntários, sendo criado, legalmente, o Espaço Compartilharte, em 13/04/1997.

(primeiro estatuto, primeira ata, primeira diretoria: Aécio / presidente, Vânia Leal / vice-presidente, Lurdinha / conselho fiscal, Mariana / secretaria e Paulo / tesouraria).

O Espaço Compartilharte torna-se o braço da Vara da Infância e da Juventude na área rural de Teresópolis.

É produzido o primeiro texto sistematizando a construção conjunta de conhecimento com a comunidade, base da metodologia implementada, a qual é batizada de Pedagogia do Amor. São estabelecidos os valores humanos que serão trabalhados.

O Espaço Compartilharte torna-se uma das lideranças municipais na luta pela constituição do Conselho Tutelar.

Apresentação do primeiro projeto escrito ao (Lar Fabiano de Cristo) LFC.

Atuação na chácara

É construído o primeiro telhado, onde hoje é a sede. Lurdinha, Jiló e Roberto Basil levantam as primeiras meias-parede. Limpeza do brejo para construção da quadra.

De 4ª. à 6ª. feiras, são atendidas 60 crianças e 23 adolescentes = 83

Aos domingos, os últimos de cada mês, são atendidas 110 crianças e 40 adolescentes = 150

Acontecem oficinas de cartonagem, datilografia, desenho e biblioteca volante.

Em todos os meses, acontecem as capacitações para adolescentes e famílias em fitoterapia (total 2 cursos, de oito módulos, cada), industrialização caseira de alimentos e corte e costura – segunda turma.

Passeio à praia (Itaipu / Copacabana): a primeira vez para a grande maioria das crianças, adolescentes e familiares.

* * *

1998 e 1999

As atividades passam a ser diárias, entre 13 e 18 h., no primeiro ano e entre 7 e 18 h., no ano seguinte;

A festa, no último domingo do mês, de 8 às 18 h., foi mantida.

Atuação na comunidade

De janeiro a dezembro, continua a visitação domiciliar, com orientação sócio-pedagógica às famílias – 34 famílias, com 126 pessoas, sendo 63 adultos, 52 crianças e 11 adolescentes.

O Espaço Compartilharte é eleito membro titular dos Conselhos Municipais de Direitos, de Assistência e de Acompanhamento e Controle Social do Programa de Garantia de Renda Mínima.

Crianças vinham ao EC, a pé, caminhando e cantando com as educadoras. Algumas caminhavam cerca de duas horas a pé.

O Espaço Compartilharte é selecionado pelo BNDES para receber financiamento a fundo perdido, na seleção de projetos para o Programa de Apoio a Crianças e Jovens em Situação de Risco Social. Com este recurso, ampliamos a sede, construímos a quadra coberta e o posto de saúde. Adquirimos uma Kombi para o transporte das crianças e adolescentes, um acervo considerável de livros e alguns equipamentos e mobiliário. Durante as obras, as atividades são mantidas e voltam a ser realizadas na Chácara Nova Era.

Afirma-se parceria com o Serviço de Educação e Organização Popular (SEOP), coordenado pelos irmãos Boff.

São contratadas as três primeiras educadoras, em janeiro de 1998 (05/02/1999: Drica, Adriana Couto e Verônica; depois Dolores e Margarete): uma adolescente de 16 anos e 2 jovens com formação de professores, todas da comunidade. No final de 1999 já

são 12 contratados e mais quatro voluntários, de segunda a sexta, e mais 9 voluntários 2 vezes por semana.

Afirma-se a opção por inserir e qualificar a própria comunidade nas ações e projetos institucionais.

O Espaço Compartilharte participa da festa do padroeiro, da Igreja de Canoas, com barraca de doces.

O Espaço Compartilharte traz os “criançólogos” Rodrigo Libânio Christo e Michela Henrica Van Doornik Christo, que ministram o curso de Capacitação “A Arte de Brincar” (23 beneficiários diretos).

O EC é reconhecido como entidade de Utilidade Pública.

Atuação na sede

53 crianças e 30 adolescentes = 83 diariamente

100 crianças e 50 adolescentes no último domingo do mês

É implantado o transporte casa/escola/EC/casa ou casa/EC/casa ou casa/EC/escola/casa, com a compra de um veículo utilitário, dentro do projeto do BNDES.

A sede é ampliada e mais dois espaços são construídos – um centro de saúde e uma quadra multiuso – cultura e esportes.

É implantado um programa de capacitação permanente da equipe interna.

É implantado um grupo de mulheres.

É implantado um grupo de apoio psico-pedagógico.

É implantado um grupo de alfabetização de jovens e adultos.

São realizadas oficinas artesanais em bambu, tapeçaria e tecelagem.

* * *

2000

As atividades passam a ser diárias, entre 7 e 21 h. e uma festa no último domingo do mês, de 10 às 18 h.

A Educação Infantil passa a ser atendida em período integral, já no novo prédio da sede;

Ampliação da equipe (Leia, Zinho e Odilon, todos da comunidade, Marcos e Carol);

Inauguração das novas instalações do EC com grande Festa Julina e feijoada;

Visita e parceria com Juan e Bibiana, do Instituto de Metaeconomia da Espanha;

Participação na festa do padroeiro com barraca de doces;

Chegada da Leia ao EC: inicialmente na xepa (ate meio do ano), participação no grupo de mulheres (ate outubro) e entrada na equipe, inicialmente na cozinha e depois na limpeza;

Início do atendimento ginecológico (Dra. Elizabeth Branco).

Atuação na comunidade

De janeiro a dezembro, continua a visitação domiciliar, com orientação sócio-pedagógica às famílias – 51 famílias, com 239 pessoas, sendo 99 adultos, 96 crianças e 44 adolescentes.

É feito o primeiro censo comunitário, casa a casa, onde são mapeadas as residências com crianças e adolescentes, de zero a 18 anos.

O Espaço Compartilharte inscreve-se, pela primeira vez, no Prêmio Criança da Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança e é visitado por um técnico da entidade.

O Espaço Compartilharte traz os “criançólogos” Rodrigo Libânio Christo e Michela Henrica Van Doornik Christo, que ministram, pela segunda vez, o curso de capacitação “A Arte de Brincar” (35 beneficiários diretos).

O Espaço Compartilharte, junto a outras instâncias da sociedade, consegue ver finalmente implantado o Conselho Tutelar e um voluntário por nós indicado é eleito pela sociedade e toma posse.

São contratadas mais nove educadoras, sendo sete da comunidade.

O Espaço Compartilharte dinamiza os projetos de capacitação da comunidade e a educação em valores humanos.

O Espaço Compartilharte dissemina a metodologia do Programa Compartilhando a Arte de Brincar, através de jogos lúdicos, dinâmicas de grupo, dramatizações que usam a expressão verbal e também a corporal e a construção de brinquedos através de sucatas, no SESC-Teresópolis (8 beneficiários diretos).

O Espaço Compartilharte inicia capacitação externa, de conselheiros de Conselhos de DCA, de AS e Tutelares, assim como de entidades de assistência social, no Estatuto da Criança e do Adolescente e nas áreas de gestão social e de educação em direitos e valores humanos.

O Espaço Compartilharte traz Marcelo de Abreu Maciel, do Projeto Brincar do IPUB da UFRJ e do Projeto Brincar do Hospital Fernandes Figueiras, do Ministério da Saúde, para capacitar sua equipe em “Desenvolvimento infantil e brincar” (12 beneficiários diretos).

O Espaço Compartilharte inicia a disseminação de sua experiência pedagógica – com crianças, adolescentes e familiares – através de apresentações de teatro de bonecos, com textos produzidos pelos próprios beneficiários, sobre valores e direitos humanos.

O Espaço Compartilharte inicia sua participação no Fórum Estadual DCA e no Fórum da Região Serrana DCA.

Atuação na sede

120 crianças e 30 adolescentes = 150

Média de 300 familiares nas festas de final de mês

* * *

2001

As atividades passam a acontecer de segunda a sábado, de 7 às 21 h. e é mantida a festa no último domingo do mês.

Adriana Couto começa a fazer um curso de informática, através do EC, e passa a dar aulas para as crianças;
 Início da parceria com a Intelig;
 Fim do ano: doação da Intelig + promotor Frederico Bonfatti possibilitam a construção do prédio da educação infantil
 Equipe participa do Fórum Mundial de Educação em Porto Alegre (Lurdinha, Adriana, Margarete, Verônica);
 Semifinalista no ItauUnicef;
 Parceria com a Escola de Música Tocando a gente se entende.

Atuação na comunidade

De janeiro a dezembro, continua a visitação domiciliar, com orientação sócio-pedagógica às famílias – 61 famílias, com 272 pessoas, sendo 96 adultos, 128 crianças e 48 adolescentes.

Abre-se o atendimento a comunitários, de baixa renda, para encaminhamentos a serviços públicos de forma geral.

O Espaço Compartilharte traz os “criançólogos” Rodrigo Libânio Christo e Michela Henrica Van Doornik Christo, que ministram o curso de Capacitação “A Arte de Brincar” para a equipe interna, para duas entidades de atendimento DCA de Petrópolis (30 beneficiários diretos).

O Espaço Compartilharte passa a participar dos Conselhos Municipal de Saúde, de Entorpecentes, de Portadores de Necessidades Especiais.

O Espaço Compartilharte é semi-finalista do Prêmio Itaú-Unicef, no qual se inscreve pela primeira vez.

O Espaço Compartilharte realiza pesquisas que resultam no original de um livro – “Compartilhando a arte de brincar” - desenvolvido coletivamente pelas crianças, educadores e comunitários.

O Espaço Compartilharte produz dois cadernos pedagógicos que registram as atividades lúdicas, brincadeiras e jogos e construção de brinquedos.

O Espaço Compartilharte dissemina a metodologia do Programa Compartilhando a Arte de Brincar, através de cursos de capacitação de jovens voluntários, no SESC-Teresópolis (18 beneficiários diretos).

O Espaço Compartilharte dissemina a metodologia do Programa Compartilhando a Arte de Brincar, através de jogos lúdicos, dinâmicas de grupo, dramatizações que usam a expressão verbal e também a corporal e a construção de brinquedos através de sucatas, no SESC-Teresópolis (mais 500 beneficiários diretos).

O Espaço Compartilharte é selecionado pelo Departamento da Criança e do Adolescente, do Ministério da Justiça, para executar o Projeto Arte e Educação como Instrumentos de Transformação.

O Espaço Compartilharte consolida sua atuação fora de Canoas, através da execução de projetos em outros espaços e de disseminação de metodologia e de conhecimento construído no trato com a questão da criança e do adolescente, a saber:

1. Municípios do Estado do Rio de Janeiro, com capacitação de Conselheiros de Direitos, Tutelares e de Assistência Social e gestores da rede do sistema de garantia dos DCA (920 beneficiários diretos);

2. Empresas, com capacitação em Responsabilidade Social Empresarial e Voluntariado (1.500 beneficiários diretos);
3. Empresas, com capacitação em Protagonismo Juvenil direcionado para menores aprendizes (150 beneficiários diretos).

Atuação na sede

120 crianças e 30 adolescentes = 150

Média de 660 familiares nas festas de final de mês

Ampliação do espaço físico da área de educação infantil

* * *

2002

As atividades voltam a ser diárias, de 2^a. a 6^a. feira, entre 7 e 19 h. e uma festa no último sábado do mês.

A partir de maio, os atendimentos a crianças e adolescentes entre 7 e 17 anos, são reduzidos para apenas 2 dias na semana.

Novo prédio da educação infantil / ampliação do numero de vagas;

Parceria com a Intelig possibilita ampliar equipe: Cris, Ciça, Rosam, Paulo, Fausto, Dom, Fernando;

Festa julina: inaugura prédio da educação infantil, primeira apresentação do Boi de Canoas e anúncio do início da construção do teatro;

Aniversário do EC: procissão folclórica do Mineiro Pau nas ruas da comunidade;

Fim da parceria com o SEOP (fim do ano);

Projeto Xepa: doações do hortifruti local;

Festa de Natal no condomínio Rio das Pedras, em Vargem Grande;

Zinho inicia curso de informática na cidade, por intermédio do EC.

Participação no Dia do Desafio.

Eleição do Lula, primeiro representante da classe popular a tornar-se Presidente da República.

Atuação na comunidade

De janeiro a fevereiro, continua a visitação domiciliar, com orientação sócio-pedagógica às famílias – 51 famílias, com 249 pessoas, sendo 79 adultos, 118 crianças e 52 adolescentes. A partir de março, esta prática é descontinuada. Como estratégia de continuidade da ação, passam a ser feitos encontros de familiares dentro da sede.

É mantido o atendimento a comunitários, de baixa renda, para encaminhamentos a serviços públicos de forma geral.

O trabalho nos Conselhos Municipais e nos Fóruns Estadual e Regional é descontinuado.

O Espaço Compartilharte passa a ser centro de estágio dos cursos de pedagogia, ciências contábeis, administração e ciências da computação da Fundação Educacional Serra dos Órgãos.

O Espaço Compartilharte traz Marcelo de Abreu Maciel, do Projeto Brincar do IPUB da UFRJ e do Projeto Brincar do Hospital Fernandes Figueiras, do Ministério da Saúde, para capacitar sua equipe em “Desenvolvimento infantil e brincar” (20 beneficiários diretos).

É incrementada a área de geração de renda com brindes sociais.

O Espaço Compartilharte é selecionado em concurso público pelo Programa Transformando com Arte, do BNDES.

Atuação na sede

111 crianças e 29 adolescentes = 140

Média de 660 familiares nas festas de final de mês

* * *

2003

As atividades continuam a ser diárias, de 2^a. a 6^a. feira, entre 7 e 19 h. e uma festa no último sábado do mês.

Fim da parceria com a Intelig: demissões, corte no numero de atendimentos e atividades, priorização da educação infantil;

Fevereiro: licença maternidade da Adriana. Cris assume educação infantil;

Outubro: seleção de duas novas auxiliares de educação infantil (Neusa e Catia);

Alberto na equipe;

Intelig faz festa de Natal para crianças no EC;

Equipe participa de Seminário de Educação em Valores em BH / MG;

Verônica, educadora do EC, entra na faculdade. EC consegue bolsa integral. É a primeira moradora, de baixa renda, a chegar a faculdade.

Chegam Cristina e Andréa. Depois Lucia.

Tem início o projeto Biupora, com a inserção de Maria Luiza.

Atuação na comunidade

É mantido o atendimento a comunitários, de baixa renda, para encaminhamentos a serviços públicos de forma geral.

São feitas visitas domiciliares priorizando as famílias com crianças diretamente e diariamente atendidas.

O Espaço Compartilharte é selecionado para capacitar, em 9 estados brasileiros, Conselheiros de Direitos e Tutelares, dentro de convênio entre a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e Furnas Centrais Elétricas S/A, dentro do Programa Mais Energia, Mais Cidadania.

O Espaço Compartilharte participa, com 11 adolescentes do Projeto Mudando a História, da Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança. Logo depois, multiplica a experiência para mais 20 jovens da comunidade.

O Espaço Compartilharte conta com a presença da Doutora Isa Guará, que ministra capacitação sobre Avaliação e Sistematização de Projetos Sociais.

O Espaço Compartilharte dissemina a metodologia do Programa Compartilhando a Arte de Brincar - confecção de brinquedos - através de seis programas e vinhetas no Canal Futura.

O Espaço Compartilharte consolida as negociações com as Secretarias Municipal e Estadual de Educação e firma convênio para começar a disseminar sua experiência em escolas públicas.

O Espaço Compartilharte firma parceria com a Fundação Educacional Serra dos Órgãos, especificamente com os cursos Pedagogia, de Ciências Contábeis, Administração, Ciências da Computação.

O Espaço Compartilharte é contratado para capacitação em Responsabilidade Social Empresarial e Voluntariado (800 beneficiários diretos).

O Espaço Compartilharte é vencedor do Prêmio Cidadania, com o Projeto Veredas da Educação e Cultura, do Anuário Telecom, como o melhor Projeto de Educação Complementar a Escola Formal.

Atuação na sede

120 crianças e 33 adolescentes = 153

Ampliação do espaço físico com a construção de um teatro aberto à comunidade nos finais de semana, que de segunda à sexta-feira funciona como 3 salas de aulas de: artes cênicas, artes plásticas, expressão corporal e música.

* * *

2004

As atividades continuam a ser diárias, de 2^a. a 6^a. feira, entre 7 e 19 h. e uma festa no último sábado do mês.

Atuação na comunidade

O Espaço Compartilharte foi o finalista e Vencedor do Prêmio Criança 2004, da Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança, na categoria Convivência Comunitária. Equipe vai a SP acompanhar o seminário de premiação.

O Espaço Compartilharte foi o finalista do Prêmio Cultura Nota 10, da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, UNESCO, Instituto Cultura Viva e Instituto Embratel.

O Programa Convivência Familiar e Comunitária é aprovado, para financiamento, pelo Instituto Desiderata. A unidade família passa a ser considerada como a célula principal do atendimento direto na comunidade local e externa. A Convivência Familiar e Comunitária passa a ser eixo transversal em todos os projetos, atividades e ações da entidade, assim como o Brincar, a Cultura Brasileira e o ECA.

A visitação domiciliar é retomada e são fortalecidas as ações e estratégias de construção de espaços comunitários de convivência.

Após 12 anos de lutas, o Espaço Compartilharte consegue, finalmente, trabalhar **oficialmente** disseminando sua metodologia em Valores e Direitos Humanos, com escolas públicas estaduais e municipais com os projetos:

1. Espaço nas Escolas – Escola Municipal Rural Paulino Custódio de Rezende e José Duarte;
2. Protagonismo Juvenil e Mediação de Leitura, com escolas públicas municipais, na Biblioteca Municipal de Teresópolis;
3. Protagonismo Juvenil, Mediação de Cultura e Inclusão Digital, na Escola Estadual Centro Interescolar Agropecuário José Francisco Lippi.

O Espaço Compartilharte implanta, na Vara da Infância e da Juventude, em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e a Fundação Educacional Serra dos Órgãos, o Projeto de Protagonismo Juvenil e Inclusão Digital, com crianças e adolescentes cumprindo medida de semi-liberdade ou de liberdade assistida.

O Espaço Compartilharte capacita em Responsabilidade Social Empresarial e Voluntariado, 400 funcionários de empresas privadas.

O Espaço Compartilharte executa o projeto “Criança esperta não entra pelo cano”, disseminando o brincar nos canteiros de obras realizadas pela Petrobrás na Baixada Fluminense.

Estréia do espetáculo de artes integradas “Messias: o mensageiro da esperança” sobre DCA e cultura brasileira;

Atuação na sede

* * *

2005

As atividades continuam a ser diárias, de 2ª. a 6ª. feira, entre 8 e 18:30 h. e uma festa a cada trimestre.

Trabalho intenso de planejamento, no início do ano.

Tema pedagógico: construção de formas de convivência

Ampliação de vagas;

Ampliação das instalações da geração de renda.